



# **O padrão ocidental do jornalismo político português: percepções dos jornalistas *vis-à-vis* o produto noticioso**

Diogo José da Rocha Ribeiro

2012

2º Ciclo de Estudos em Ciências da Comunicação: Variante de Comunicação Política

Orientador: Professor Doutor Rui Alexandre Novais

Classificação: Ciclo de estudos: 17 (dezassete) valores

Dissertação: 18 (dezoito) valores

## Agradecimentos

São poucos os caminhos da nossa vida que podem ser percorridos individualmente. Esta dissertação de mestrado não fugiu a essa norma, pelo que agradeço às pessoas que mais contribuíram para que esta jornada tivesse um final seguro e proveitoso.

Ao Professor Rui Alexandre Novais, o elemento imprescindível ao longo de todo o trabalho investigativo. Soube indicar as linhas mestras deste projeto e mantê-lo na direção certa ao longo de quase um ano de intensivo trabalho. Contudo, limitar a sua atuação ao domínio científico é francamente pouco. Há que destacar a sua capacidade de motivação, de fazer os alunos acreditarem nas suas capacidades. Há que louvar o interesse que demonstra pelo desempenho de cada aluno em particular, fazendo dessa *performance* o fio condutor do seu trabalho. Há que valorizar a fidelidade aos mais nobres padrões de exigência e profissionalismo, recusando a subjugação a interesses que não os dos seus alunos. Há que aplaudir a coragem com que desafia os que se interpõem no caminho de sucesso de cada aluno, mesmo quando isso representa o sacrifício pessoal. Duas palavras: professor e aluno. O Professor Rui Alexandre Novais demonstrou-me, enquanto aluno, o que é verdadeiramente ensinar.

Às minhas colegas da bolsa de investigação, pelo auxílio e apoio que sempre prestaram nos momentos em que as solicitei. Tudo se torna mais fácil quando várias opiniões e pontos de vista são integrados em resposta às nossas dúvidas.

Aos meus pais, pela liberdade de escolha que sempre permitiram e pelo sentido de responsabilidade que, desde cedo, me souberam inculcar.

Ao meu irmão, à minha avó e a outros familiares, pela ternura e apoio diários.

À Raquel, por estar sempre presente.

## Resumo

Perante o desenvolvimento económico, político ou cultural de cada sociedade, e em função das evoluções tecnológicas que alteram, a todo o momento, o modo como os indivíduos comunicam e como os media executam a sua função, revela-se essencial conhecer as perceções dos jornalistas acerca dos aspetos mais importantes do seu trabalho/desempenho. Na verdade, é fulcral acompanhar o desenvolvimento da profissão em cada contexto específico, assim como conhecer os fatores que estão na base de alterações no jornalismo, visto este tratar-se de um pilar fundamental em qualquer regime democrático.

Partindo desta premissa, esta dissertação aplica numa primeira fase os inquéritos por questionário do projeto internacional *Worlds of Journalism* aos jornalistas de política portugueses, com o intuito de comparar a cultura jornalística nacional com as de outros países ocidentais, assim como para caracterizar o relacionamento existente entre os jornalistas e o poder político. Pretende, desse modo, verificar se as influências e constrangimentos, as funções institucionais, as epistemologias e os princípios éticos, entre outros, que orientam a atividade dos jornalistas portugueses, se assemelham aos identificados em países com contextos políticos e mediáticos diferentes. Adicionalmente, procedeu-se a uma análise da cobertura jornalística a seis jornais portugueses de âmbito nacional, de modo a verificar se as perceções dos jornalistas se materializam nos artigos noticiosos, ou se não passam de ideais que não refletem os conteúdos produzidos diariamente.

Os resultados dos inquéritos por questionário demonstram que os jornalistas de política portugueses apresentam um conjunto de valores semelhantes àqueles identificados noutros países ocidentais com contextos políticos e mediáticos diferentes, nomeadamente a Alemanha, os EUA ou a Áustria, e distintos dos evidenciados em países com contextos próximos do português, como é o caso da Espanha. Quanto à análise da cobertura jornalística, revelou uma coerência assinalável entre as perceções dos jornalistas de política portugueses e o seu produto noticioso, visto que os conteúdos dos jornais analisados refletem uma aproximação aos valores jornalísticos ocidentais, nomeadamente à distância face ao poder e à vigilância sobre as elites.

Constata-se assim que países inseridos em diferentes modelos políticos e mediáticos podem apresentar culturas jornalísticas semelhantes, do mesmo modo que

países inseridos num mesmo contexto podem apresentar culturas jornalísticas ou facetas díspares.

Palavras-chave: jornalismo político; culturas jornalísticas; influências; funções institucionais; princípios éticos; epistemologias; poder político.

## **Abstract**

In view of the economic, political or cultural progress of each society, and also considering the technological developments that are constantly changing the way people communicate and media performs, it is essential to understand journalists' perceptions about the most important features of their work. In fact, it is crucial to monitor the development of the journalistic profession in each specific context, as well as to grasp the factors underlying changes in this sector, bearing in mind that journalism is pivotal for any given democracy.

Against this background, this study applies the surveys of the Worlds of Journalism project to the Portuguese political journalists, in order to compare their journalistic culture with that of other Western countries, as well as to characterize the relationship between journalists and the political power. Thereby, it aims to check if the influences and constraints, the institutional roles, the epistemologies and the ethical principles, among others, that guide Portuguese journalists work are similar to those identified in countries belonging to different political and media contexts. Additionally, a media coverage analysis was also undertaken, comprising six Portuguese national newspapers, so as to confirm whether journalists' perceptions reflect upon their news articles, or whether they are just ideals without any direct impact over the contents produced on a daily basis.

The survey results, on the one hand, displayed that Portuguese political journalists present a set of values similar to those identified in other Western countries with different political and media contexts - namely Germany, Austria or the U.S. - and distinct from those documented in countries with an analogous background, such as Spain. Regarding the news coverage analysis, on the other hand, it showed a significant match between the Portuguese journalists' perceptions and their news items, since the contents of the newspapers analyzed mirror the closeness to Western values, namely the power distance and the elite's watchdog role.

Thus, it is argued that countries with different political and media models may exhibit similar journalistic cultures, the same way countries incorporated in a common context can present divergent journalistic facets.

Keywords: political journalism; journalistic cultures; influences; institutional roles; ethical principles; epistemologies; political power.

## **Lista de abreviaturas**

**APCT** - Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação

**CDS-PP** - Centro Democrático Social – Partido Popular

**CEE** - Comunidade Económica Europeia

**DN** – *Diário de Notícias*

**ERC** - Entidade Reguladora para a Comunicação Social

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**JN** – *Jornal de Notícias*

**OE** – Orçamento do Estado

**PCP** - Partido Comunista Português

**PREC** - Processo Revolucionário Em Curso

**PS** - Partido Socialista

**PSD** - Partido Social Democrata

**WAN-IFRA** - *World Association of Newspapers and News Publishers*

**WoJ** – *Worlds of Journalism*

# Índice

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>PARTE I - CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
Capítulo 1 - Revisão da Literatura e Questões de Investigação .....	8
1.1 - O contexto político e mediático português .....	9
1.2 - As influências sobre os jornalistas .....	13
1.3 - As culturas jornalísticas.....	15
1.4 - Os tipos de jornalistas .....	18
1.5 - O relacionamento entre os jornalistas e a classe política.....	19
1.5.1 – Tendências recentes do jornalismo político.....	27
1.6 – Questões de investigação e hipóteses .....	30
Capítulo 2 - Metodologia.....	36
2.1 – Inquéritos por questionário e Amostragem.....	37
2.2 - Meta-performance analysis .....	38
<b>PARTE II – EVIDÊNCIA EMPÍRICA.....</b>	<b>44</b>
Capítulo 3 - Resultados e Discussão dos inquéritos por questionário .....	44
3.1 - Fontes de influência .....	45
3.2 - Culturas jornalísticas .....	49
3.3 - O arquétipo do jornalista de política português .....	55
3.4 - Autonomia na profissão .....	60
3.5 - O relacionamento com o poder político .....	70
Capítulo 4 - O produto noticioso dos jornais portugueses .....	75
4.1 - Análise quantitativa preliminar.....	77



4.2 – Seleção e uso de fontes de informação .....	80
4.3 - Palavras e termos comparativos .....	84
4.4 - Críticas ao poder político .....	87
4.5 – Temas infrequentes e/ou ausentes.....	90
 <b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>95</b>
 <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>109</b>

## **Índice de gráficos**

<b>Gráfico 1.1</b> - Fontes de influência sobre os jornalistas de política portugueses.....	46
<b>Gráfico 1.2</b> - Fontes de influência por media.....	48
<b>Gráfico 1.3</b> - Fontes de influência por media (privado vs público).....	49
<b>Gráfico 2.1</b> - Funções institucionais dos jornalistas de política portugueses.....	50
<b>Gráfico 2.2</b> - Epistemologias dos jornalistas de política portugueses.....	52
<b>Gráfico 2.3</b> - Princípios éticos dos jornalistas de política portugueses.....	53
<b>Gráfico 3.1</b> - O jornalista português: “vigilante independente”.....	56
<b>Gráfico 3.2</b> - Médias relativas à distância face ao poder .....	58
<b>Gráfico 3.3</b> - Médias relativas ao intervencionismo.....	58
<b>Gráfico 3.4</b> - Médias relativas à orientação para o mercado.....	59
<b>Gráfico 4.1</b> - Médias da distância face ao poder .....	61
<b>Gráfico 4.2</b> - Médias das influências económicas por meio de comunicação .....	62
<b>Gráfico 4.3</b> - Médias das influências políticas por meio de comunicação.....	63
<b>Gráfico 4.4</b> - Médias das influências dos grupos referência por media.....	64
<b>Gráfico 4.5</b> - Médias das influências económicas por jornal .....	65
<b>Gráfico 4.6</b> - Médias das influências políticas por jornal.....	65
<b>Gráfico 4.7</b> - Médias das influências dos grupos de referência por jornal.....	66
<b>Gráfico 4.8</b> - Autonomia na Profissão.....	67
<b>Gráfico 4.9</b> - Autonomia na Profissão por jornal.....	68



## INTRODUÇÃO

*Nothing – not religious belief, not political debate and argument, not even conversation with friends and family – possesses the command over mass attention that the media have taken as their own. Their themes dominate public and private lives. Their definitions of what is right and wrong, true or false, impose themselves on politics and on the public domain (Lloyd, 2004: 10).*

A influência dos *mass media* na forma como a opinião pública absorve e interpreta os acontecimentos é tida como certa não só nos meios académicos e profissionais, como, cada vez mais, em quadrantes variados da sociedade. No domínio político, a importância dos media nas estratégias eleitorais foi diagnosticada há algumas décadas atrás e motivou uma enorme concentração das elites no controlo da comunicação e da imagem pública (Negrine, 1996; Pfetsch, 1998; Esser *et al.*, 2000; Swanson, 2004). Desde então, presidentes e primeiros-ministros, líderes políticos e deputados, todos se orientam por uma série de práticas profissionais destinadas a terem efeitos mediáticos positivos. Isto significa que os jornalistas passaram a ter que lidar não só com os constrangimentos próprios das organizações noticiosas e dos processos de procura e acesso à informação (entre muitos outros), como também com uma classe política mais ciente da importância de controlar as mensagens e as ações públicas, ou até forma como os próprios jornalistas se movimentam e executam a profissão.

Também é ponto assente que a atividade jornalística se desenvolve em paralelismo com a própria evolução da sociedade, nomeadamente com os constantes avanços tecnológicos e as novas ferramentas de comunicação. O advento de novas técnicas e práticas, de novas plataformas comunicacionais ou até o desenvolvimento político-económico das sociedades, constituem sempre grandes desafios para os media, sobretudo quando implicam ou impõem mudanças ao nível dos valores e funções que os seus profissionais associam à profissão. Nas décadas mais recentes, a profissionalização da política, o advento da televisão, a especialização do jornalismo e a privatização de muitos órgãos de comunicação, foram algumas das grandes mudanças que atingiram a profissão (Neveu, 2002), cada qual com consequências próprias e diretas. Perante cada uma dessas mudanças, o maior desafio para os jornalistas parece ser a capacidade de se

manterem fiéis aos valores clássicos (e mais nobres) da atividade, nomeadamente a independência, a objetividade e o escrutínio dos poderes instituídos.

É neste contexto de uma constante mudança e evolução que interessa estudar as perceções dos jornalistas acerca das características mais importantes do seu trabalho e avaliar se essas perceções variam de acordo com os contextos políticos e mediáticos em que a profissão se desenrola. Tal como indica Weaver (2005: 44), embora muitas atitudes e comportamentos dos jornalistas possam variar de contexto para contexto e sejam próprios de cenários específicos, é também comum haver semelhanças entre as práticas noticiosas de diferentes países. Semelhanças essas que são capazes de ultrapassar fronteiras geográficas, culturais, linguísticas, ou históricas.

Assim, inserida no âmbito do projeto *Worlds of Journalism (WoJ)*<sup>1</sup>, esta dissertação propõe-se ser um contributo importante para uma compreensão mais extensa daquelas que são as características da cultura jornalística nacional. Além de surgir na continuidade dos estudos de outros investigadores (Hanitzsch, 2007 e 2011; Hanitzsch e Mellado, 2011; Hanitzsch *et al.* 2010 e 2011), este trabalho contém elementos inovadores no cenário académico português, por incidir exclusivamente sobre as editorias políticas dos media nacionais. O conhecimento das perceções no âmbito do jornalismo político vai até mais além, pois permite compreender as mais importantes dimensões comunicacionais do processo político e, em última análise, caracterizar o próprio modo como a democracia se desenvolve em cada local.

Num nível alargado, o objetivo desta dissertação passa por diagnosticar as perceções dos jornalistas relativamente ao papel que desempenham na sociedade, as limitações e constrangimentos que sentem no seu trabalho e as orientações éticas e epistemológicas que regem a sua atividade. É de grande importância avaliar até que ponto a cultura jornalística nacional apresenta semelhanças ou diferenças com as culturas jornalísticas de outros países ocidentais, sobretudo com aqueles cujos contextos políticos e sociais sejam análogos ao português. Esta análise vai permitir aferir se são os aspetos globais associados a cada país - como as performances políticas ou económicas, os percursos históricos, ou até elementos culturais mais abrangentes - as grandes linhas definidoras do trabalho jornalístico, ou então se são fatores mais específicos das

---

<sup>1</sup> Estudo internacional que envolve mais de 80 países, recomendado para financiamento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade (COMPETE), participado pelo fundo comunitário europeu FEDER, com a referência PTDC/CCI-JOR/111888/2009, e coordenado por Rui Alexandre Novais.

estruturas mediáticas e das organizações noticiosas a pautar as perceções dos jornalistas relativamente ao modo como abordam a profissão.

Já num plano mais restrito, o objetivo é caracterizar o jornalismo político português, não só através das dimensões referidas, mas também no que toca ao relacionamento dos jornalistas com o poder político. Este último parâmetro é especialmente importante por duas razões essenciais: em primeiro lugar, permite compreender se existe algum tipo de cumplicidade entre os dois grupos e aferir os motivos que estão por detrás dessas observações; em segundo lugar, indica se os jornalistas de política portugueses consideram as elites respeitadoras dos princípios basilares de um estado democrático ou se, pelo contrário, entendem que elas procuram limitar as funções dos media enquanto um 4º Poder e constranger a atividade dos jornalistas enquanto profissionais independentes.

Para alcançar estes objetivos, utilizaram-se os inquéritos por questionário do projeto *WoJ*, orientando-os para o domínio do jornalismo político e aplicando-os especificamente aos jornalistas das editoriais de política. As questões visavam conhecer as perceções dos jornalistas relativamente à autonomia da profissão, às influências que sentem no seu trabalho, às funções institucionais, às epistemologias e aos princípios éticos que regem a profissão, assim como caracterizar aspetos mais genéricos da atividade nas editoriais de política, nomeadamente os salários, as horas de trabalho, a idade e sexo dos profissionais, entre muitos outros. De realçar que foram acrescentadas questões sobre o relacionamento entre os jornalistas e a classe política aos inquéritos originais, totalizando 26 questões obrigatórias e 7 opcionais.

No total, obteve-se a participação válida de 63 jornalistas num universo de 74, estando representados fidedignamente os mais relevantes órgãos de comunicação portugueses. Entre eles, contam-se três estações de rádio e três de televisão, oito jornais de âmbito nacional e regional, duas revistas de informação e ainda a agência *Lusa*. Depois de recolhidos, os inquéritos foram tratados e analisados através do software estatístico SPSS, tendo sido conduzidos testes qui-quadrado de Pearson e testes de correlação de Pearson (Pestana e Gageiro, 2008).

Adicionalmente, e como complemento da anterior, optou-se pelo alargamento da investigação à cobertura jornalística. Neste ponto o objetivo passava por verificar se as perceções dos jornalistas refletem aquelas que são as práticas exercidas no dia a dia, ou se eles acabam por agir em sentido contrário aos próprios valores, noções e princípios durante a produção dos conteúdos noticiosos. O estudo de caso escolhido foi a

discussão do Orçamento do Estado (OE) para 2012 na Assembleia da República, no período que foi de 20 a 30 de Novembro de 2011. Para análise, foram escolhidos seis jornais de âmbito nacional, designadamente três diários de referência (*Diário de Notícias*, *Público* e o jornal *i*), um diário popular (*Jornal de Notícias*) e dois semanários de referência (*Expresso* e *Sol*).

Como metodologia de estudo da cobertura jornalística utilizou-se a *meta-performance analysis* (Novais, 2007 e 2010), por ser especialmente eficaz para ir ao encontro das hipóteses propostas.

A escolha desta metodologia baseou-se no seu carácter multidisciplinar, que congrega quatro parâmetros de análise principais: a seleção e uso de fontes de informação, que avalia como cada órgão de comunicação é influenciado pelas fontes envolvidas nas matérias; as palavras e termos comparativos, que indicam a orientação do jornal relativamente ao tema em causa; as críticas ao poder político, que indicam a independência e a liberdade dos jornalistas relativamente às elites; e, por fim, os temas infrequentes e/ou ausentes, que demonstram se os media omitiram deliberadamente algumas informações para influenciar a compreensão dos acontecimentos. Ao integrar este conjunto de dimensões de análise quantitativas e qualitativas, a *meta-performance analysis* permite avaliar com rigor o desempenho dos media na cobertura dos eventos noticiosos, revelando as tendências de cada órgão de comunicação em particular.

Tendo em conta que se validou um total de 63 inquéritos e que se procedeu a uma profunda e elucidativa análise da cobertura jornalística, é possível afirmar que se obtiveram dados valiosos, sobretudo de uma vertente comparativa entre países. Os resultados dos inquéritos por questionário permitiram constatar que os valores e princípios dos jornalistas das editorias de política portuguesas se aproximam consideravelmente daqueles evidenciados na generalidade de outros países ocidentais, independentemente dos contextos políticos, económicos, culturais e históricos de cada um. Apesar das especificidades da democracia portuguesa, os jornalistas de política prezam valores como a independência e a objetividade da profissão e revelam uma grande orientação para a vigilância e monitorização das elites, tal como os seus colegas dos EUA, da Alemanha ou da Áustria. Ademais, demonstrou-se que são influenciados pelos mesmos parâmetros que afetam a profissão nesses países e que o relacionamento com a classe política segue padrões próprios das democracias.

Por sua vez, a análise da cobertura jornalística revelou que as perceções dos inquiridos correspondem àquilo que eles exercem na prática, na medida em que os

artigos noticiosos analisados primaram pela independência e pela objetividade e não denotaram uma orientação dos jornalistas para a influência sobre a opinião pública. Foi também evidente uma grande propensão para a monitorização das elites e dos poderes instituídos, sendo que a orientação para o mercado e para os aspetos comerciais da atividade noticiosa foi observada apenas num jornal de cariz mais popular. Convém ainda referir que os aspetos relativos ao relacionamento com a classe política seguiram os padrões identificados nos inquéritos por questionário.

As conclusões reunidas nesta dissertação constituem material totalmente inovador no cenário académico nacional. Não existem estudos tão alargados ou aprofundados sobre as perceções dos jornalistas de política portugueses e que integrem, ao mesmo tempo, uma análise da cobertura noticiosa, no sentido de verificar a coerência entre as perceções e os conteúdos noticiosos. Convém também frisar que ao serem agrupados com os inquéritos por questionário recolhidos pelos restantes investigadores portugueses do projeto *WoJ*, os resultados deste estudo vão formar uma amostra fidedigna e representativa da cultura jornalística nacional e fornecer informações valiosíssimas para um conhecimento completo da forma como os jornalistas portugueses percebem a profissão. Como tal, acaba por ser uma investigação relevante em duas frentes: por um lado, é manifestamente crucial para compreender as características específicas do jornalismo político português e das práticas noticiosas nas redações nacionais; por outro lado, é uma das pequenas peças que vai completar o grande puzzle constituído pelas culturas jornalísticas mundiais.

Relativamente à estrutura escolhida para esta dissertação, optou-se por seguir o estilo clássico, comumente selecionado para este tipo de exposição científica. Uma breve introdução inicial foca o tema em análise e explicita a sua importância para a academia, tendo por base conceitos latos de comunicação política e de jornalismo político. São especificados os objetivos a alcançar - realçando devidamente o facto de não existirem estudos semelhantes no contexto português - e a metodologia proposta para esse fim. Avançam-se as principais conclusões reunidas, de forma a demonstrar a persecução e cumprimento dos objetivos, e as implicações dos resultados para a literatura no âmbito do tema em causa.

Segue-se depois a Parte I, em que se procede à contextualização do tema, dos objetivos traçados e das metodologias escolhidas para o cumprimento de cada um. Esta parte da dissertação está dividida em dois capítulos. O capítulo 1 é maioritariamente dedicado à revisão da literatura. Num primeiro momento caracteriza-se o sistema



político e o mercado mediático português, com o intuito de situar o contexto em que esta investigação se desenvolve e permitir a compreensão dos resultados de forma integrada com a realidade nacional. É depois analisado o estado da arte, sendo referidas as principais obras contemporâneas existentes no domínio das culturas jornalísticas e também as que estão relacionadas com as práticas noticiosas que caracterizam as editorias de política e os respetivos jornalistas. De modo a permitir uma compreensão mais fluída da dissertação, são avançadas as questões de investigação logo após a revisão da literatura, visto estarem subjacentes ou diretamente relacionadas com as noções apresentadas na literatura. A par das questões de investigação avançam-se também as hipóteses, que antecipam os resultados a alcançar em cada uma das questões. A Parte I termina com o capítulo 2, contemplado para a exposição das metodologias utilizadas, nomeadamente o modo de aplicação de cada uma, os parâmetros de análise selecionados e os seus respetivos objetivos.

Na Parte II da dissertação são analisadas as evidências empíricas recolhidas ao longo da investigação, tendo-se, uma vez mais, procedido a uma divisão em dois capítulos. Enquanto no capítulo 3 são apresentados os resultados recolhidos no âmbito dos inquéritos por questionário, no capítulo 4 analisam-se os dados reunidos ao longo da análise da cobertura jornalística. As evidências reunidas no âmbito de cada uma das hipóteses são referidas de forma bastante extensa e completa, através da apresentação de gráficos explicativos e da exposição dos valores obtidos em cada uma das categorias de análise. O objetivo é permitir ao leitor conhecer a fundo não só a forma como a metodologia foi aplicada, mas também perceber como os resultados foram interpretados à luz dos conhecimentos teóricos existentes. Além do mais, só através de uma apresentação vasta dos conceitos metodológicos e dos resultados reunidos se pode permitir que outros investigadores possam encetar processos de investigação baseados nos mesmos métodos, se assim o desejarem.

Por fim, a dissertação termina com a Conclusão, onde se expõe detalhadamente o argumento e se apresentam as implicações dos resultados para investigações que surjam no futuro, no domínio do mesmo tema. Este capítulo é ainda de especial importância por serem integrados os dados obtidos ao longo de todo o processo investigativo com os conhecimentos existentes na literatura, contribuindo assim para a evolução do estado da arte.



## **PARTE I - CONTEXTUALIZAÇÃO**

### **Capítulo 1 - Revisão da Literatura e Questões de Investigação**

Inicia-se este capítulo com uma breve referência às características do sistema político e do mercado mediático português, que permitam situar adequadamente o contexto deste estudo. São depois focadas as principais descobertas feitas pelos investigadores integrados no projeto *WoJ* em países com realidades divergentes, desde democracias plenas e panoramas semelhantes ao português, até países ditatoriais ou em processos de transição para a democracia. Segue-se uma aproximação aos dados existentes sobre jornalismo político, com especial incidência no relacionamento entre os jornalistas e o poder político em países ocidentais. Neste particular, pretende integrar-se, desde logo, as diversas dimensões de análise presentes nos inquéritos originais do projeto *WoJ* com os parâmetros acrescentados nesta dissertação, associados ao relacionamento entre as duas classes.

O capítulo é finalizado com a apresentação das questões de investigação que ficam subjacentes à análise da literatura (e que se revelam como as mais indicadas para atingir os objetivos propostos), seguida da formalização das respetivas hipóteses correlacionadas.

Convém, no entanto, referir desde já, o grande destaque que o projeto *WoJ* assume na revisão da literatura desta dissertação. Conforme avançado, não só esta dissertação está associada a esse projeto e propõe-se a fazer uma análise comparativa com alguns dos resultados existentes, como a própria relevância e alcance deste estudo comparativo entre países – que atualmente congrega mais de oitenta nações – justificaria plenamente um forte destaque desses dados. Até ao momento, os resultados recolhidos pelos investigadores do *WoJ* foram fulcrais para compreender os elementos constituintes de uma cultura jornalística e identificar as variáveis que influenciam a atividade em muitos pontos do globo. A exposição dos resultados alcançados no âmbito desse mesmo projeto é ainda essencial para compreender os tipos de jornalistas associados a cada cultura jornalística em particular e até que ponto traduzem os valores, os constrangimentos e a autonomia, entre outros aspetos, que caracterizam a atividade noticiosa em contextos políticos e mediáticos específicos.

## 1.1 - O contexto político e mediático português

O regime liberal foi introduzido em Portugal na segunda metade do século XIX, manifestamente tarde se comparado com outras nações europeias, o que se revelou bastante penoso para o desenvolvimento económico e social do país. Em 1910 é institucionalizada a 1ª República, que, depois de um curto período de total desorganização e insucesso, acaba por sucumbir perante um golpe de estado militar, em 1926. Até 1974, o país atravessa um longo período de autoritarismo e letargia intelectual, que só terminaria com a Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974. É então que se inicia a 3ª República Constitucional, um regime plenamente democrático que ainda hoje vigora no país. Nos anos 80 do século XX a sociedade portuguesa consegue abraçar a integração europeia como a única via de desenvolvimento para o país (Pinto *et al.*, 2005: 63-64), nomeadamente para a consolidação do processo democrático e para a modernização industrial e tecnológica da economia portuguesa. Em junho de 1985 o processo de adesão termina e Portugal torna-se membro oficial da Comunidade Económica Europeia (CEE) em Janeiro de 1986.

Ao longo da 3ª República, a evolução do sistema partidário português teve dois períodos distintos. Até meados da década de 1980, os resultados eleitorais nunca garantiram uma maioria de um só partido e a estabilidade necessária para que fossem orquestradas as políticas estruturais reclamadas para o desenvolvimento (ibid.: 173; Telo, 2007: 183). Só a partir de 1987 é que se assiste a uma “viragem maioritária” e à passagem definitiva de um panorama multipartidário para um sistema de dois partidos, caracterizado pela redução da fragmentação partidária (Pinto *et al.*: 179; Telo, 2007: 183-186). Verifica-se uma erosão do voto nos partidos menores, como o Centro Democrático Social (CDS-PP) ou o Partido Comunista Português (PCP), e uma concentração dos votos no Partido Socialista (PS) e no Partido Social Democrata (PSD). O que esteve por detrás desta evolução do sistema político português foi, em grande medida, o sistema eleitoral português (sistema de Hondt), que, embora esteja entre os sistemas de representação mais proporcionais, não é o mais favorável à representação dos pequenos partidos. Historicamente, a opção por este sistema é explicada pela fragmentação que se observou no Parlamento durante toda a 1ª República, que tinha agora que ser evitada a fim de promover maior estabilidade política (Pinto *et al.*: 174-178).

Os historiadores sugerem ainda que o regime semipresidencialista, que tem por base resultados eleitorais maioritários, pode ter contribuído para a bipolarização do sistema político e para a concentração dos votos nos PSD e no PS, a par de uma Constituição algo “revolucionária”, que forçou os partidos a não se distinguirem muito em termos ideológicos (excetuando o PCP), impedindo verdadeiras alternativas aos partidos do centro. A partir de 1987 a democracia portuguesa caracteriza-se também pela ampla volatilidade do voto, com a maioria dos eleitores a modificarem facilmente as suas escolhas e a votarem de forma alternada ora no PS, ora no PSD.

De acordo com Telo (2007: 192), a real democratização plural do país só se concretizaria efetivamente com a entrada na CEE, em Janeiro de 1986. A partir de 1987, e ao longo da década de 90, todos os governos portugueses foram apoiados por um único partido político, mantendo-se no poder até ao fim da legislatura. A partir de 2005, a tendência do bipartidismo parece sofrer um revés, visto que a soma dos votos do PS e do PSD não ultrapassa os 74%, o que corresponde ao valor mais baixo desde 1987 (Pinto *et al.*: 192).

É este percurso histórico de Portugal, sempre marcado pela grande instabilidade política, que parece ter estado na origem de inúmeras características que correntemente se associam ao sistema mediático nacional. Hallin e Papathanassopoulos (2002: 175-7) indicam que Portugal faz parte de um conjunto de países caracterizado pela diminuta circulação de jornais, por níveis elevados de instrumentalização dos media privados, pela politização dos órgãos de comunicação públicos e pela existência de condições limitadas para que o jornalismo se desenvolva enquanto profissão autónoma. Estas características seriam uma consequência direta de fatores históricos, económicos e sociais evidentes em todo o Sul da Europa. A uma tradição protestante e a direitos igualitários no Norte da Europa, opunha-se uma cultura mais autocrática e feudal no Sul, caracterizada pela ligação íntima entre as elites económicas e o poder político, pelo desenvolvimento tardio das instituições democráticas e pelas performances económicas e financeiras fracas (*ibid.*: 185-6). Há ainda que referir os processos de industrialização e de urbanização tardios, os baixos níveis de literacia e a influências de uma cultura autoritária que considerava o desenvolvimento intelectual uma ameaça ao poder político (*ibid.*: 188). Estas características forçaram o jornalismo a desenvolver-se sob a alçada do estado, ou então a financiar-se junto das elites económicas. O resultado é que, ainda hoje, se verifica uma forte instrumentalização dos media e a sua utilização como arma de arremesso no confronto político (*ibidem.*).

No caso português, desde 1976 que a Constituição protege a liberdade de imprensa, garante a inexistência de qualquer tipo de censura e permite uma livre concorrência no mercado mediático (Rocha, 1994: 369). Todavia, mesmo após o PREC (Processo Revolucionário Em Curso), um período revolucionário que durou até 1976, a televisão e a rádio públicas continuavam muito suscetíveis ao controlo do poder político (Novais, 2010: 118). Como aponta Rocha (1994: 383), “a gula dos governos” levou-os a utilizar sempre a televisão do Estado “como instrumento ao serviço da sua política”, sendo esta perspetiva partilhada por “todos os governos e todos os partidos”. Até o governo atual (uma coligação entre o Partido Social Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social (CDS-PP)), há pouco mais de um ano no poder, esteve recentemente envolvido em dois casos paradigmáticos: o cancelamento de um programa da *Antena 1*, depois de um jornalista ter tecido críticas às opções do executivo no âmbito do relacionamento com Angola (*Público*, 22 de Fevereiro de 2012); e pressões de um ministro sobre jornalistas do *Público*, para que não publicassem matérias sensíveis sobre o governo (*Público*, 25 de Maio de 2012). Apesar de tudo, a privatização dos jornais estatais no fim da década de 1980 e o aparecimento das televisões privadas na década de 1990 permitiu aliviar os constrangimentos políticos sobre os media portugueses. Foi óbvio que a comercialização da atividade jornalística permitiu às organizações noticiosas emanciparem-se das elites empresariais e políticas e adotarem uma postura mais independente perante a opinião pública (Hallin e Papathanassopoulos, 2002: 190-1).

De referir que a imprensa portuguesa é caracterizada pela inexistência de ligações partidárias ou ideológicas. De acordo com Novais (2010: 131), este compromisso dos media portugueses é uma consequência dum período de cinco décadas de censura e instrumentalização pelo regime ditatorial. Neste contexto, a independência acabou por ser tida como a mais importante orientação editorial. Curiosamente, isto é contrário àquilo que é observado noutros países europeus, onde o aparecimento da imprensa esteve intimamente ligado a lutas políticas ou religiosas, sendo que o lento desenvolvimento do mercado publicitário prolongou a existência de laços entre os media e o poder político - tradição ainda reforçada com o advento dos partidos de massas e das ditaduras fascistas e nazis (Mancini, 2005: 78-80). Assim, ainda hoje, alguns jornais europeus têm pontos de vista claros, de acordo com a posição política assumida por cada linha editorial (ibid.: 85).

No final do século XX, a imprensa portuguesa estava já ao mesmo nível tecnológico e qualitativo da imprensa europeia, pecando apenas pelo número diminuto de leitores (Rocha, 1994: 394). Os dados da *World Association of Newspapers and News Publishers* (WAN-IFRA) revelam que a circulação média de jornais não ultrapassou os 67,1 por cada mil habitantes, nos anos de 2007, 2008 e 2009. Recorde-se que em países como a Noruega ou a Finlândia a média de circulação de jornais é superior a 400 por cada mil habitantes. Considerando os media analisados nesta dissertação, verifica-se que o *Público* e o *Diário de Notícias* (DN) têm uma circulação diária que ronda os 35 mil exemplares e que o *Jornal de Notícias* (JN) não ultrapassa os 90 mil - dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), relativos aos últimos dois bimestres de 2011<sup>2</sup>. Relativamente aos jornais semanários, o *Expresso* lidera o mercado com uma circulação média de 100 mil exemplares, enquanto que o *Sol* se fica pelos 35 mil. Já no chamado mercado das *news magazines*, observa-se a liderança da *Visão* com uma média de 90 mil vendas, seguida da *Sábado* com uma circulação em torno dos 70 mil exemplares.

À semelhança do que acontece noutros mercados mediáticos europeus, é um jornal tabloide (*Correio da Manhã*) que domina o mercado da imprensa portuguesa, seguido de perto por um jornal de cariz mais popular (JN). Os diários de referência (*Público* e DN) apresentam valores de circulação desanimadores e refletem o pouco interesse das audiências na chamada *quality press*. Quanto à imprensa regional, existem 18 diários regionais, presentes em 7 distritos e nas duas regiões autónomas (dados da Entidade Reguladora da Comunicação (ERC), relativos a 2010<sup>3</sup>). O *Diário As Beiras* apresenta uma circulação média de 7 mil exemplares, enquanto o *Diário do Minho* se fica pelos 5 mil.

Relativamente ao sector televisivo, existem três grandes concorrentes na emissão aberta, que partilham entre si a maior fatia das audiências. A RTP1 é a televisão pública, foi fundada em 1957 e detêm a *RTP Informação*, um canal disponível na televisão por cabo. A SIC foi a primeira televisão privada e surgiu em 1992, apresentando níveis de audiências semelhantes aos da RTP1. Quanto à TVI, foi criada em 1993 e é a atual líder de audiências (ERC, 2011). Tal como a RTP, tanto a SIC como a TVI têm os seus próprios canais de informação na televisão por cabo, denominados de *SIC Notícias* e de

---

<sup>2</sup> *Análise Simples*. Informação consultada em 29 de Fevereiro de 2012, em <[http://www.apct.pt/Analise\\_simples.php](http://www.apct.pt/Analise_simples.php)>.

<sup>3</sup> *Imprensa Local e Regional em Portugal*. Informação consultada em 29 de Fevereiro de 2012, em <<http://www.erc.pt/documentos/ERCImprensaLocaleRegionalfinal.pdf>>.

TVI 24, respetivamente. De acordo com os dados da ERC (2011), é possível constatar que a adesão do público português aos conteúdos informativos não é baixa só na imprensa. Menos de 25% da audiência tende a assistir aos noticiários dos três grandes canais em conjunto, valores que são idênticos para os programas de debate e entrevista. Os dados da ERC (2011) indicam ainda que só as telenovelas ultrapassam os 25% de audiências nas três estações.

Relativamente à rádio, a *Antena 1* é a estação pública e, a par da *Rádio Renascença*, uma das rádios portuguesas mais antigas, criadas na década de 1930. De acordo com a Marktest (2011), a *Renascença* é a terceira mais ouvida em Portugal, seguida de perto pela *Antena 1*. Quanto à *TSF*, não se encontra entre as 5 rádio mais ouvidas no país, embora durante a década de 1990 tenha “alcançado enorme êxito nos meios políticos e de referência” (Rocha, 1994: 376). Os dados da Marktest indicam ainda que 80,1% dos residentes em Portugal Continental, com mais de 14 anos de idade, ouvem rádio, pelo menos, uma vez por semana. Curiosamente, nos últimos dez anos, as audiências da rádio em Portugal cresceram cerca de 11%, sobretudo no segmento dos adultos entre os 25 e os 54 anos de idade. Segundo a Marktest, este crescimento deveu-se a um maior número de ouvintes em automóveis e também nos meios online, que perfazem 21% dos ouvintes totais. Estas tendências seguiram o panorama internacional, onde as audiências de rádio cresceram exponencialmente ao longo dos últimos anos.

Por fim, não existem órgãos estritamente digitais com relevância no mercado mediático português, sobretudo quando se tratam de conteúdos políticos. Os dados da Marktest/Weborama (2012) indicam que órgãos como o *Sapo Notícias* ou o *Diário Digital* surgem em 18º e 26º, respetivamente, em termos de número de visitas online a sites informativos, bastante atrás dos sites dos media tradicionais, como o *publico.pt* ou o *jn.pt*, que aparecem em 5º e em 7º lugar, respetivamente. Recentemente, alguns destes órgãos vêm apostando também na utilização de algumas funcionalidades da Web para difundirem conteúdos hipermédia, associando os conteúdos textuais a vídeos, som ou infografias (Canavilhas, 2005: 1395).

## **1.2 - As influências sobre os jornalistas**

Hanitzsch *et al.* (2010) exploram as perceções que os jornalistas têm acerca das influências mais preponderantes no seu trabalho. Através dos dados recolhidos, os autores chegam a uma conceção inovadora acerca das dimensões de influência sobre os



jornalistas. No novo modelo existem seis dimensões de influência, cujos limites estão estabelecidos de forma muito mais clara do que em modelos anteriores:

- Influências políticas – São as que provêm do contexto político, desde o governo e os partidos, até aos políticos e o seu staff. Curiosamente, nesta dimensão são incluídos os interesses das grandes empresas, por estarem muitas vezes inseridos na arena da política económica. Como tal, a influência que o poder económico exerce sobre o trabalho jornalístico acaba por ser, na maioria das vezes, confundido com as influências típicas do contexto político (ibid.: 14-5). No caso de Portugal, esta realidade é ainda mais evidente, visto que as elites empresariais tendem a estar entrelaçadas com as elites políticas, numa partilha de íntima de interesses que é comum nos países do sul da Europa e da América Latina (Hallin e Papathanassopoulos, 2002);

- Influências económicas – Incidem diretamente nos órgãos de comunicação, como as expectativas de lucro, as considerações dos anunciantes, os estudos de mercado e das audiências e as questões relativas à concorrência. Há que ressaltar que as considerações dos anunciantes são influências internas da própria organização, no sentido em que os jornalistas têm em conta as necessidades dos anunciantes ao longo do todo o processo noticioso (Hanitzsch *et al.*, 2010: 15);

- Influências organizacionais – Referem-se às influências que partem da própria redação (coordenadores, editores e restantes supervisores), assim como da própria gestão do órgão de comunicação (gestores, proprietários, entre outros) (ibidem.);

- Influências processuais – São as limitações sentidas no processo de trabalho, nomeadamente os recursos financeiros, as limitações de tempo e de espaço, os *deadlines* e as rotinas jornalísticas (ibidem.);

- Influências profissionais – Convenções da profissão jornalística, assim como as de cada órgão de comunicação em particular. Aqui inclui-se a legislação que regula o mercado mediático e os códigos deontológicos de cada redação (ibid.: 15-6);

- Grupos de referência – Ao nível profissional consideram-se influentes os colegas da redação e os colegas de outros media, os órgãos de comunicação concorrentes e as audiências. Já ao nível pessoal são influentes a família, os amigos e os conhecidos. Por norma, os jornalistas utilizam estes grupos de referência para saberem se estão a corresponder às necessidades dos consumidores da informação (ibidem.).

Hanitzsch *et al.* (2010: 16-7) indicam que as influências percebidas com mais intensidade pelos jornalistas são as organizacionais, as profissionais e as processuais. Todas são provenientes do ambiente em que o jornalista se insere e, por

isso, são sentidas de forma imediata ao longo do seu dia a dia. Quanto às influências políticas, económicas e aos grupos de referência, tratam-se de influências externas à organização noticiosa, que acabam por ser sentidas de forma mais abstrata (ibidem.). Os investigadores explicam ainda que as pressões económicas e as influências políticas são, na maioria das vezes, absorvidas pela redação, que as filtra e distribui por vários jornalistas, fazendo com que estes não as sintam na sua plenitude e tenham uma percepção diminuta do seu impacto: “Relatively few journalists have to deal with these influences under the normal circumstances of everyday news work” (ibidem.).

Na sequência dos resultados anteriores, Hanitzsch e Mellado (2011) demonstram que por detrás das variações observadas de país para país, estão, sobretudo, fatores económicos e políticos. Por um lado, indicadores de liberdade de imprensa, de *performance* democrática e de paralelismo político pouco positivos estão intimamente relacionados com a percepção de fortes influências políticas, como acontece no caso da Turquia e da China (ibid.: 416-8). Por outro lado, níveis baixos de liberalização económica estão associados a uma percepção forte das influências económicas, como se verificou no Uganda e na Turquia. No entanto, esta conclusão inverteu-se no que toca aos países ocidentais, visto que naqueles em que a liberalização económica é superior, é também superior o grau de influência económica percebido pelos jornalistas. Isto demonstra, claramente, que os contextos de cada país impedem generalizações no âmbito das culturas jornalísticas. Embora se fale de globalização, não existe uma convergência das práticas jornalísticas e dos constrangimentos que abalam a profissão, sendo que as condições económicas e políticas de cada país parecem as grandes responsáveis por essas diferenças (ibid.: 419-20).

### **1.3 - As culturas jornalísticas**

De acordo com Hanitzsch (2007: 369), cultura jornalística pode ser definida como um conjunto de ideias e práticas através quais os jornalistas, conscientemente ou não, legitimam o seu papel na sociedade e dão sentido ao seu trabalho, perante eles próprios e os outros. Neste particular, Hanitzsch *et al.* (2011: 274-5) indicam que os estudos existentes são contraditórios. Se alguns apontam semelhanças entre as culturas jornalísticas, outros são profícuos em demonstrar diferenças entre os próprios países ocidentais (Weaver, 1998, Patterson e Donsbach, 1996, Donsbach e Klett, 1993, citados por Hanitzsch *et al.*, 2011). Tal como indicam Donsbach e Patterson:

*Journalists in Western democratic societies operate under similar legal, political, economic and cultural conditions. (...) Yet, Western journalists operate in societies that are not identical in their press histories and traditions and in their media and political structures. These differences can be expected to produce differences in the way that journalists see and do their jobs* (2004: 251-2).

A conceptualização de Hanitzsch *et al.* (2011: 275-6) propõe o estudo das culturas jornalísticas de acordo com três elementos principais: as funções institucionais da profissão, as epistemologias e as ideologias éticas.

As funções institucionais referem-se ao papel do jornalismo na sociedade, sendo que aqui devem ser analisados três parâmetros: o intervencionismo (se os jornalistas valorizam a isenção e a objetividade, ou se, pelo contrário, estão envolvidos naquilo que cobrem); a distância face ao poder (se preferem colaborar com as elites, ou então cumprir o papel de 4º Poder); e a orientação para o mercado (se dão prioridade a níveis elevados de audiência, ou então aos aspetos informativos da profissão).

As epistemologias aludem ao acesso à realidade, à verdade dos acontecimentos. Neste particular, analisam-se o valor da objetividade e do empirismo na atividade jornalística, sendo que a objetividade se refere à possibilidade de separar os factos das opiniões, enquanto que o empirismo está relacionado com o modo como os jornalistas acedem à realidade, quer através da observação, da utilização de provas, ou então através da análise pessoal e de ideias e valores próprios.

Quanto aos princípios éticos, pretendem aferir o peso do relativismo e do idealismo nas decisões jornalísticas. O primeiro refere-se à aceitação ou rejeição de princípios éticos universais. O segundo diz respeito ao facto das ações estarem mais focadas nos meios que utilizam, ou nos fins que se propõem a alcançar.

Em linhas gerais, os dados recolhidos numa amostra de 20 países no âmbito do projeto *Worlds of Journalism* (WoJ) demonstraram uma convergência global no que toca a algumas funções institucionais, nomeadamente na importância que os jornalistas atribuem à independência da profissão e à necessidade de vigiar o poder político (ibid.: 280). Porém, revelaram que nos países em desenvolvimento, ou em processo de transição para a democracia, os jornalistas são mais intervencionistas, procurando influenciar o processo político e promover a mudança social. Além disso, não valorizam a monitorização/vigilância das elites económicas, ao contrário daquilo que parece ser

norma nos países ocidentais (ibid.: 280-1). Já no que diz respeito à orientação para o mercado, ela é também superior nesses países, enquanto no ocidente há uma tendência para os jornalistas fornecerem a informação que consideram mais importante para as audiências (ibidem.).

Relativamente às epistemologias, há uma tendência para valorizar a objetividade e a imparcialidade na profissão. Os jornalistas preferem a informação factual e comprovada e consideram importante que as convicções e as crenças pessoais não interfiram na atividade jornalística (ibid.: 282). No entanto, em países como a Espanha, a Austrália, a Rússia, a Turquia ou Israel, não se consagra especial atenção à separação dos factos e das opiniões, valorizando-se também a interpretação e análise dos conteúdos noticiosos (ibid.: 283).

Por fim, os autores demonstram que a maioria dos jornalistas obedece a princípios éticos universais, independentemente da situação e do contexto, evitando métodos questionáveis de acesso aos acontecimentos (ibid.: 284). A exceção são países com os índices democráticos mais precários, como a Rússia, a China, ou o Egipto, onde os princípios éticos dos jornalistas tendem a estar adaptados a cada situação em particular (ibid.: 285).

Perante a generalidade dos dados, Hanitzsch *et al.* recusam a existência de uma cultura jornalística mundial, idealizando antes um sistema tripartido:

- 1) Cultura jornalística ocidental – Formada pelas culturas jornalísticas observadas na Áustria, na Austrália, na Alemanha, na Espanha, na Suíça e nos Estados Unidos da América;
- 2) Cultura jornalística da periferia ocidental – Correspondente às culturas jornalísticas observadas no Brasil, no México, em Israel, na Bulgária e na Roménia;
- 3) Cultura jornalística dos países em desenvolvimento ou em processo de transição para a democracia – Constituída pelas culturas jornalística identificadas no Chile, na China, no Egipto, na Indonésia, na Rússia, na Turquia e no Uganda.

Relativamente a Portugal, mesmo tendo em conta o desenvolvimento económico medíocre observado na última década (que culminou com a intervenção financeira do FMI, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu, em 2011), continua a apresentar uma situação política exemplar, sobretudo devido ao respeito pelos princípios democráticos ao longo das últimas três décadas. Como tal, pressupõe-se uma

clara aproximação dos jornalistas de política portugueses aos valores típicos da cultura jornalística ocidental. Prevê-se que, tal como os seus pares dos países ocidentais, eles atribuirão grande importância à independência e objetividade da profissão, ao escrutínio dos poderes instituídos, à publicação da informação mais importante para a audiência e que seguirão princípios éticos universais, entre outras características mais específicas.

#### **1.4 - Os tipos de jornalistas**

Centrando-se apenas nas funções institucionais (intervencionismo, distância face ao poder e orientação para o mercado), Hanitzsch (2011) diagnostica a existência de quatro grupos distintos de jornalistas: os “disseminadores populistas” (*populist disseminator*), os “vigilantes independentes” (*detached watchdog*), os “agentes críticos de mudança” (*critical change agent*) e ainda os “facilitadores oportunistas” (*opportunist facilitator*).

Os “disseminadores populistas” são aqueles que disseminam os conteúdos que atraem maiores audiências e que não valorizam a monitorização do poder político e das elites económicas. Contudo, consideram importante ter uma posição de observadores neutros, evitando uma posição ativa no processo noticioso (ibid.: 484-5). Quanto aos “vigilantes independentes”, valorizam uma posição de neutralidade, para poderem garantir uma postura cética e crítica face ao poder político e económico. O objetivo deste grupo é monitorizar as elites e disponibilizar informação necessária para que a audiência tome decisões responsáveis. Contudo, não são intervencionistas, nem estão dispostos a influenciar a opinião pública ou a definir a agenda política (ibidem.). É isso que os distingue dos “agentes críticos de mudança”, bastante intervencionistas no seu trabalho, procurando promover a mudança social, influenciar a opinião pública e definir a agenda política (ibid.: 486). Além disso, estão pouco orientados para o mercado, pois não valorizam atrair as audiências ou transmitir a informação que o público considera mais interessante (ibidem.). Por fim, os “facilitadores oportunistas” podem ser considerados como os parceiros das elites, numa tentativa de promover o desenvolvimento económico e político generalizado. Além de estarem alinhados com o poder político e económico, não valorizam a independência nem a neutralidade da profissão, negligenciando ainda motivar as audiências a participarem nas discussões políticas (ibidem.).

Como se depreende facilmente, o jornalista “vigilante independente” é o que domina entre os países ocidentais (com exceção da Espanha, onde impera o tipo “disseminador populista”). Quanto ao “agente crítico de mudança”, é o tipo de jornalista mais comum nos países em desenvolvimento, ou em processos de transição para a democracia, como o Egito ou a Turquia, procurando educar e mobilizar as audiências e promover a mudança social onde ela é necessária (ibid.: 486-8). Já o estilo “facilitador oportunista” domina nos países menos democratizados, como é o caso da China, do Uganda ou da Rússia. Curiosamente, este tipo de jornalista também foi observado nos restantes países, embora em números pouco representativos (ibidem.). Numa análise pormenorizada, Hanitzsch (ibidem.) verificou que os “vigilantes independentes” eram, sobretudo, encontrados nos meios de comunicação públicos dos países ocidentais, por estarem livres de pressões corporativas e comerciais. Já nos meios de comunicação privados, era possível encontrar jornalistas inseridos em qualquer um dos grupos definidos. De forma contrária, nos media estatais dos países menos democratizados encontrava-se a maioria dos jornalistas pertencentes ao grupo “facilitador oportunista”, sujeitos a um grande controlo político e ideológico (ibid.: 491).

De realçar ainda que Hanitzsch (ibid.: 490) descortinou uma associação entre as influências percepcionadas pelos jornalistas e a autonomia da profissão. Os “vigilantes independentes”, sendo os jornalistas que sentiam menores influências externas no seu trabalho (influências políticas, económicas e dos grupos de referência) eram também os que percepcionavam um maior grau de autonomia. Já o inverso ocorria no grupo dos “facilitadores oportunistas”, que a par de sentirem influências externas muito fortes, consideravam ter pouca autonomia no seu trabalho. Os dois restantes grupos ocupam, naturalmente, uma posição entre estes dois extremos, com graus de influência externa e de autonomia médios.

## **1.5 - O relacionamento entre os jornalistas e a classe política**

Hallin e Mancini (2004, citados por Voltmer, 2008: 25-6) indicam que as relações entre os media e a classe política são definidas, em grande medida, pelas especificidades culturais, políticas e históricas de cada local. Daí que se tenha tornado interessante, numa fase embrionária desta dissertação, estudar a perceção dos jornalistas portugueses face ao relacionamento que estabelecem com as elites políticas. Para van Aelst e Aalberg (2011: 75-6), o estudo da interação desenvolvida entre jornalistas e o

poder político interessa por três razões principais: indica porque determinados grupos impõem com mais sucesso os seus pontos de vista nos media; demonstra a importância que os jornalistas atribuem a valores como a objetividade e a independência, entre outros; e, por fim, permite conhecer o modo como poder político estrutura e coordena as estratégias em função da interação que estabelece com os media. É neste contexto que surgem as referências à literatura sobre fontes de informação e sobre jornalismo político, especialmente as que incidem sobre o relacionamento entre os jornalistas e a classe política nos países ocidentais.

A maioria das fontes utilizadas pelos jornalistas transmite os conteúdos de forma interessada, realçando os aspetos que dinamizem as suas pretensões (Santos, 2006: 29-32; Gans, 1979: 239). Os seus objetivos passam por conseguir uma cobertura jornalística mais positiva, impedir o acesso dos jornalistas a informações que comprometam determinadas estratégias (Ericson *et al.*, 1989, Schlesinger, 1990, Manning, 2001, citados por Santos, 2003: 37-38) ou construir uma relação de interdependência com os jornalistas, que traga ganhos a ambos os lados (Davis, 2009: 205; Stromback e Nord, 2006: 148). Os estudos clássicos (Sigal, 1973; Gans, 1979; Hall *et al.*, 1978) demonstraram que inúmeros constrangimentos impedem os jornalistas de cobrirem os acontecimentos na sua plenitude. É nesse contexto que as fontes surgem como a forma mais prática, direta e credível de ter acesso a uma grande quantidade de informação, cumprindo com o rigor e com a objetividade associadas ao jornalismo. Segundo estas perspetivas, as fontes acabam por facilitar o trabalho dos jornalistas.

Outros investigadores defendem que a dependência das fontes põe em causa a objetividade da produção noticiosa. Lewis *et al.* (2008: 17-18) concluíram que “a prática jornalística independente é a exceção e não a regra” e que a maior parte dos conteúdos noticiosos são resultantes da *pre-packaged information* fornecida pelas relações públicas (RP’s). Para os autores, isto significa uma clara ameaça ao papel do jornalismo enquanto 4º Poder.

Estudando o caso francês, Lloyd (2004: 39-40) concluiu que existia uma relação de grande proximidade entre os jornalistas e respetivos políticos. Esta situação representava um perigo para a própria democracia, não só por levantar inúmeras questões éticas, como também por limitar a noção que os jornalistas têm acerca daquilo que devem cobrir. A proximidade entre os dois grupos fazia com que a cobertura jornalística se centrasse no “microcosmos” político e relegasse para segundo plano aquilo que era realmente importante para os interesses dos cidadãos (*ibidem.*).

No ocidente, o grau de utilização da *pre-packaged information* está intimamente relacionado com os recursos financeiros e humanos das redações. Os media com jornalistas especializados e com uma situação financeira mais favorável são os que apresentam maior relutância face aos conteúdos dos RP's (Franklin, 1986, 1988, 1997, 2005, citado por Lewis *et al.* 2008: 2). Já as redações com uma situação financeira e profissional instável socorrem-se crescentemente desses conteúdos. Só assim conseguem ultrapassar os custos com o pessoal e aumentar o volume de informação que publicam, podendo até alargar as plataformas em que estão presentes, nomeadamente para o espaço online (*ibidem.*).

Para Zaller (1999), a relação existente entre políticos e jornalistas é baseada no confronto pelo domínio dos conteúdos noticiosos. O investigador argumenta que, com a crescente profissionalização das elites políticas, gerou-se um clima de oposição entre as duas partes, em que os jornalistas socorrem-se duma cobertura mais negativa para enfrentar as estratégias mais agressivas dos políticos. Isto resulta em itens noticiosos focados na exposição das declarações e ações dos políticos como estratégias de RP, num estilo cada vez mais interpretativo (Swanson, 2004: 51).

Por sua vez, num estudo que envolveu jornalistas e parlamentares britânicos, Davis (2009: 208-10) verificou que entre os dois grupos existia uma relação de troca, em que ambos os lados saíam beneficiados. Apesar de existirem conflitos e até pouca confiança entre as duas partes (pelo que a cobertura noticiosa tanto podia ser amigável, como bastante crítica) o autor concluiu que os jornalistas eram parte da própria esfera política, interagindo com os políticos de forma pessoal e institucionalizada. Apesar da existência de algum antagonismo, a relação estabelecida entre as duas partes acabava por ser de conhecimento mútuo e de ponderação (*ibidem.*).

Outros investigadores consideram esta relação uma “simbiose competitiva”, em que os políticos pretendem promover as suas causas, sem revelarem demasiados pormenores, e os jornalistas procuram acesso à informação, sem estabelecerem uma relação de conivência com as estratégias políticas (Wolfsfeld, 2011: 10). Seguindo esta lógica, os media agem como *watchdogs* em determinadas ocasiões, mas tentam sempre manter uma relação positiva com a classe política para que o acesso à informação não fique inviabilizado (Veltmer e Dobrevá, 2009: 5). Por sua vez, os políticos tentam influenciar a cobertura mediática de acordo com as suas pretensões, mas tendo o cuidado de não desencadear uma reação hostil por parte dos media (*ibidem.*).



Tal relação de simbiose é também reforçada pelos aspetos comerciais do jornalismo. A competição pelas audiências, assente em conteúdos espetaculares e dramáticos, e no entretenimento, obriga a um relacionamento próximo entre os jornalistas e o poder político (Louw, 2005: 73). À medida que se focam nos aspetos comerciais da profissão, os media têm uma maior necessidade de se aproximarem das fontes ligadas às elites, pois só assim conseguem manter autoridade e legitimidade junto da opinião pública (Benson e Hallin, 2007: 43).

Independentemente do contexto de cada país, os políticos perceberam que os media são fulcrais não só nos processos eleitorais, mas também para uma governação segura e estável. Isso levou-os a munirem-se de ferramentas que permitissem tirar o devido proveito das vantagens que uma imprensa favorável pode representar (Swanson, 2004: 51). Atualmente, além de estabelecerem uma ligação íntima com os repórteres para influenciarem o seu trabalho, os políticos recorrem a técnicas modernas de comunicação política (Pfetsch, 1998: 72). O acesso às audiências é vital, pelo que as elites desenvolveram ou adotaram técnicas de diferentes disciplinas (relações públicas, marketing, análise estatística, entre outras) que lhes permitissem ter maior controlo sobre a agenda mediática e sobre a cobertura jornalística (Swanson e Mancini, 1994 citados por Negrine, 1996: 147-150; Esser *et al.*, 2000: 210-2; Voltmer, 2006: 251). Tal como Van Aelst e colegas asseveram:

*Politicians (...) are convinced of the fact that media attention is crucial for their electoral success and future career. Getting in the news is therefore seen as a question of political 'life and death'. (...) In the eyes of the politicians, every 10 seconds of (favourable) media exposure can help to pull the floating voter to their side (2008: 194-5).*

Devido a limitações de tempo e de espaço, os jornalistas têm de selecionar as informações mais relevantes, de acordo com um conjunto de critérios noticiosos, o que obriga os atores políticos a competirem entre si pelo acesso ao espaço mediático (Gans, 1979; van Aelst *et al.*, 2008; Tresch, 2009). Muitos perceberam que é possível adquirir maior atenção mediática através da criação de eventos que vão ao encontro da lógica noticiosa (van Aelst, 2008: 205-6). No entanto, aqueles que estão localizados no topo da hierarquia do estado continuam a apresentar maiores capacidades – desde financeiras a

logísticas - para recorrerem a essas estratégias de comunicação modernas (Kriesi *et al.*, 2007, citado por Tresch, 2009: 86).

A literatura indica que tende a ser a classe política a definir o modo como os jornalistas acedem à informação (Cook, 1998: 102). Em vários países observa-se a existência de sistemas que visam coordenar a presença dos media nas principais arenas políticas, promovendo uma interação próxima e prolongada com o poder político e levando ao estabelecimento de laços de confiança entre as duas partes (Pfetsch, 1998: 84). De acordo com Brants *et al.* (2010: 27), ao interagirem num círculo tão limitado e ao partilharem um conjunto alargado de valores, ambos os grupos acabam por ter um comportamento autista relativamente às coisas que não são provenientes do seu espaço de relacionamento.

No Reino Unido, o famoso sistema de Lobby põe à disposição de um número limitado de jornalistas os *briefings* informativos do governo. Este sistema permite a passagem de informações aos jornalistas sem atribuição de fontes, a interpretação das histórias e a passagem de informações de background, através das quais eles constroem as suas peças (*ibidem.*). Por norma, os jornalistas selecionados para integrarem o Lobby são os que apresentam uma postura favorável, ou os que são especialmente influentes e sobre os quais vale a pena reforçar as estratégias de comunicação (Oates, 2008: 55-6). No entanto, o acesso a estes *briefings* obriga a respeitar uma série de condições próximas dos interesses do poder político. Os repórteres que não respeitam o anonimato das fontes, que colocam questões embaraçosas ou que apresentam uma postura pouco favorável são excluídos, perdendo o acesso a informação privilegiada ou, por vezes, exclusiva (*ibid.*: 56).

Já na Alemanha, os *Hintergrundkreise* (“círculos de background”) são promovidos pelos próprios jornalistas, no sentido de obterem informações de background. Contudo, é uma oportunidade que os políticos não desperdiçam para gerir adequadamente a informação, ou até para testar determinados temas ou mensagens (Pfetsch, 1998: 84) – também denominado de *kite-flying* (Gaber, 2000). Estes dois exemplos demonstram como é mais fácil os jornalistas trabalharem em parceria com os políticos, do que exercerem um verdadeiro papel de *watchdogs*, que obriga a processos de investigação morosos, caros e, muitas vezes, sem qualquer garantia de sucesso.

Nos países onde não existem regras estabelecidas para o relacionamento entre estes dois grupos (como a Itália, ou até Portugal), os processos de produção noticiosa são mais informais (Mancini, 1993: 35). A presença contínua dos repórteres nos centros

de poder faz com que se estabeleçam contatos pessoais com o poder político e, a partir de um conjunto de conversas confidenciais, produzam os conteúdos noticiosos (ibidem.). No caso da Itália, Mancini refere que esta informalidade não se deve à falta de profissionalização das elites, mas sim à própria complexidade do sistema político. Tal como é visível em Portugal, existe uma forte competição interpartidária e entre distintas fações de um mesmo partido. Como tal, surgem inúmeros pontos de vista contrastantes, que promovem um relacionamento informal com os jornalistas, muito à base contato próximo e confidencial (ibid.: 35-6).

Parece evidente que os políticos têm maior capacidade para definir o modo de relacionamento com os jornalistas. Eles determinam que declarações podem ser atribuídas, quais são em *off the record*, que questões podem ser colocadas, ou até que jornalistas podem ter acesso aos acontecimentos (Cook, 1998: 103). Quando um determinado *medium* não aceita essas condições, outros não deixam escapar uma oportunidade de alcançar níveis mais elevados de audiências. Tal como é explicado por Wolfsfeld (2011: 72), as prioridades dos jornalistas ocidentais não são influenciar a agenda noticiosa e a opinião pública, mas sim superar os órgãos de comunicação concorrentes. Sabendo da feroz competição associada ao mercado mediático, os políticos aproveitam ao máximo a sua posição privilegiada para conseguir ganhos importantes (Præstekær *et al.*, 2011: 395). Relativamente aos media, o acesso exclusivo às informações (mesmo que submetidas aos interesses das fontes) pode permite ganhos de audiência e de anunciantes, garante um ótimo fluxo informativo e representa custos mais baixos do que a investigação independente.

Já no que toca à apresentação dos conteúdos noticiosos, as perspetivas parecem ser mais favoráveis para os jornalistas. Eles decidem que factos incluem nas peças, a que fontes recorrem para obterem uma perspetiva independente e objetiva, que dúvidas levantam e que motivações invocam (Cook, 1998: 104-5). Zvi Reich (2006) indica que alguns académicos desvalorizam a hipótese dos jornalistas contatarem outras fontes de informação, ou atravessarem uma segunda fase de obtenção de dados, em que confirmam a informação ou obtêm comentários acerca do material que reuniram. Segundo o autor, esta fase do processo noticioso é a mais preponderante, pois minimiza o poder das fontes sobre os conteúdos reunidos pelo jornalista. Assim, a produção noticiosa seria constituída por uma primeira fase em que as fontes dominam os *flows* informativos, seguida de uma segunda fase em que o domínio e a iniciativa passam para o lado dos repórteres (ibid.: 509).

Ademais, os jornalistas é que ditam o modo de apresentação dos factos, através da interpretação dos acontecimentos e daquilo que os políticos dizem ou fazem (Stromback e Nord, 2006: 153). Apesar das estratégias de comunicação política e da adaptação à lógica mediática, os jornalistas é que decidem quem entrevistar, que factos incluir nas suas histórias ou que ideais promover ou criticar (ibidem.). Contudo, no caso português, verificou-se que os media só geram enquadramentos diferentes daqueles promovidos pelas fontes oficiais em ocasiões excepcionais, quando esses enquadramentos são falsos ou totalmente desajustados da realidade (Novais e Martinho, 2011: 154-5). Esta postura passiva dos meios de comunicação nacionais é atribuída à inexistência de investigação no seio da atividade jornalística, que perpetua os enquadramentos positivos lançados pelo poder político, em especial os do governo (ibidem.).

Mesmo assim, o poder político não consegue controlar tudo o que os media obtêm quando encetam processos de investigação. São comuns os casos de informações que surgem em sentido contrário àquilo que é definido e controlado pelas RP's dos partidos e dos candidatos políticos. Wolfsfeld (2011: 34) refere que os políticos que não conseguem controlar os eventos na sua totalidade, dominar os *flows* informativos e obter consenso em torno das suas causas, têm dificuldades para vencer este “confronto”.

Mas não é só o acesso e a difusão da informação que está em causa. Van Aelst *et al.* (2010) indicam que tão importante como conseguir o apoio do eleitorado, é conseguir bases de apoio dentro do próprio partido. Em determinadas ocasiões, a esfera pública acaba por ser o meio mais eficaz para um político convencer os seus pares acerca da importância de uma posição. É igualmente importante para os políticos aproveitarem a exposição mediática para garantirem uma posição de maior relevância junto das lideranças (ibid.: 312). Existem ainda casos em que eles se aproximam dos jornalistas com o intuito recolherem dados e informações importantes (ibidem.). O jornalista de política tem um conhecimento amplo e aprofundado de certas matérias, que pode ser muito valioso para a performance de um político (McCargo, 2002: 98-9). Ao recolherem conhecimentos ao longo da vida profissional, muitos jornalistas tornam-se especialistas em comunicação política, conhecendo a melhor forma de apresentar as matérias perante o eleitorado (ibidem.). Por fim, também é sabido que os políticos aproximam-se dos jornalistas com o objetivo de prejudicarem os seus adversários, ou até colegas do próprio partido, fornecendo material ou informações danosas que os depreciem (ibidem.).

Focando os aspetos mais particulares deste relacionamento, van Aelst e Aalberg (2011) verificaram que os jornalistas mais experientes e os que trabalham exclusivamente nas editorias de política relacionam-se mais pessoalmente com os políticos. Contudo, a existência de relações de amizade com os políticos, a troca de números de telefone, ou os encontros informais, não implicaram diferenças no grau de suspeição que os jornalistas apresentam por aquela classe (ibid.: 84). Os autores verificaram uma clara tendência para que a confiança e a suspeição entre os dois grupos fosse simultaneamente visível, visto que, por um lado, os jornalistas precisam de se aproximar dos políticos para construírem as suas notícias e, por outro lado, precisam de monitorizar o poder político e ir ao encontro da sua função de *watchdogs* (ibid.: 85).

Noutro estudo, mas desta vez levado a cabo na Bulgária, Voltmer e Dobrev (2009) verificaram que são comuns os casos de ligações demasiadamente próximas entre as duas partes. É comum os políticos favorecerem os jornalistas que lhes dão mais garantias de levarem a cabo uma cobertura noticiosa positiva, enquanto excluem do acesso à informação os jornalistas que tendem a ser menos colaboradores (ibid.: 18). Outros vão para além da troca da informação por uma cobertura jornalística mais positiva e optam mesmo por subornar jornalistas, para terem uma maior e mais favorável atenção mediática (ibid.: 20-1). Existem também casos em que esses pagamentos visam impedir as atitudes mais negativas de um determinado órgão de comunicação afeto a outro grupo político. De reforçar que estes dados são relativos a uma democracia jovem, em que existem eleições livres, liberdade de expressão e um processo político saudável.

Também uma sondagem realizada a 200 jornalistas pela britânica Rainier PR, demonstrou que a maioria dos repórteres podia ser influenciada pelos “almoços grátis” e pelas “viagens” patrocinadas pelos RP’s (Adesara, 2004, citado por Kaur e Shaari, 2006: 17). O mesmo relatório sugeriu que os jornalistas tendem a apresentar pouca consideração pelos assessores de imprensa, por considerarem-nos pouco conhecedores das necessidades jornalísticas (ibid.: 10). Por sua vez, os assessores queixavam-se da pouca objetividade jornalística e da existência de subornos no domínio daquela atividade (ibidem.).

Através da aplicação de inquéritos a jornalistas e a RP’s da Malásia, Kaur e Shaari (2006: 27) verificaram que quase metade dos inquiridos de ambos os grupos concordava que existiam formas indiretas de suborno sobre os media daquele país, apesar de nenhum considerar que esse género de atividade fosse minimamente aceitável

(ibid.: 27-9). Embora estes dados sejam relativos a um país não democrático e no contexto do sudoeste asiático, os números são preocupantes e revelam os dilemas éticos que podem minar a profissão. Também na Tailândia os investigadores descortinaram a existência de questões éticas sensíveis relativamente ao relacionamento entre os dois grupos, que podiam ir desde um almoço, até questões relacionadas com subornos, algumas vezes solicitados pelos próprios jornalistas (McCargo, 2002: 100).

McQuail, Graber e Pippa Norris (1998: 251) resumem a relação existente entre políticos e jornalistas a um conjunto dinâmico de pressões, restrições e tentativas de acesso à informação, em que tanto pode haver uma plena simbiose, como conflitos mais duros entre as duas partes. Para os autores, nem a cooperação, nem o confronto, podem ser considerados como saudáveis para a democracia, pois como se observou, ambos podem trazer benefícios, assim como perigos assinaláveis, sobretudo quando o que está em jogo é a independência e a integridade dos media (ibidem.).

### **1.5.1 – Tendências recentes do jornalismo político**

Ao longo das últimas décadas, o jornalismo político sofreu evoluções importantes, que são explicativas de algumas das tendências atuais. A profissionalização da comunicação política, o aparecimento das transmissões televisivas, o aperfeiçoamento da formação jornalística, uma prática profissional mais analítica e científica (como se observa pelo uso crescente de sondagens e estudos de opinião), alteraram definitivamente a forma como os jornalistas se relacionam com o poder político (Neveu, 2002: 29-30). Além disso, a iniciativa privada e o fim do controlo estatal sobre a generalidade dos media suscitou uma crescente concorrência no mercado, sobretudo pela necessidade de captar anunciantes e o respetivo financiamento (ibidem.). Estes desenvolvimentos tiveram importantes repercussões na atividade noticiosa e na forma como classe jornalística e as elites políticas se relacionam.

O jornalismo político tem sido também marcado pela tendência para a interpretação, sobretudo desde a década de 1970. É comum os repórteres misturarem factos com análises próprias, questionarem as decisões dos políticos ou as suas intenções, inferirem possíveis causas e consequências, colocando-se como analistas daquilo que observam (Patterson, 1998 e 2000). Com o desenvolvimento das transmissões televisivas na década de 1960, os jornais adotaram a postura interpretativa como forma de se superiorizarem à capacidade da TV para transmitir informações com

grande rapidez (Patterson, 2000: 250-2). Este novo estilo parecia atribuir aos repórteres maior poder sobre os conteúdos noticiosos, dando-lhes uma falsa sensação de que estavam a monitorizar as elites. Nos EUA, este novo paradigma surgiu também como resposta à desconfiança crescente face aos políticos (Patterson, 1998: 25-6). Depois da guerra do Vietname e dos acontecimentos relativos ao caso Watergate, muitos jornalistas decidem não se limitar a ouvir as elites, mas também a escrutinar ou criticar as suas ações e os motivos por detrás das mesmas (ibidem.). Para Brants e Kempen (2002: 170), ao adotar uma postura de suspeição relativamente aos políticos, os media acabam por substituir o jornalismo investigativo de outrora, pela interpretação constante dos itens noticiosos.

Outros académicos indicam que os jornalistas socorreram-se de uma cobertura noticiosa mais ofensiva e crítica dos políticos como forma de garantirem a independência da profissão (Swanson, 2004: 53). Para se legitimarem perante a opinião pública, os jornalistas começaram a desconstruir as estratégias de *spin doctoring* da classe política, expondo os processos de persuasão do eleitorado (Kuhn, 2002: 64). Este enfoque no jogo político permitiu que os jornalistas processassem o seu trabalho de forma mais lesta e simples.

Construir material informativo mais focado no interesse humano e nas personalidades políticas não exige especialização e conhecimentos aprofundados das questões políticas, mas permite captar a atenção de uma audiência focada nos conteúdos triviais, que podem ser assimilados mais facilmente (ibid.: 65-6). Para alguns investigadores, as críticas e o maior enfoque no conflito e no jogo político contribuiu para quebrar os laços existentes entre os eleitores e os políticos, levando à queda da confiança por aquela classe (Patterson, 1998: 27). Contudo, é certo que uma imprensa favorável também não é saudável para a democracia (ibidem.).

O estilo jornalístico crescentemente crítico foi identificado por Benson e Hallin (2007) também na Europa, que o consideram como a única forma dos media garantirem a sua legitimidade perante a opinião pública (ibid.: 42). Ao não conseguirem investigar como outrora, os jornalistas recorrem a estas novas formas de escrutinar e monitorizar as elites políticas (ibidem.). Além disso, a crescente concorrência no mercado mediático leva os jornais a adotarem um estilo cada vez mais dramático e sensacionalista, em que a cobertura da política como um jogo e o destaque dado aos escândalos assume um papel fulcral na luta pelas audiências (ibidem.). Isto cria uma dissonância nos próprios jornalistas, que se vêm confrontados com a necessidade de executarem o papel de 4º

Poder e, ao mesmo tempo, produzirem conteúdos mais espetaculares e comerciais (ibid.: 43). Assim, acaba por ser crescente o número de jornalistas que, apesar de trabalhar em órgãos de comunicação onde dominam os conteúdos noticiosos sensacionalistas, acredita ter uma verdadeira posição de *watchdog*: “The outcome is a sensationalized watchdogism appealing to entertainment-seeking mass audiences” (Louw, 2005: 49).

É neste particular que convém referir a “Espiral do Cinismo”, preconizada por Cappella e Jamieson (1997, citados por Wolfsfeld, 2011; van Dalen *et al.*, 2011). Segundo esses autores, os jornalistas enquadram os acontecimentos políticos como um confronto constante, em que tudo o que é dito tem por objetivo aumentar os níveis de reconhecimento e de popularidade de um partido ou de um candidato. Ao haver uma supremacia deste tipo de cobertura, os políticos passam a promover conteúdos cínicos sobre os adversários, de forma a conseguirem maior cobertura noticiosa. Consequentemente, a audiência adota uma postura mais cínica face ao espectro político, reforçando a ideia de que esse é o tipo de enquadramento noticioso que deve ser privilegiado. Naturalmente, os jornalistas reforçam o cinismo apresentado nos conteúdos noticiosos e completam esta espiral. O resultado é uma desconfiança generalizada face ao sistema político, em que os temas substantivos deixam de ter a devida cobertura e os jornalistas passam a centrar-se, em grande medida, nas questões triviais da vida política (ibidem.; van Dalen *et al.*, 2011: 147-8).

Por fim, é também importante conhecer a perceção dos jornalistas relativamente à influência das plataformas online na sua atividade. Há que avaliar a perceção dos jornalistas portugueses relativamente à utilização das redes sociais no seu trabalho e ao modo como elas se podem, ou não, constituir como plataformas de acesso aos conteúdos políticos.

As possibilidades da web já não são menosprezadas, sobretudo pelos partidos ou candidatos de menor dimensão que podem ser aqui muito mais visíveis do que nos media tradicionais (Foot e Schneider, 2006: 197). Além de se centrarem no desenvolvimento de web sites avançados tecnologicamente, a classe política está a integrar cada vez mais o uso de novas ferramentas online, como é o caso das redes sociais (Panagopoulos, 2009: 9-11; Kirk e Schill, 2011: 342). Ao contrário do que acontece nos websites - em que a criação de conteúdos sofisticados reflete a disparidade entre os partidos de maior e menor dimensão (Chadwick, 2006: 149; Margolis *et al.*, 2003: 58) -, as novas plataformas online permitem uma presença na web supostamente mais equivalente para todos os políticos. Além disso, constituem uma forma simples e



cómoda de levar uma campanha eleitoral ou um tema político ao encontro de um eleitorado que, de outra forma, não visitaria o website do partido ou do candidato de livre vontade (Panagopoulos, 2009: 9).

Curiosamente, observou-se que muitos políticos utilizam o Facebook ou os blogs para debater os temas mais sérios ou os aspetos dos programas eleitorais que não conseguem introduzir na agenda mediática, cada vez mais marcada pela chamada *horse race coverage* (ibid.: 451). Também se observou que as elites políticas substituem estratégias clássicas de comunicação por anúncios nas redes sociais (o caso mais notório em Portugal é o próprio Presidente da República, Cavaco Silva), para lançar propostas, vincar posições ou rebater as perspetivas dos opositores (Chadwick, 2006: 174). Como tal, é importante conhecer a perceção dos jornalistas relativamente a estas plataformas online, visto que são crescentes as atividades políticas que lá se desenrolam.

Segundo a literatura, a Internet e as suas funcionalidades representam uma forma inovadora dos jornalistas procurarem informação relevante para os seus artigos noticiosos (Borders e Kirk, 2005: 556). Para os políticos, as vantagens da presença nas redes sociais são, essencialmente, poderem constituir-se como fonte de informação para os media e ter, ao mesmo tempo, uma relação de maior proximidade com o eleitorado, sem se sujeitarem ao filtro mediático e à interpretação das mensagens pelos jornalistas (Kirk e Schill, 2011: 329; Trammel, 2010: 1255; Bimber e Davis, 2003: 21). No entanto, são também crescentes os casos em que a *vox populi* aproveita as possibilidades das redes sociais para demonstrar a indignação ou desacordo com os partidos políticos, com o governo ou com políticos em particular. Nesses casos, o controlo da informação é muito mais complicado e os jornalistas acabam por ter ótimo material de análise, sem sequer saírem da redação.

## **1.6 – Questões de investigação e hipóteses**

Tendo em conta a abordagem de outros investigadores - Hanitzsch (2011), Hanitzsch *et al.* (2010 e 2011), Hanitzsch e Mellado (2011) -, e a revisão da literatura empreendida anteriormente é importante responder a um conjunto de questões de investigação, avançando eventuais hipóteses. Ademais, a aplicação dos inquéritos por questionário do projeto *Worlds of Journalism* (WoJ) às editorias de política portuguesas permite amplas possibilidades de análise, conforme se demonstra de seguida:

**QI 1** - Quais as principais influências para os jornalistas das editoriais políticas dos media portugueses?

**Hipótese 1.1** – Espera-se que as influências mais sentidas pelos jornalistas sejam as organizacionais, as profissionais e as processuais, ou seja, aquelas que são provenientes do ambiente interno em que o jornalista opera;

**Hipótese 1.2** – Prevê-se que as influências económicas percebidas pelos jornalistas portugueses serão fracas, por estarmos perante um país ocidental onde o grau de liberalização económica existente é limitado;

**Hipótese 1.3** – Espera-se uma perceção média a forte das influências políticas entre os jornalistas portugueses, devido à juventude da democracia, que entrou na fase de maturidade apenas há 25 anos, com a entrada na CEE. Hallin e Papathanassopoulos (2002: 185) também associam o desenvolvimento tardio das democracias do sul da Europa a formas de clientelismo político que afetam a atividade dos media.

Para testar estas hipóteses vão analisar-se os resultados dos inquéritos por questionário, nomeadamente o grau de influência que os jornalistas atribuíram a uma série de fatores no seu trabalho. Cada um dos fatores está associado a um grupo de influências, nomeadamente as organizacionais, as profissionais, as processuais, as económicas, as políticas e os grupos de referência. As influências individuais (valores e crenças pessoais, considerações religiosas e convicções políticas e ideológicas) não serão consideradas, visto que são fatores intrínsecos a cada jornalista e que influenciam o trabalho num nível subconsciente. Como tal, não refletem as influências sobre o trabalho jornalístico que se pretendem analisar.

**QI 2** - Em qual das três culturas jornalísticas preconizadas por Hanitzsch *et al.* (2011) podemos incluir o jornalismo político português?

**Hipótese 2** – Prevê-se que a cultura jornalística portuguesa esteja inserida no modelo jornalístico ocidental.

Através da percepção dos jornalistas face às funções institucionais, às epistemologias e aos princípios éticos, vai aferir-se em que modelo se integra a cultura jornalística portuguesa. Para tal, vai avaliar-se a importância que os jornalistas associaram, numa escala de cinco valores, a um conjunto de frases relativas a cada um dos parâmetros de análise:

- Função institucional:

- Ser um observador estritamente neutro;
- Monitorizar os líderes políticos;
- Monitorizar as elites empresariais;
- Determinar a agenda política;
- Influenciar a opinião pública;
- Defender a mudança social;
- Ter uma atitude adversária para com o Governo;
- Transmitir uma imagem positiva das lideranças políticas e empresariais;
- Apostar no entretenimento e nos conteúdos mais suaves;
- Transmitir o tipo de notícias que atraia mais audiências;
- Fornecer aos cidadãos informações importantes para que possam tomar decisões políticas;
- Motivar as pessoas a participarem nas atividades e discussões políticas.

- Epistemologias:

- Transmitir conteúdos factuais e comprovados;
- Ser imparcial na procura e no tratamento da informação;
- Manter distância da informação que não pode ser comprovada;
- Reportar a realidade tal como ela é;
- Fornecer análises e interpretações da informação política;
- Apoiar políticas pessoalmente consideradas como as mais importantes;
- Introduzir perspetivas pessoais nas peças;
- Deixar os factos falarem por si próprios;

- Princípios éticos:

- Existem princípios éticos universais que devem ser seguidos por todos os jornalistas, independentemente da situação e do contexto;

- O que é ético no jornalismo varia conforme a situação e o contexto;
- O que é ético no jornalismo é uma matéria de análise e decisão pessoal;
- O que é ético no jornalismo pode modificar-se em determinadas circunstâncias excepcionais;
- Existem situações nas quais eventuais consequências negativas são justificáveis, se o resultado for uma notícia que produza um bem maior.

**QI 3** - De acordo com o modelo de Hanitzsch (2011), que tipo de jornalista é dominante nas editorias políticas portuguesas?

**Hipótese 3.1** - Pressupõe-se que o arquétipo do jornalista político português será semelhante àquele que foi identificado na Espanha, ou seja, o estilo “disseminador populista”;

**Hipótese 3.2** – No que toca à imprensa escrita portuguesa, prevê-se um domínio do estilo “vigilante independente” no *DN*, no *Público*, no *Expresso* e no *Sol*, devido ao facto de serem jornais de referência, pelo que estarão focados na monitorização e vigilância das elites e menos orientados para a obtenção de maiores audiências.

Para comprovar estas hipóteses vão ser analisadas as respostas dos jornalistas no que toca à perceção da sua função institucional. Seguindo os mesmos critérios de Hanitzsch (2010), vão ser classificados como “vigilante independente” os jornalistas que apreciem: “ser um observador estritamente neutro”; “fornecer aos cidadãos informações importantes para que possam tomar decisões políticas”; “monitorizar os líderes políticos”; e “monitorizar as elites empresariais”.

Por sua vez, vão ser considerados como “disseminadores populistas” os jornalistas que preferirem: “apostar no entretenimento e nos conteúdos mais suaves”; “ser um observador estritamente neutro”; e “transmitir o tipo de notícias que atraia mais audiências”.

Como “agentes críticos de mudança” vão ser denominados aqueles que valorizem: “influenciar a opinião pública”; “defender a mudança social”; “monitorizar as elites empresariais”; “monitorizar os líderes políticos”; “determinar a agenda política”; e “motivar as pessoas a participarem nas atividades e discussões políticas”.

Por fim, serão integrados no grupo “facilitador oportunista” os jornalistas que preferirem: “transmitir uma imagem positiva das lideranças políticas e empresariais”; e “transmitir o tipo de notícias que atraia mais audiências”.

**QI 4** – Os jornalistas identificados com o estilo “vigilante independente” são os que percebem maior autonomia no seu trabalho?

**Hipótese 4** – Prevê-se que os jornalistas “vigilantes independentes” sejam aqueles que percebem o grau mais baixo de influência externa no seu trabalho e, consequentemente, os que atribuem maior autonomia à sua atividade.

A comprovação desta hipótese exige verificar se os jornalistas identificados com o grupo “vigilante independente” são os que percebem menores influências externas no seu trabalho, ou seja, menores influências políticas, económicas e dos grupos de referência. Em seguida, há que descortinar se são também o grupo que percebe maior autonomia na atividade. Para isso, vão analisar-se as respostas dos jornalistas no que toca à liberdade que têm para escolher os temas sobre os quais trabalham e para decidir os aspetos que devem ser enfatizados em cada peça que produzem ou editam.

**QI 5** – A cobertura jornalística evidenciada pelos jornais portugueses é coerente com o tipo de jornalista identificado nos inquéritos por questionário?

**Hipótese 5** – Prevê-se que o produto noticioso dos jornais seja o reflexo do tipo de jornalista dominante em cada uma das redações.

Assim, onde domina o estilo “vigilante independente”, prevê-se uma cobertura marcada por:

- 1) Utilização proporcional e independente de fontes de informação;
- 2) Utilização de palavras e termos comparativos factuais e objetivos, focados no interesse público;
- 3) Existência de críticas ao poder político;
- 4) Cobertura extensa e completa dos acontecimentos.

Já nos jornais onde domina o estilo “disseminador populista”, espera-se:

- 1) Utilização proporcional e independente de fontes de informação;
- 2) Utilização de palavras e termos comparativos emocionais, sensacionalistas, espetaculares ou exagerados;
- 3) Número reduzido de críticas ao poder político;
- 4) Existência de temas ausentes da cobertura jornalística.

Como se pode depreender, espera-se uma ligação causal entre o tipo de jornalista dominante nas editorias de política e o produto jornalístico resultante da sua atividade. Nos jornais onde domina o estilo “vigilante independente”, as previsões apontadas são o reflexo de uma cultura jornalística focada em dotar às audiências da informação que permita a tomada de decisões políticas responsáveis e orientada para uma efetiva monitorização das elites políticas e económicas. Já nos jornais onde domina o estilo “disseminador populista”, prevê-se uma cobertura jornalística que reflita maior orientação para o mercado e menor interesse na monitorização das elites, não deixando, no entanto, de valorizar a neutralidade e a isenção da atividade noticiosa.

## Capítulo 2 - Metodologia

Neste capítulo são explanadas as questões metodológicas envolvidas nesta dissertação, nomeadamente o modo de aplicação de cada metodologia em particular e a forma como elas permitem corroborar as hipóteses colocadas. São também especificadas as amostras, as categorias de análise e ainda os respetivos objetivos.

Conforme já referido, esta dissertação tem por base os inquéritos por questionário do estudo internacional *Worlds of Journalism*, que foram utilizados para responder diretamente às seguintes questões de investigação:

- QI 1 - Quais as principais influências para os jornalistas das editorias políticas dos media portugueses?

- QI 2 - Em qual das três culturas jornalísticas preconizadas por Hanitzsch *et al.* (2011) podemos incluir o jornalismo político português?

- QI 3 - De acordo com o modelo de Hanitzsch (2011), que tipo de jornalista é dominante nas editorias políticas portuguesas?

- QI 4 - Os jornalistas identificados com o estilo “vigilante independente” são os que percebem maior autonomia no seu trabalho?

Os questionários do *WoJ* não só foram traduzidos e adaptados à realidade nacional, mas também complementados com questões adicionais que permitissem medir outros parâmetros considerados pertinentes para o contexto desta investigação. Os inquéritos foram aplicados somente a jornalistas portugueses das editorias de política, tendo-se conseguido a participação válida de 63 inquiridos de 17 órgãos de comunicação social.

Já para responder à QI 5 (que se propunha a verificar a concordância entre as perceções evidenciadas pelos jornalistas nos inquéritos por questionário e os itens noticiosos que eles produzem), escolheu-se a *meta-performance analysis* (Novais, 2007 e 2010). Esta metodologia assenta num conjunto de parâmetros quantitativos e qualitativos que a tornam ideal para corroborar a Hipótese 5. Cada um desses parâmetros é explicado com pormenor neste capítulo, tanto do ponto de vista metodológico, como do ponto de vista da sua aplicabilidade nesta dissertação. Esta última análise incidu sobre seis jornais de âmbito nacional, durante o período em que o Orçamento do Estado de 2012 foi discutido na Assembleia da República (20 a 30 de Novembro de 2011).

## 2.1 – Inquéritos por questionário e Amostragem

Tal como já avançado, foram aplicados os inquéritos por questionário do projeto *WoJ*, respeitando o mesmo formato e idêntica operacionalização, aos quais se acrescentaram ainda algumas questões sobre o relacionamento com as elites políticas. Assim, os inquéritos são constituídos por 26 questões obrigatórias (21 de resposta fechada, 2 de resposta semiaberta e 3 de resposta aberta) e por 7 questões opcionais de resposta fechada (ver Anexo 1).

Entre as questões apresentadas, 18 destinavam-se a caracterizar o perfil dos jornalistas inquiridos, através de parâmetros típicos como a idade, o sexo, o salário, as horas de trabalho, o número médio de peças que produzem numa semana de trabalho normal, entre outros. Relativamente às influências sobre a profissão, foram aplicadas 4 questões, que caracterizam não só a intensidade de cada influência em particular, mas também a forma como evoluíram ao longo dos últimos 5 anos. Para avaliar a forma como os jornalistas valorizam as funções institucionais, as epistemologias e os princípios éticos associados à profissão foram consideradas 3 questões, que, tal como no parâmetro anterior, avaliam a menor ou maior importância que os jornalistas atribuem a cada aspeto da sua profissão. Constam ainda 3 questões que analisam os níveis de autonomia que cada jornalista associa ao seu trabalho e ainda 3 questões sobre o relacionamento estabelecido com a classe política e com as fontes de informação. De ressaltar que estas últimas são, maioritariamente, focadas em casos que os jornalistas conheçam e não nas suas próprias atitudes, para promover respostas sinceras que possam refletir os aspetos mais negativos do relacionamento com as elites, tal como sugerido por Voltmer e Dobrevá (2009).

As restantes questões presentes nos inquéritos destinaram-se a medir aspetos que não foram objeto de análise no âmbito desta dissertação, nomeadamente o nível de confiança que os jornalistas apresentam por um conjunto alargado e heterogéneo de instituições oficiais e as funções que eles atribuem ao desempenho da profissão jornalística em Portugal<sup>4</sup>.

De acordo com as normas do projeto (e com a preferência dos inquiridos), os inquéritos foram maioritariamente aplicados através de um software online, a cerca de 3 ou 4 jornalistas de cada redação. Após obter o nome dos jornalistas destacados para as

---

<sup>4</sup> Para obter mais detalhes aconselha-se a consulta dos inquéritos por questionário no Anexo 1.



editorias políticas, selecionaram-se aleatoriamente aqueles que fariam parte da amostra, que viria a incluir desde repórteres a editores. Fizeram parte da amostra a agência de notícias *Lusa*, os jornais *Diário de Notícias (DN)*, *Público*, *Jornal de Notícias (JN)*, *I, Sol* e *Expresso*; os jornais regionais *Diário do Minho* e *Diário As Beiras*; as revistas *Visão* e *Sábado*; as rádios *TSF*, *Antena 1* e *Rádio Renascença*; e ainda as televisões *RTP*, *SIC* e *TVI* (o que engloba os respetivos canais informativos, cuja redação é a mesma).

Como se pode depreender, o principal critério de escolha dos media foi a circulação paga ou a audiência, pelo que este é o conjunto de órgãos de comunicação mais consumidos em Portugal. Fora da amostra ficou o *Correio da Manhã* (o jornal mais vendido em Portugal), porque nenhum jornalista aceitou colaborar neste projeto. A amostra revela-se, mesmo assim, muito heterogénea, englobando desde jornais de referência e jornais populares, até canais de televisão públicos e privados. É de ressaltar que não se considerou na amostra nenhum órgão estritamente digital devido à pouca representatividade dos mesmos no mercado mediático português. Fizeram ainda parte da amostra alguns jornais regionais (ainda bastante importantes em algumas regiões), cujo critério de seleção foi também o da circulação paga.

Convém frisar que, apesar de algumas limitações, os inquéritos por questionário são um método extremamente fiável de estudar as influências existentes sobre a atividade jornalística. Diversos académicos utilizaram a análise de conteúdo para identificar casos em que houve uma cobertura jornalística tendenciosa, mas não foram capazes de isolar as causas dessas observações (Patterson e Donsbach, 1996: 460; Donsbach e Patterson, 2004: 257). É extremamente difícil descortinar os fatores que estão na base de uma construção noticiosa, na medida em que uma leitura dos artigos jornalísticos pode não permitir distinguir, por exemplo, entre as influências das convicções do jornalista e as influências da própria organização noticiosa.

## **2.2 - Meta-performance analysis**

Como metodologia escolhida para estudar a cobertura jornalística optou-se pela *meta-performance analysis*. Preconizada por Novais (2007 e 2010), esta metodologia vai para além dos parâmetros tradicionais integrados numa *performance analysis* (análise do desempenho). De acordo com McQuail (1994, citado por Novais, 2010: 190), a análise do desempenho dos media deve ser baseada em dois parâmetros

essenciais: o grau de liberdade e de independência dos media; e a qualidade e diversidade dos conteúdos noticiosos. Tendo por base estes aspetos, Novais (2010: 191) propõe uma abordagem alternativa, que contempla a possibilidade de descortinar as “semelhanças, diferenças e contradições que emergem nos itens noticiosos de cada jornal” (ibidem.). Esta nova abordagem tem um carácter multidisciplinar e integra parâmetros de análise quantitativos e qualitativos, nomeadamente: seleção e uso de fontes de informação; palavras e termos comparativos utilizados pelos media; críticas ao governo (sendo que, neste estudo, vão-se considerar as críticas a todo o poder político); e temas infrequentes e/ou ausentes. Conforme explicado pelo investigador, os dois primeiros itens foram avançados pela perspetiva enunciada por McQuail, enquanto o terceiro estava disperso por uma série de parâmetros (ibid.: 192). Relativamente ao quarto aspeto da *meta-performance analysis*, trata-se de um item inovador, não presente na teorização daquele autor (ibidem.).

A conjugação dos quatro fatores permite uma análise detalhada e precisa da cobertura noticiosa, evidenciando de forma fidedigna o efetivo desempenho dos media. Ao analisar a seleção e uso de fontes de informação, é possível avaliar até que ponto um determinado órgão de comunicação foi influenciado pelas fontes associadas às várias perspetivas em disputa (ibid.: 192). As palavras utilizadas na descrição dos eventos e os termos comparativos sugeridos indicam a orientação do jornal relativamente ao tema em causa (ibidem.). Neste particular, o autor destaca a importância dos adjetivos e do tom dominante na cobertura noticiosa, assim como dos valores associados aos exemplos utilizados, como indicadores do enquadramento das histórias (ibid.: 223). As críticas relativamente ao governo são o fator indicativo da independência e liberdade relativamente às políticas oficiais (ibid.: 192) e da disposição para “desafiar o status quo” (ibid.: 236). Por fim, a identificação dos temas infrequentes e/ou ausentes permite verificar até que ponto os media optaram por omitir seletivamente alguns aspetos da cobertura noticiosa (ibid.: 192; 242), no sentido de representar os acontecimentos através da omissão deliberada de temas indesejáveis.

Tal como já avançado, esta metodologia será aplicada com o intuito de validar a Hipótese 5: “Prevê-se que o produto noticioso dos jornais seja o reflexo do tipo de jornalista dominante em cada uma das redações”. O objetivo é verificar a coerência entre a cobertura noticiosa de um conjunto de jornais e o tipo de jornalista dominante nas redações, ou seja, ver até que ponto a cobertura noticiosa reflete as perceções dos

jornalistas relativamente à função institucional da profissão (intervencionismo, distância face ao poder e orientação para o mercado).

Com o primeiro parâmetro de análise (seleção e uso de fontes de informação) vai-se verificar se houve uma utilização proporcional e independente das fontes de informação, de acordo com a posição de observadores estritamente neutros que os jornalistas dos grupos “vigilante independente” e “disseminador populista” valorizam. O segundo aspeto de análise (palavras e termos comparativos) serve para verificar se os jornais onde domina o estilo “disseminador populista” evidenciam um estilo mais suave e trivial no tratamento da informação, de acordo com o maior interesse deste grupo em conquistar as audiências. Palavras em tom mais emocional e espetacular, assim como termos comparativos exagerados ou forçados, podem ser enquadrados num estilo jornalístico mais comercial, direcionado para o entretenimento e para o mercado. Já palavras e termos comparativos factuais e objetivos podem ser associados à intenção dos jornalistas produzirem o tipo informação que permite às audiências tomarem decisões políticas, atestando se nos jornais onde domina o estilo “vigilante independente” existe uma prática noticiosa mais focada no interesse público e menos em questões comerciais.

Quanto ao terceiro aspeto da análise (críticas ao poder político) destina-se a verificar se os jornais onde domina o estilo “vigilante independente” são, de facto, os mais críticos das elites políticas, em função do elevado valor que esse grupo atribui à monitorização do poder político. Por sua vez, poucas críticas ao poder político podem ser associadas à menor importância que os “disseminadores populistas” atribuem a essa função. Por fim, através do quarto parâmetro (temas ausentes) será possível descortinar se os jornais focam os conteúdos relevantes para a compreensão dos acontecimentos na sua totalidade. Nos jornais onde domina o estilo “vigilante independente” existirá uma cobertura extensa e completa de todos os temas, visto que os jornalistas desse grupo valorizam o envolvimento no processo político, a monitorização das elites e a difusão da informação necessária para a audiência tomar decisões políticas. Pelo contrário, nos jornais onde domina o estilo “disseminador populista” existirão falhas na cobertura noticiosa, pelo facto desses jornalistas estarem mais focados nos aspetos comerciais da atividade e no tipo de informação que garante maiores audiências, acabando por excluir da cobertura noticiosa alguns temas importantes.

A análise das notícias e reportagens de cada jornal teve por base a resposta ao conjunto de questões que se apresentam de seguida e que permitem caracterizar fidedignamente cada um dos parâmetros que compõe a *meta-performance analysis*:

**Quadro 1 – *Meta-performance analysis***

<b>1) Fontes de informação</b>	1.1) Foram ouvidas todas as partes envolvidas?
	1.2) Alguma está mais representada?
	1.3) Alguma é descredibilizada?
<b>2) Palavras e termos comparativos</b>	2.1) O tom é mais negativo/sarcástico/irónico para alguma das partes?
	2.2) As palavras e os adjetivos indicam alguma orientação política ou ideológica?
	2.3) E os exemplos comparativos?
<b>3) Críticas ao poder político</b>	3.1) Existem críticas ao poder político?
	3.2) Verifica-se o alinhamento com alguma força política?
<b>4) Temas ausentes</b>	4.1) Existe algum tema relevante que é referido de forma infrequente ou que não é referido (comparando diretamente com os outros jornais)?

De referir ainda que a *meta-performance analysis* foi precedida de uma primeira abordagem quantitativa, que permitiu uma familiarização com os dados e a verificação da atenção dada por cada jornal aos itens em análise. Nesse sentido, foi contabilizado o número de notícias e reportagens e o espaço dedicado a cada item noticioso. Também se anotou a localização do tema em análise, sabendo que a página em que eles surgem está diretamente associada à importância atribuída pelos editores a esse tema. Relativamente às fotografias, foram analisadas não pelo espaço que ocupam, mas sim pela mensagem que transmitem ao leitor. Foram ainda contabilizadas as fontes utilizadas pelos jornalistas, já em linha com a *meta-performance analysis*.

A análise da cobertura jornalística incidiu sobre os principais jornais integrados na amostra: *DN*, *Público*, *JN*, *i*, *Expresso* e *Sol*. O período de análise foi de 20 a 30 de

Novembro de 2011, o que corresponde à discussão e votação do Orçamento do Estado (OE) para 2012 na Assembleia da República. No caso do *Sol* e do *Expresso*, como são jornais semanários, inclui-se ainda na análise as edições dos dias 18 de Novembro e 2 de Dezembro e de 19 de Novembro e de 3 de Dezembro, respetivamente, contabilizando um total de três edições de cada um. Em termos totais, foram então analisadas 50 edições de jornais, que corresponderam a 85 artigos noticiosos e a cerca de 63 páginas de matérias informativas.

Como é sabido, as aprovações do OE revestem-se de especial importância no contexto político português. Tendo em conta a possibilidade de Portugal entrar em *default* financeiro, a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu (a chamada *troika*) e a obrigação de cumprir um conjunto alargado de políticas de austeridade orçamental, este OE consistiu no maior desafio para o governo em funções. O orçamento acabaria por ser aprovado com os votos favoráveis dos partidos do governo (PSD e CDS-PP) e com a abstenção do Partido Socialista (PS) - o maior partido da oposição e também um dos negociadores com os membros da *troika*. Quanto aos partidos da extrema-esquerda - Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP) -, acabariam por recusar a aprovação daquilo que consideram ser um “pacto de agressão” a Portugal.



## PARTE II – EVIDÊNCIA EMPÍRICA

### Capítulo 3 - Resultados e Discussão dos inquéritos por questionário

Antes de iniciar a exposição dos resultados propriamente ditos, convém caracterizar a amostra dos jornalistas que participaram nos inquéritos por questionário. Entre os inquiridos, 42,9% são do sexo masculino e 57,1% do sexo feminino, existindo um total de 42,9% de repórteres, 22,2% de editores e 22,2% de redatores, aos quais se devem acrescentar um total de 12,7% de subeditores e coordenadores. Fazendo uma divisão por sexo, verificou-se que 57,1% dos editores são do sexo feminino e que 59,3% dos repórteres e 57,1% dos redatores são também mulheres. Relativamente à formação académica, há que realçar que apenas 12,7% dos inquiridos não têm curso superior, sendo que destes 9,5% tiveram formação universitária, mas não a completaram. É também conveniente referir que entre os inquiridos que tiveram formação universitária só 14,8% é que não se especializaram em jornalismo ou em outras áreas da comunicação.

Perante estes dados, verifica-se que o jornalista tipo de política nacional tende a ser um indivíduo qualificado, especializado na profissão, com uma média de 17,06 anos de experiência ( $SD=6,47$ ) e com cerca de 40 anos de idade ( $SD\approx 7$ ). Além disso, convém frisar que 50,8% dos inquiridos dedicam-se apenas aos temas de política nacional, enquanto que 19% fazem também trabalhos na editoria de sociedade, 12,7% na de economia e 9,5% em política internacional. Por fim, a classe é também caracterizada por longas horas de trabalho (72,9% dos inquiridos trabalha mais do que 40 horas por semana) e por um rendimento bruto mensal cuja média se situa no intervalo entre os 2000 e os 2500 euros. Relativamente ao tipo de meios representados na amostra, 84,1% dos jornalistas inquiridos trabalha em órgãos de comunicação privados, sendo os restantes 15,9% respeitantes a jornalistas dos meios públicos, nomeadamente a *RTP*, a *Antena 1* e a agência *Lusa*. Além disso, convém referir que 44,4% dos inquiridos trabalha em jornais, 20,6% em estações de rádio, 19% em televisão, 11,1% em *news magazines* e os restantes 4,8% estão ligados à agência *Lusa*.

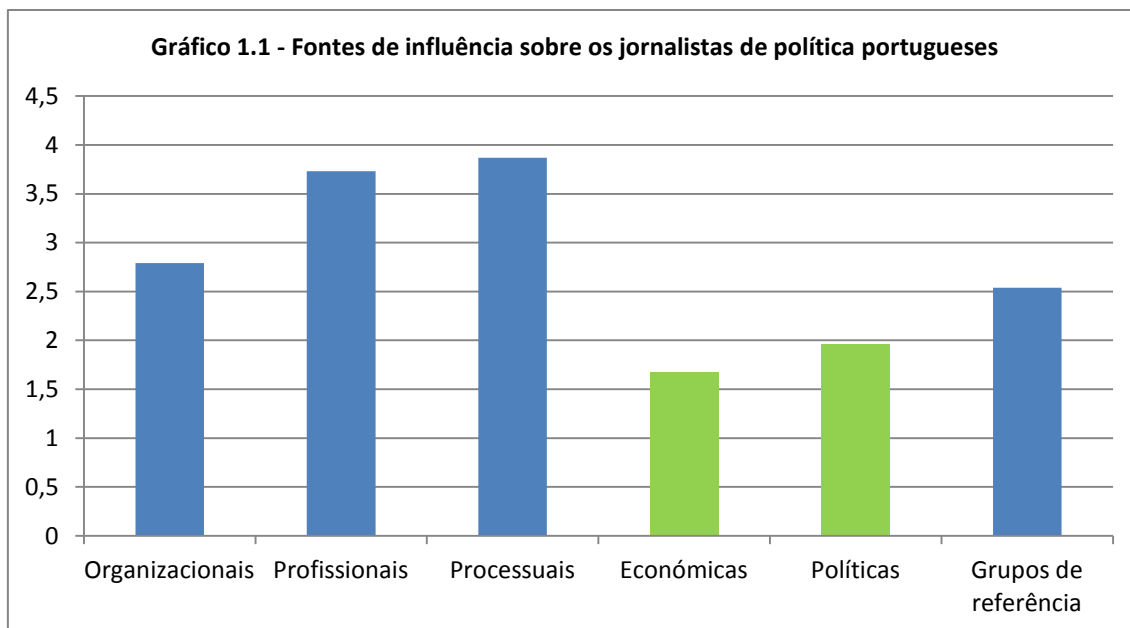
Convém realçar, desde já, que os resultados apresentados de seguida obedecem a uma lógica de análise corrente, em que se parte do geral para o particular. Ou seja, apresentam-se primeiro os resultados globais dos inquéritos por questionário, para

depois fazer uma análise dividida por grupos, em que se verificam as diferenças entre os órgãos de comunicação públicos e os privados e também entre os vários tipos de media contemplados na amostra (jornais vs revistas vs rádios vs televisões vs agência). Além disso, para atestar a coerência entre as percepções dos jornalistas e os conteúdos noticiosos que eles produzem, são referidos os dados relativos aos jornais considerados na amostra da análise à cobertura jornalística. Como tal, apresentam-se as diferenças identificadas entre seis jornais de âmbito nacional, nomeadamente o *DN*, o *Público*, o *JN*, o *i*, o *Expresso* e o *Sol*. Como se pode compreender, uma análise tão detalhada aos restantes órgãos de comunicação integrados na amostra dos inquéritos por questionário não era exequível nesta investigação em particular.

### **3.1 - Fontes de influência**

Seguindo a lógica dos estudos relativos a outros países, interessava diagnosticar quais as principais fontes de influência percepcionadas pelos jornalistas de política portugueses. As investigações de Hanitzsch *et al.* (2010) e de Hanitzsch e Mellado (2011) indicavam que as influências menos sentidas noutros países eram as económicas, às quais se deviam juntar ainda as influências políticas, por serem também sentidas de forma limitada. Os resultados dos inquéritos por questionário às editorias de política portuguesas, tratados através do software de análise estatística SPSS, demonstraram, perentoriamente, que as influências percepcionadas de forma mais intensa pelos jornalistas de política seguem os padrões identificados por esses autores (ver gráfico 1.1).





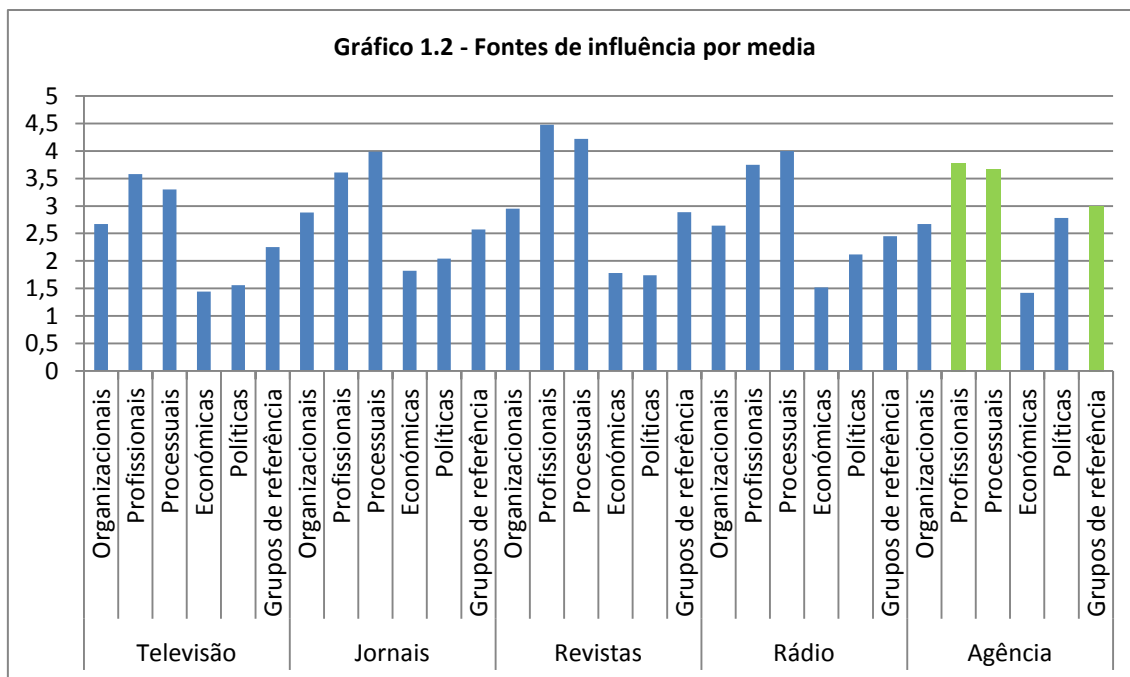
Tal como avançado na hipótese 1.1 as influências percebidas como mais intensas foram as processuais, seguidas das profissionais e das organizacionais, ou seja, as que provêm do ambiente interno em que o jornalista se movimenta. Entre estas influências, a mais forte foi a ética jornalística, apresentando uma média de respostas de 4,63 ( $SD=0,58$ ), o que numa escala de cinco valores equivale à resposta “muito influente”. Os jornalistas atribuíram também bastante influência aos constrangimentos de tempo, à linha editorial e aos recursos editoriais disponíveis, com médias de 4,06 ( $SD=0,80$ ), de 3,79 ( $SD=0,85$ ) e de 3,67 ( $SD=0,95$ ), respetivamente.

Por sua vez, é bastante evidente que as influências políticas e económicas são aquelas que são percebidas de forma menos intensa pelos jornalistas. Contudo, se no que toca às influências económicas corrobora-se a hipótese 1.2 e a lógica sugerida por Hanitzsch e Mellado (2011) - de que em países com graus de liberalização económica limitados, como Portugal, as influências económicas tendem a ser fracas -, no que toca às influências políticas não se verifica aquilo antecipado na hipótese 1.3. De facto, em termos médios, os jornalistas de política portugueses associaram pouca influência aos fatores políticos, contrariando as indicações de estudos anteriores que associaram democracias jovens a uma maior importância das influências políticas sobre o trabalho jornalístico. Além disso, sabe-se que nos países do sul da Europa é comum haver uma partilha de interesses entre as entidades económicas e financeiras e o próprio poder político. Isto faz com que os interesses privados das elites empresariais sejam defendidos e representados através de pressões do poder político sobre os agentes da

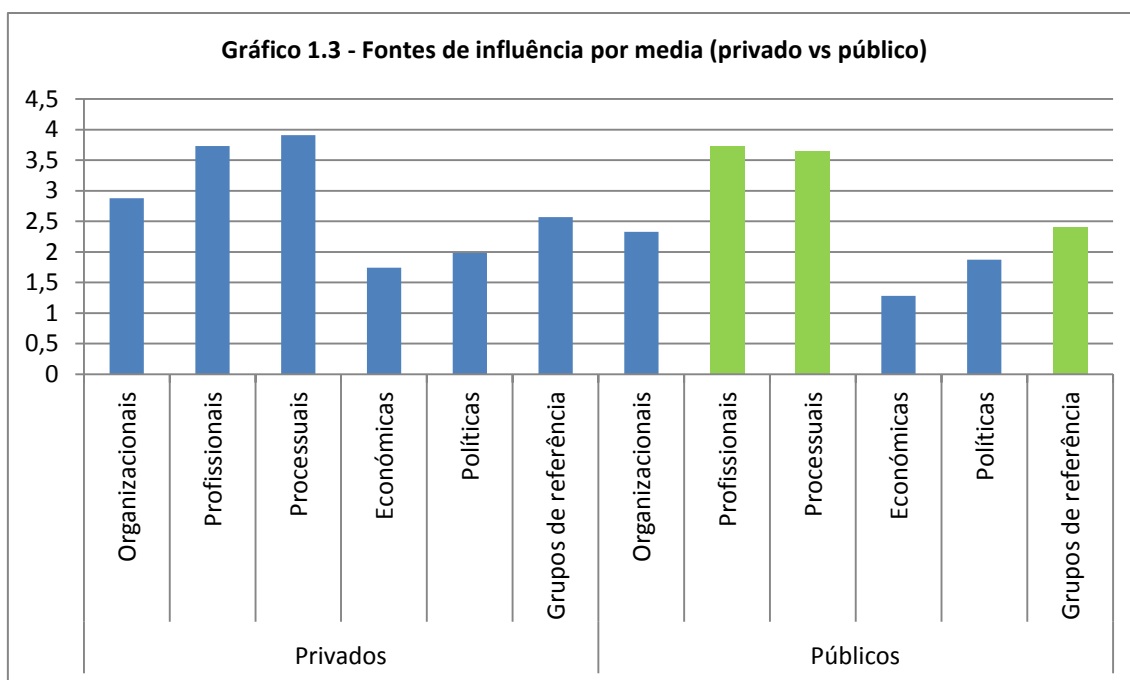
comunicação social (Hallin e Papathanassopoulos, 2002), o que não ficou explícito nestes resultados. De facto, entre as influências políticas consideradas como mais fortes pelos jornalistas estão os políticos ( $M=2,24/SD=1,01$ ), os Assessores de Imprensa/Relações Públicas ( $M=2,19/SD=0,86$ ) e ainda os Membros do Governo ( $M=2,17/SD=1,02$ ). As grandes empresas foram, definitivamente, as influências políticas consideradas mais fracas pelos jornalistas inquiridos ( $M=1,63/SD=0,77$ ).

Hanitzsch *et al.* (2010) indicam que a perceção diminuta das influências políticas e económicas por parte dos jornalistas pode residir na filtragem dessas pressões por parte da própria organização noticiosa. Por norma, essas pressões são exercidas sobre os elementos localizados no cimo das hierarquias, que não só as filtram como as repartem e distribuem sobre inúmeros jornalistas. O resultado é que os jornalistas de hierarquias inferiores acabam por ter uma perceção menor do seu impacto, interpretando-as como influências organizacionais. Curiosamente, os resultados lançam algumas indicações nesse sentido, visto que a generalidade dos editores, subeditores e coordenadores inquiridos percecionou de forma mais intensa as influências políticas e económicas do que os repórteres e os redatores. Veja-se, por exemplo, o caso das influências dos membros do governo e dos políticos: enquanto os editores, os subeditores e os coordenadores atribuíram uma influência moderada a esses agentes no seu trabalho ( $M=2,55/SD=1,01$ ;  $M=2,59/SD=1,01$ ), os restantes jornalistas caracterizaram-se por médias mais baixas ( $M=1,98/SD=0,99$ ;  $M=2,05/SD=0,97$ ), traduzindo a perceção reduzida dessas influências. Os testes de qui-quadrado de Pearson revelam que essas tendências são estatisticamente relevantes, apresentando um valor  $\chi^2=10,459$  ( $df=4$ ;  $p=,033$ ) no que toca à influência dos membros do governo e  $\chi^2=9,873$  ( $df=4$ ;  $p=,043$ ) relativamente à influência dos políticos em geral. Assim, o epicentro das influências políticas e económicas está localizado no topo hierárquico das redações, enquanto os repórteres e redatores apenas sentem pequenas réplicas desses constrangimentos.

A análise específica dos resultados demonstrou pequenas diferenças entre os vários media considerados na amostra. Tal como é visível no gráfico 1.2, as influências sobre os jornalistas de televisão, de imprensa e de rádio são equivalentes e não divergem daquilo evidenciado na amostra geral. A exceção é a agência noticiosa *Lusa*, em que é atribuída maior influência aos grupos de referência ( $M=3$ ) e aos fatores políticos ( $M=2,78$ ) do que às influências organizacionais ( $M=2,67$ ).



Fazendo o contraponto entre os meios privados e os meios estatais, verifica-se também uma diferença importante. Enquanto os meios privados seguem a lógica geral e percebem mais intensamente as influências processuais, profissionais e organizacionais, os meios públicos percebem mais incisivamente a influência dos grupos de referência do que as influências organizacionais. No que toca às influências políticas e económicas, os jornalistas dos dois grupos consideram-nas como as menos importantes no seu trabalho, sendo que aqueles que trabalham nos meios públicos tendem a considerá-las um pouco mais fracas do que os seus pares dos meios privados, conforme se pode observar no gráfico 1.3 (embora os testes qui-quadrado de Pearson tenham demonstrado que essa diferença não é estatisticamente significativa).



Estes resultados acabam por ir ao encontro dos dados revelados por Hanitzsch e Mellado (2011: 418), que indicam que, apesar do poder do Estado sobre os órgãos de comunicação públicos, são os jornalistas desses meios os que menos percebem esses constrangimentos. No caso português tais resultados não deixam de gerar alguma surpresa face aos casos regulares de pressões políticas sobre os jornalistas.<sup>5</sup>

### 3.2 - Culturas jornalísticas

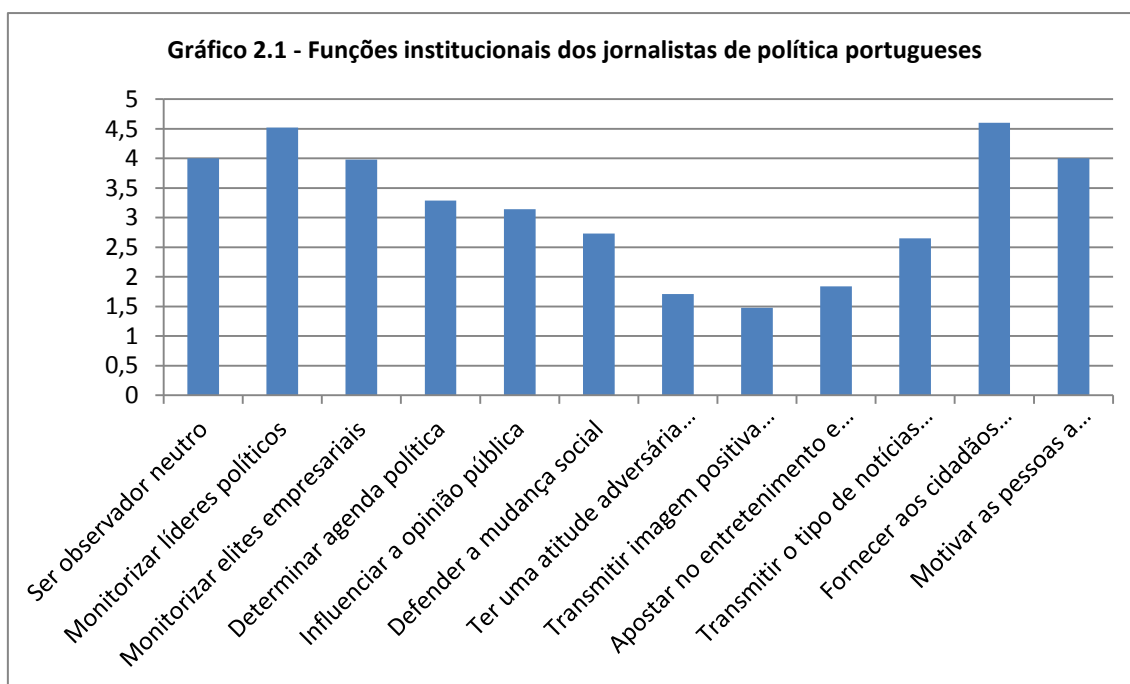
No que toca à cultura dos jornalistas de política portugueses, comprovou-se que eles se integram na cultura jornalística ocidental, de acordo com a hipótese 2. Os resultados demonstram enormes semelhanças com aqueles que foram reunidos por Hanitzsch *et al.* (2011) em países como a Suíça, a Alemanha, ou a Espanha, sendo que alguns dos parâmetros em análise obtiveram valores especialmente claros na forma como evidenciam esta tendência.

A definição da cultura jornalística contemplava o estudo de três parâmetros: as funções institucionais, as epistemologias e os princípios éticos. No que toca às funções institucionais, elas permitem descortinar o intervencionismo, a distância face ao poder e a orientação para o mercado dos jornalistas. Relativamente às epistemologias, elas

<sup>5</sup> Nota: Quadro dos resultados no Anexo 2.

medem a objetividade e o empirismo desta atividade. Por fim, os princípios éticos permitem diagnosticar o relativismo e o idealismo associados ao trabalho jornalístico.

Iniciando a análise pelas funções institucionais, verifica-se que os inquiridos indicam uma grande propensão para manterem distância face ao poder. Os dados demonstram que as funções que eles mais valorizam são monitorizar os líderes políticos ( $M=4,52/SD=0,59$ ) e fornecer informações importantes para que os cidadãos tomem decisões políticas ( $M=4,60/SD=0,61$ ). Verifica-se também que eles valorizam imenso motivar a opinião pública a participar nas atividades e discussões políticas ( $M=4/SD=1,05$ ), assim como a observação da realidade de forma neutra e isenta ( $M=4/SD=1,14$ ). Por fim, no que toca à monitorização das elites empresariais os valores obtidos ( $M=3,98/SD=0,94$ ) são idênticos àqueles observados nos EUA e superiores aos registados na Alemanha, na Áustria ou na Suíça, reforçando o posicionamento dos jornalistas portugueses no grupo ocidental.



No que diz respeito ao intervencionismo, os jornalistas portugueses valorizam moderadamente influenciar a opinião pública e determinar a agenda política, com médias de 3,13 ( $SD=1,19$ ) e de 3,29 ( $SD=3,29$ ), respetivamente. Não obstante estes valores serem superiores às médias evidenciadas no modelo jornalístico ocidental, os dados relativos ao parâmetro “defender a mudança social” são paradigmáticos: a média de 2,73 ( $SD=1,05$ ) é bastante inferior à dos países localizados nas outras culturas

jornalísticas. Além disso, só os jornalistas alemães e norte-americanos apresentaram médias inferiores no estudo de Hanitzsch *et al.* (2011), pelo que o intervencionismo é um aspeto pouco valorizado pelos portugueses, enquadrando-se perfeitamente no modelo ocidental. Por norma, o intervencionismo é mais comum nos países onde os índices democráticos são baixos ou em processos de transição para a democracia. Nesses locais, os jornalistas procurarem influenciar o processo político e introduzir mudanças sociais com a sua intervenção.

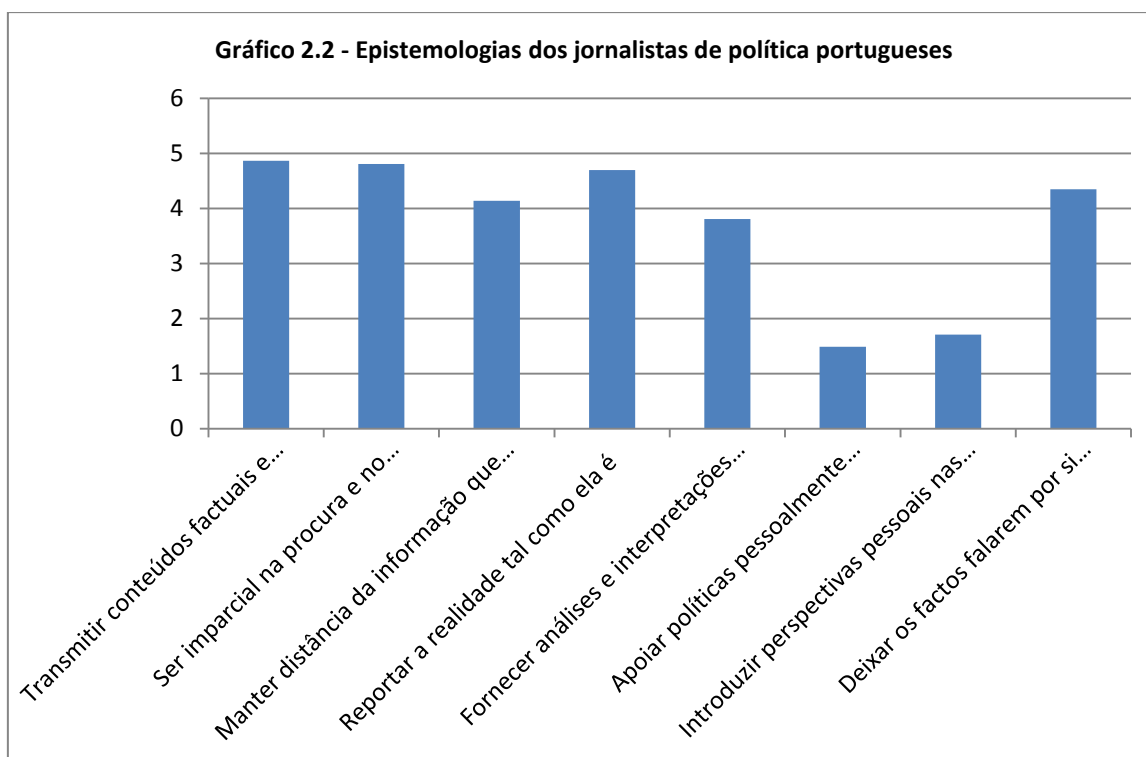
Quanto à orientação para o mercado, os inquiridos desvalorizam a aposta no entretenimento e na publicação de conteúdos informativos mais “suaves” ( $M=1,84/SD=0,83$ ), assim como a transmissão da informação que atrai mais audiências ( $M=2,65/SD=0,99$ ). No que toca a este último parâmetro, os jornalistas de política portugueses são mesmo aqueles que apresentam valores médios mais baixos, se comparados com os resultados de Hanitzsch *et al.* (2011), reforçando que a cultura jornalística ocidental é a que menor importância atribui aos aspetos comerciais da profissão.

Uma análise pormenorizada das funções institucionais revelou ainda que a generalidade dos inquiridos valoriza aspetos equivalentes, independentemente de trabalharem em jornais, na televisão ou na rádio. A exceção foi observada nas revistas, em que a monitorização das elites empresariais atingiu valores médios muito elevados ( $M=4,86/SD=0,38$ ). Os testes qui-quadrado de Pearson comprovam esta correlação e verifica-se que 85,7% dos jornalistas das *news magazines* atribui muita importância à vigilância do poder económico, enquanto nos outros media os valores são bastante inferiores.

Já comparando os meios de comunicação privados e aqueles detidos pelo Estado, os resultados apresentam diferenças consideráveis. Observa-se que os jornalistas que trabalham em grupos privados atribuem maior importância à informação que atrai mais audiências ( $M=2,79/SD=0,91$ ) e ao entretenimento e aos aspetos mais suaves dos conteúdos informativos ( $M=1,92/SD=0,83$ ). Os testes de qui-quadrado de Pearson confirmam essas tendências, sobretudo quando se analisam os valores dos resíduos ajustados. Se no caso dos media públicos 50% dos inquiridos considera “nada importante” apostar nas notícias que atraem mais audiências, no caso dos privados a percentagem desce para os 11,3%. Do mesmo modo, 70% dos jornalistas dos órgãos públicos considera “nada importante” apostar no entretenimento e nos conteúdos suaves, sendo que a percentagem é de apenas 37,7% nos órgãos privados. Estes

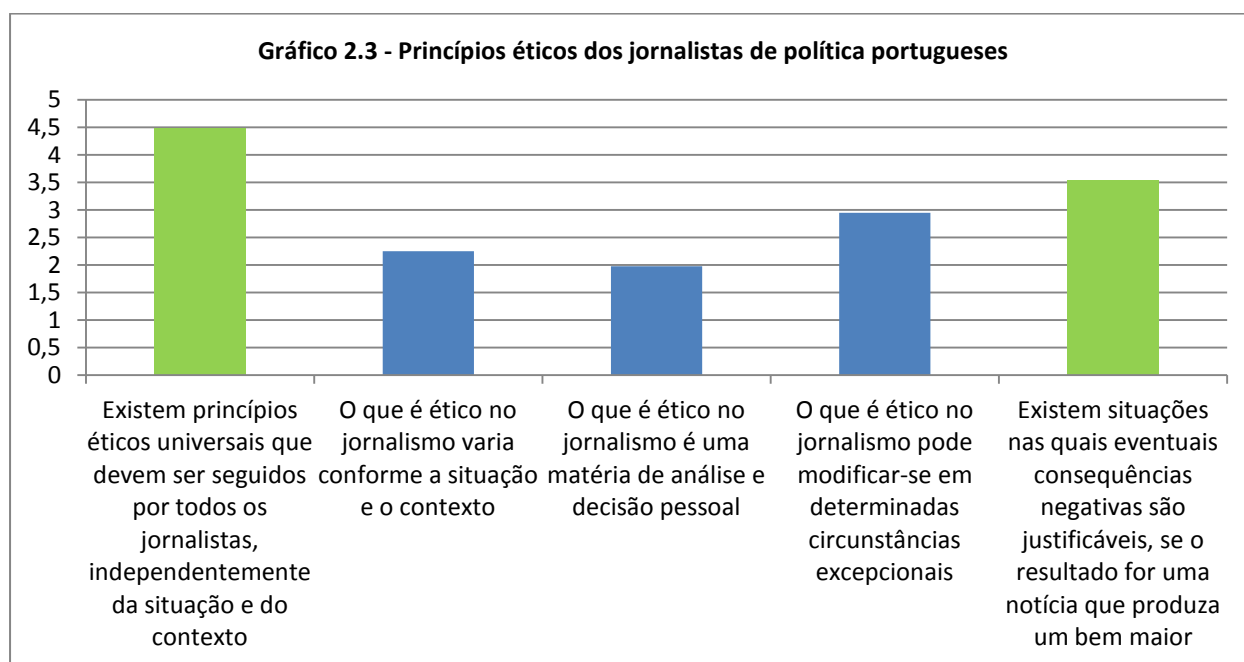
resultados estão claramente associados à maior orientação dos media estatais para o serviço público e por menores preocupações em torno da captação de anunciantes.

O segundo parâmetro de análise das culturas jornalísticas são as epistemologias. Os resultados de Hanitsch *et al.* (2011) demonstraram que, independentemente do contexto político, os jornalistas valorizam imenso a objetividade. No caso dos jornalistas de política portugueses atestou-se essa mesma realidade, visto que os inquiridos associaram muita importância às frases “Transmitir conteúdos factuais e comprovados” ( $M=4,87/SD=0,34$ ) e “Ser imparcial na procura e no tratamento da informação” ( $M=4,81/SD=0,53$ ) (ver gráfico 2.2). Relativamente ao empirismo, os jornalistas atribuem pouca importância à introdução de perspectivas pessoais nas peças ( $M=1,71/SD=0,85$ ) e ao apoio das políticas consideradas pessoalmente como as mais importantes ( $M=1,49/SD=0,72$ ). Porém, os resultados demonstram que os inquiridos valorizam fazer análises e interpretações da informação que reúnem ( $M=3,81/SD=0,88$ ). Embora a cultura jornalística ocidental não valorize introduzir perspectivas pessoais nos conteúdos noticiosos, apresenta uma tendência recente para valorizar a interpretação da informação. No caso do jornalismo português, a tendência para a interpretação parece ser, ainda assim, inferior àquilo que se observa em países como a Espanha e os EUA, onde esses aspetos são crescentemente valorizados.



Uma análise pormenorizada revelou que não existem diferenças significativas entre as epistemologias percebidas pelos jornalistas dos órgãos de comunicação públicos e dos privados. O mesmo padrão foi verificado na análise por tipo de media, ressalvando apenas que os jornais valorizam mais a análise e a interpretação da informação ( $M=4,11/SD=0,79$ ) e o apoio das políticas pessoalmente consideradas como mais importantes ( $M=1,75/SD=0,84$ ). Os testes estatísticos confirmam essas tendências, sobretudo nesta última variável, pois 46,4% dos jornalistas que trabalham nos jornais considera “nada importante” apoiar as políticas consideradas mais importantes, enquanto nos outros media (nomeadamente na televisão, na rádio e nas revistas) as percentagens têm valores bastante mais elevados.

Relativamente aos princípios éticos, a maioria dos inquiridos valoriza seguir convenções éticas universais ( $M=4,49/SD=0,69$ ) - uma observação comum à generalidade dos países integrados no *WoJ* -, ao mesmo tempo que discorda com o facto desses princípios serem uma matéria de decisão pessoal ( $M=1,98/SD=1,04$ ) (ver gráfico 2.3), indo ao encontro daquilo diagnosticado noutros países ocidentais, sobretudo nos EUA. Também é relevante verificar que os inquiridos concordam moderadamente com a afirmação que diz que “Existem situações nas quais eventuais consequências negativas são justificáveis, se o resultado for uma notícia que produza um bem maior” ( $M=3,54/SD=1$ ). Os valores associados a esta afirmação demonstram que os jornalistas portugueses são idealistas no seu trabalho, tal como é frequente na cultura ocidental.





Relativamente às diferenças entre os órgãos de comunicação públicos e os privados, realça-se que os primeiros discordam da frase que diz que a ética jornalística é uma matéria de decisão pessoal ( $M=1,40/SD=0,52$ ), enquanto os segundos apresentam uma posição menos vincada neste particular ( $M=2,01/SD=1,08$ ) - embora os testes qui-quadrado de Pearson não considerem esta diferença estatisticamente significativa. Quanto à comparação entre os diversos tipos de media, verifica-se que os jornalistas das agências concordam que o que é ético no jornalismo possa variar consoante a situação e o contexto ( $M=4,00/SD=0,00$ ), enquanto que os profissionais da imprensa, das *news magazines*, da televisão e da rádio apresentam menores níveis de concordância. Os testes qui-quadrado de Pearson confirmam esta tendência com um valor  $\chi^2=27,003$  ( $df=16$ ;  $p=,041$ ), verificando-se que 100% dos jornalistas das agências concorda com esta afirmação, enquanto nos outros media os valores não ultrapassam os 25%. Mesmo assim – e até de forma algo contraditória, - a maioria dos jornalistas das agências não deixa de associar grande importância à necessidade de seguir princípios éticos universais.

Perante estes resultados, é inequívoco que os jornalistas de política portugueses se encaixam nos parâmetros associados à cultura jornalística ocidental. Eles valorizam a independência do poder político e financeiro, a neutralidade e isenção no tratamento da informação, não promovem a mudança social e estão pouco focados nas questões comerciais do mercado. Além disso, e ao contrário dos jornalistas pertencentes às culturas jornalísticas da periferia ocidental e dos países em desenvolvimento ou em processos de transição para a democracia, não valorizam introduzir perspetivas pessoais nas peças ou promover causas pessoalmente consideradas como importantes. Por fim, seguem princípios éticos universais e admitem, em certa medida, que as consequências negativas são justificáveis se o resultado for um bem maior para a sociedade.

O facto dos inquiridos atribuírem uma importância relativa à definição da agenda e à influência sobre a opinião pública contradisse aquilo observado noutros países ocidentais. Contudo, tal como indicado por Donsbach e Patterson (2004), os contextos de cada local influenciam o modo como cada jornalista exerce a profissão, pelo que a existência de pequenas diferenças nas suas perceções acaba por ser natural mesmo quando eles estão inseridos numa cultura jornalística semelhante.<sup>6</sup>

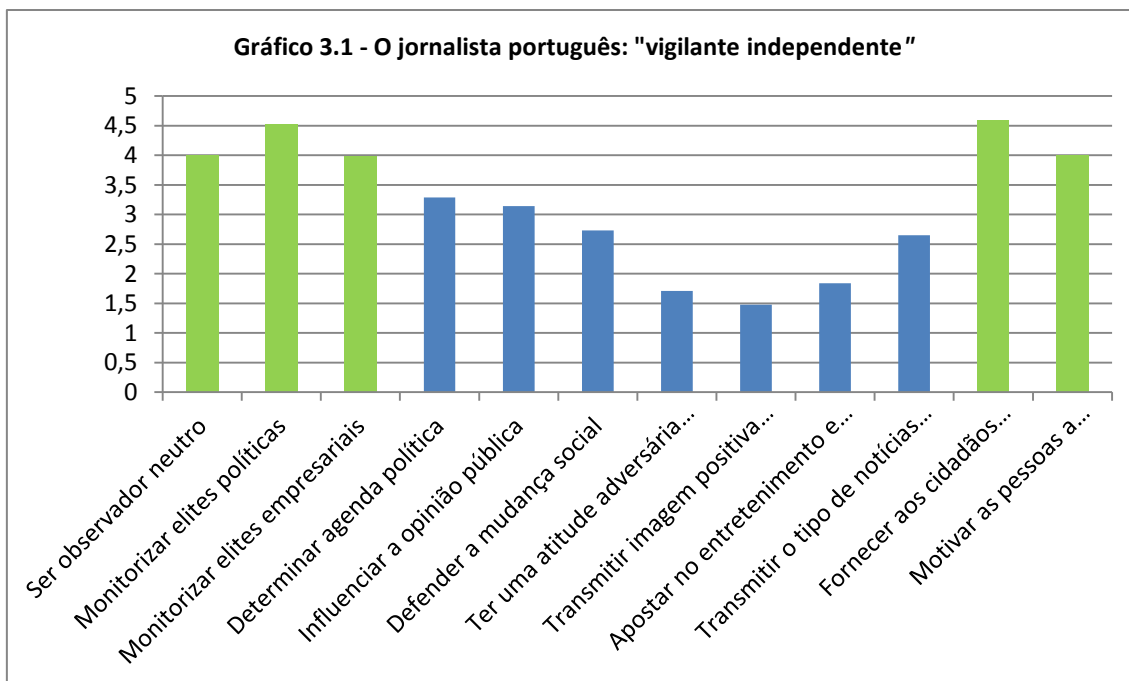
---

<sup>6</sup> Nota: Quadro dos resultados no Anexo 3.

### 3.3 - O arquétipo do jornalista de política português

Seguindo a conceção e os critérios aplicados por Hanitzsch (2011) – restrita à análise das funções institucionais -, verificou-se que o arquétipo do jornalista de política português é do estilo “vigilante independente”, contrariando o que estava previsto de acordo com a hipótese 3.1. Os dados recolhidos (ver gráfico 3.1) enunciam que as funções que eles mais valorizam são “fornecer aos cidadãos informações importantes para que possam tomar decisões políticas” ( $M=4,60/SD=0,61$ ), “monitorizar as elites políticas” ( $M=4,52/SD=0,59$ ), “motivar as pessoas a participarem nas atividades e discussões políticas” ( $M=4/SD=1,05$ ), “ser um observador neutro” ( $M=4/SD=1,14$ ) e ainda “monitorizar as elites empresariais” ( $M=3,98/SD=0,98$ ). Estas características estão associadas ao estilo “vigilante independente” e são comuns na maioria dos países ocidentais.

Inicialmente perspectivava-se que o estilo dominante fosse o “disseminador populista”, tal como na Espanha, por uma questão de proximidade geográfica, e até cultural, entre os dois países. Além do mais, Hallin e Mancini (2004) integram tanto Portugal como Espanha no modelo pluralista polarizado, o que acaba por revelar que apesar de existirem semelhanças entre os sistemas mediáticos e políticos dos dois países, isso não significa que não existam diferenças em parâmetros de análise mais específicos, como são neste caso as funções institucionais percepcionadas como mais importantes pelos jornalistas. Como referido, os “disseminadores populistas” atribuem grande relevância à captação das audiências, embora prezando manter uma posição de neutralidade e independência no processo político. Também são caracterizados por estimarem pouco a vigilância das elites políticas e económicas, além de serem pouco intervencionistas no seu trabalho. No entanto, ficou bem patente um desvio desse enquadramento por parte dos jornalistas portugueses, porque entre os aspetos menos valorizados pelos inquiridos está a aposta no entretenimento e nos conteúdos mais “suaves” ( $M=1,84/SD=0,83$ ) e a transmissão da informação que atrai maiores audiências ( $M=2,65/SD=0,99$ ).



Em termos das diferenças observadas entre meios de comunicação, destaca-se a maior apetência dos jornalistas dos órgãos de comunicação privados para satisfazerem as necessidades comerciais do mercado mediático, conforme referido na hipótese anterior. Já no que diz respeito às diferenças entre os vários tipos de media, verificou-se que os jornalistas de rádio atribuem os níveis mais elevados de importância à influência sobre a opinião pública, enquanto os de televisão são os que mais desvalorizam essa função. Os testes de qui-quadrado de Pearson confirmam essa tendência com  $\chi^2=36,828$  (df=16; p=,002) e são reforçados pelo valor dos resíduos ajustados. De facto, 50% dos jornalistas de TV consideram nada importante “influenciar a opinião pública”, enquanto 38,5% dos de rádio consideram-no muito importante. Importa também referir que os jornalistas da *Antena 1* (rádio detida pelo Estado) foram os que associaram menor importância à transmissão de notícias que atraem maiores audiências (M=1,00/SD=0,00) e aos conteúdos mais suaves, ou focados no entretenimento (M=1,00/SD=0,00). Já a *RTP* (a televisão pública) apresentou valores mais elevados nestes dois parâmetros (M=1,50/SD=0,58; M=2,50/SD=1,29), ficando a par das restantes televisões consideradas na amostra e traduzindo maiores preocupações com as preferências da audiência e do mercado.

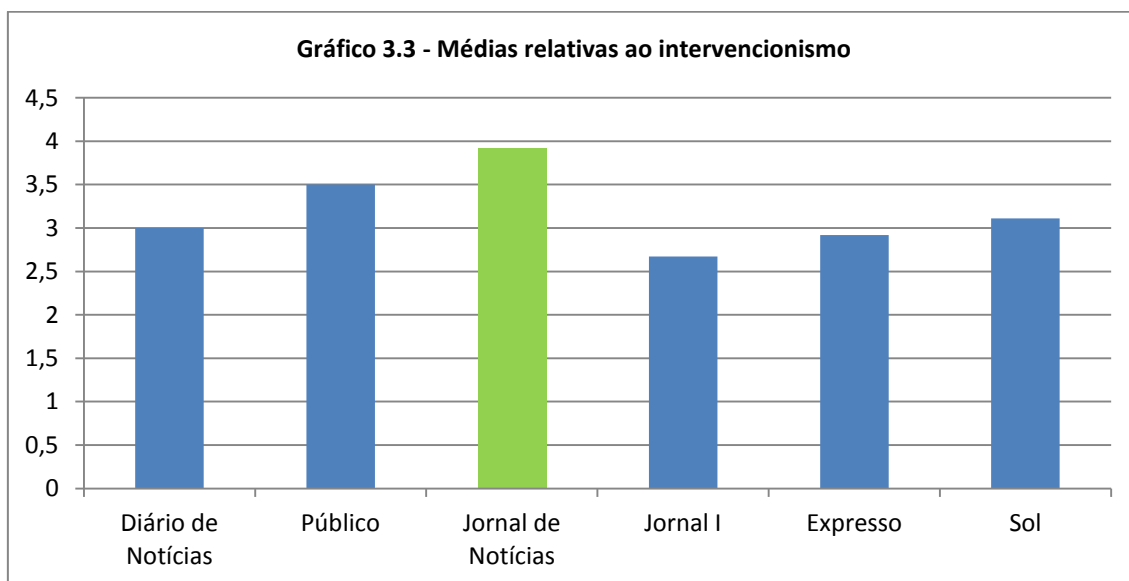
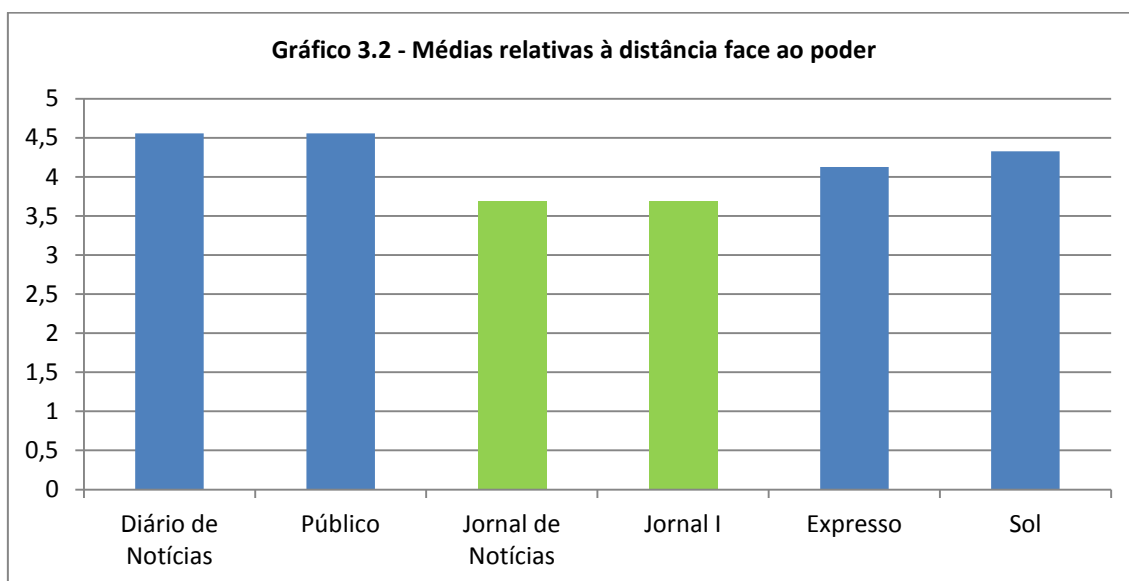
Também interessa, desde já, diagnosticar o tipo de jornalista dominante nas redações de alguns jornais de âmbito nacional para, num segundo momento, testar a coerência entre essas perceções e aquilo que os jornalistas concretizam na prática

profissional. Iniciando a análise pelos jornais diários, é possível verificar que os jornalistas do *DN* valorizam ser observadores neutros dos acontecimentos ( $M=4,75/SD=0,5$ ), vigiar as elites políticas ( $M=4,75/SD=0,5$ ) e empresariais ( $M=4,25/SD=1,50$ ) e fornecer informações importantes para que as pessoas tomem decisões políticas ( $M=4,50/SD=0,58$ ). Seguindo a lógica enunciada por Hanitzsch (2011), pode encaixar-se estes jornalistas no modelo dos “vigilantes independentes”. No que toca aos dados relativos ao intervencionismo, os jornalistas do *DN* atribuíram uma importância moderada a esses aspetos da profissão, também ao encontro daquilo que define este grupo. O único dado em sentido contrário àquilo que é comum nos “vigilantes independentes” é a importância moderada a forte que é atribuída à transmissão das notícias que atraem maiores audiências ( $M=3,50/SD = 1$ ), que traduz a recente postura do *DN* mais voltada para o mercado.

Relativamente ao *Público*, foi também claro que se encaixa no grupo dos “vigilantes independentes”. Os jornalistas deste periódico não só valorizam ter uma posição de neutralidade ( $M=4,50/SD=0,58$ ) e disponibilizar a informação necessária para que a audiência tome decisões políticas esclarecidas ( $M=4,50/SD=0,58$ ), como também prezam imenso monitorizar as elites políticas e económicas. No entanto, atribuem alguma importância à determinação da agenda política ( $M=4,00/SD=0,82$ ), algo mais comum no grupo dos “agentes críticos de mudança”. Também o jornal *i* seguiu um conjunto de tendências idênticas às do *Público*. Embora os jornalistas inquiridos valorizem mais as características associadas ao grupo dos “vigilantes independentes”, não deixam de atribuir uma importância moderada a forte à definição da agenda política ( $M=3,50/SD=0,58$ ). Todavia, ambos os jornais consideram pouco importante promover a mudança social e influenciar a opinião pública, pelo que é impossível classificá-los como “agentes críticos de mudança”.

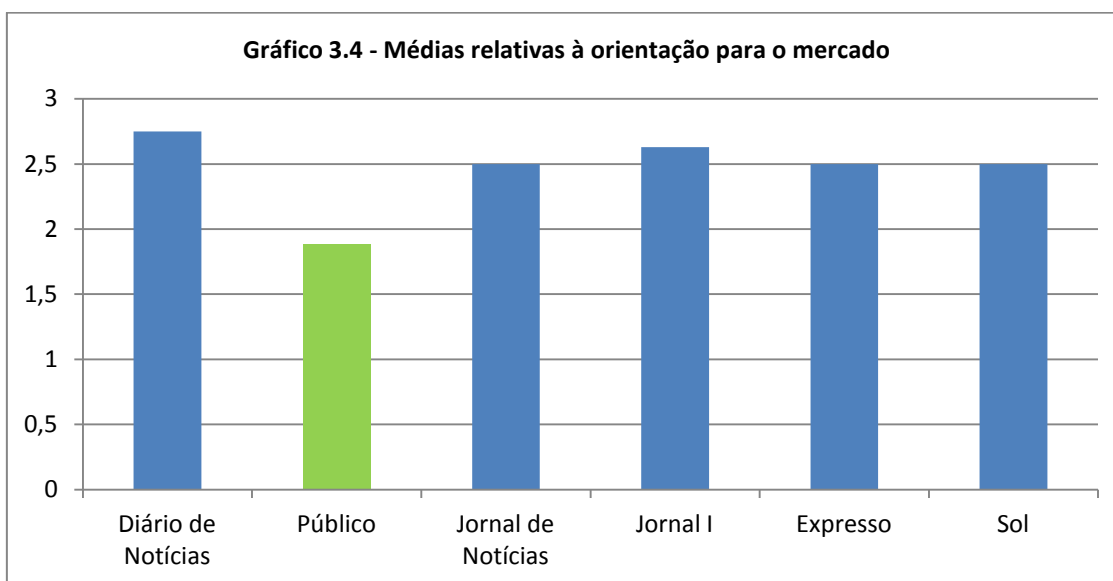
Ao agrupar os parâmetros que dizem respeito ao intervencionismo na profissão obtêm-se valores que demonstram exatamente essas tendências, conforme se observa nos gráficos 3.2 e 3.3. O primeiro consagra as médias dos parâmetros relativos à distância face ao poder, tipicamente associados aos “vigilantes independentes”: a monitorização das elites políticas e económicas, a posição de observador neutro e a transmissão das informações importantes para que as pessoas tomem decisões políticas. O segundo considera as médias relativas ao intervencionismo e associadas ao grupo dos “agentes críticos de mudança”: a determinação da agenda política, a promoção da mudança social e a influência sobre a opinião pública. Como se pode comprovar, os

valores apresentados colocam o *Público* e o jornal *i* mais próximos do grupo dos “vigilantes independentes”, embora de forma mais explícita no caso do *Público*.



Convém ainda referir que os jornalistas do *i* foram aqueles que atribuíram maior importância à necessidade de apostar no entretenimento ( $M=2,50/SD=0,58$ ), embora mesmo assim valorizem pouco a moderadamente essa função. Por sua vez, o *Público* é o jornal que mais se afasta dos aspetos comerciais da atividade jornalística, como se pode observar no gráfico 3.4, que reúne os dados que dizem respeito à orientação para o mercado e que estão normalmente associados aos “disseminadores populistas”: a aposta

no entretenimento e nos conteúdos mais suaves e a transmissão das notícias que atraem mais audiências.



Quanto ao *JN*, é evidente que os seus jornalistas apresentam maior propensão para se encaixarem no grupo dos “agentes críticos de mudança”, pelo que são a exceção àqueles que foram os dados gerais. Embora valorizem fornecer informações importantes para que as pessoas tomem decisões políticas ( $M=5,00/SD=0$ ), vigiar as elites políticas ( $M=4,75/SD=0,50$ ) e motivar a participação das pessoas nos acontecimentos políticos ( $M=4,75/SD=0,50$ ), também prezam imenso determinar a agenda política ( $M=4,50/SD=0,58$ ). Os testes qui-quadrado de Pearson demonstram claramente essa tendência, apresentando um  $\chi^2=93,406$  ( $df=64$ ;  $p=,010$ ). A análise dos resíduos ajustados obteve dados ainda mais claros, que evidenciam que todos os jornalistas daquele jornal consideram a definição da agenda como um aspeto “importante” ou “muito importante”. Verificou-se também que eles consideram importante influenciar a opinião pública ( $M=3,75/SD=0,96$ ) e defender a mudança social ( $M=3,50/SD=0,58$ ). O gráfico 3.3 (previamente apresentado) demonstra que os jornalistas do *JN* são, de facto, os que mais valorizam os aspetos do intervencionismo da profissão. Curiosamente, e ao contrário das expectativas iniciais, a aposta na informação mais suave e próxima do entretenimento ( $M=1,75/SD=0,96$ ) e a necessidade de transmitir as notícias que atraem mais audiências ( $M=3,25/SD=0,50$ ) não foi especialmente valorizada (ver gráfico 3.4), o que vai novamente ao encontro daquilo que caracteriza um “agente crítico de mudança”.

Relativamente aos semanários, tanto o *Expresso* como o *Sol* valorizam os parâmetros que definem os “vigilantes independentes”. Contudo, os jornalistas do *Sol* consideram mais importante influenciar a opinião pública ( $M=3,67/SD=1,16$ ) do que ter uma postura de observador neutro ( $M=3,33/SD=0,58$ ). Estes resultados indicam claramente que alguns jornalistas de política portugueses apresentam uma propensão para o intervencionismo, embora não nos parâmetros mais voltados para a mudança social, nem em grau suficiente para considerá-los “puros” “agentes críticos de mudança”.<sup>7</sup>

### 3.4 - Autonomia na profissão

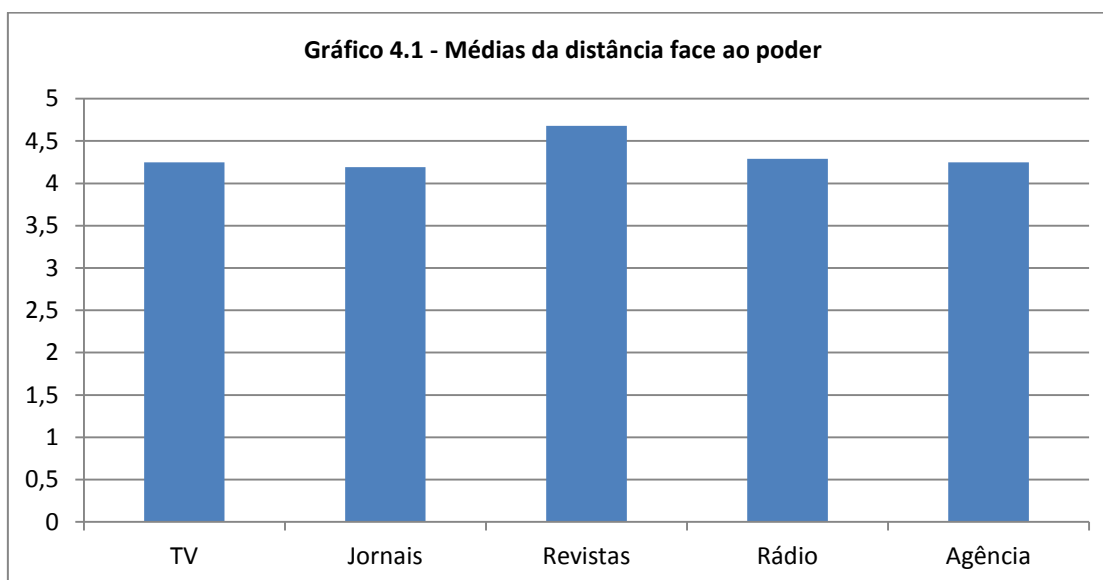
No estudo de Hanitzsch (2011) demonstrou-se que os jornalistas “vigilantes independentes” são os que sentem menores influências externas no seu trabalho (influências políticas, económicas e dos grupos de referência) e também os que atribuem maior autonomia à profissão, nomeadamente no que toca à liberdade para decidir os temas a cobrir e à liberdade para escolher os aspetos a enfatizar em cada peça. Face a estes dados, interessa verificar se no caso português os resultados obtidos noutros contextos políticos se repetem.

Para testar esta hipótese verificou-se, num primeiro momento, se os jornalistas inquiridos percepcionavam níveis baixos de influências externas e níveis elevados de autonomia na profissão, ao encontro do estilo “vigilante independente” que os caracteriza. Num segundo momento, e com o intuito de reforçar os resultados, cruzaram-se as questões acerca das funções institucionais com as que incidiam sobre a autonomia jornalística e sobre as influências externas. O objetivo era verificar se à medida que os jornalistas dão mais importância à monitorização das elites, à posição de observadores neutros e à publicação das informações importantes para que a audiência tome decisões políticas (ou seja, as funções típicas dos “vigilantes independentes”), percepcionam menores influências externas e maior autonomia no seu trabalho. Para tal utilizaram-se as correlações de Pearson, sugeridas pelos académicos quando se pretendem verificar as associações negativas ou positivas que eventualmente existam entre duas variáveis quantitativas (Pestana e Gageiro, 2008: 129-133; 181).

---

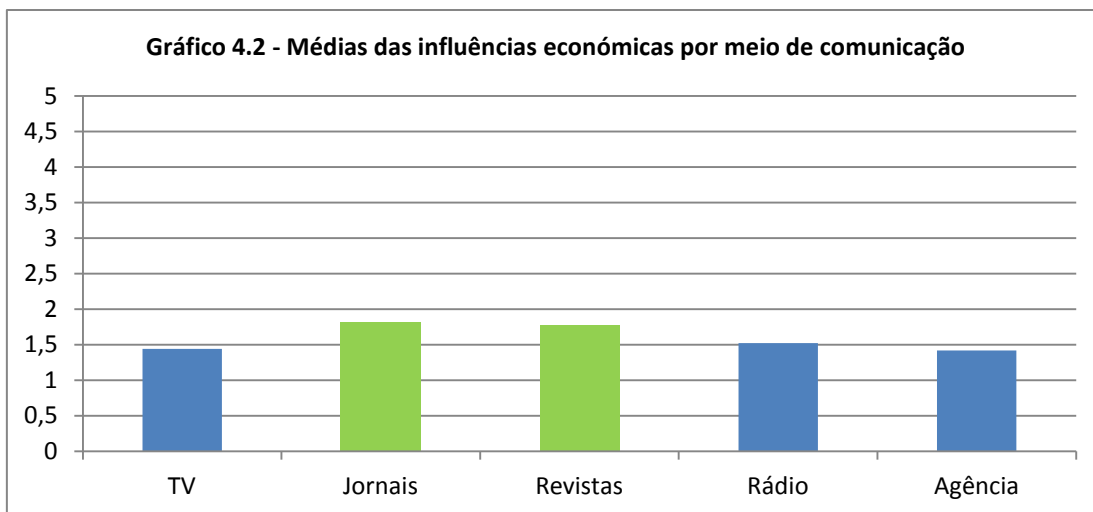
<sup>7</sup> Nota: Quadro dos resultados no Anexo 4.

Como se pode observar no gráfico 4.1 – e conforme avançado na hipótese anterior –, não existem diferenças relevantes entre os diversos tipos de media representados na amostra no que toca à distância que têm face ao poder (aspetos que caracterizam os “vigilantes independentes”). Ora, pressupõe-se que se os jornalistas de política portugueses valorizam de forma equivalente monitorizar as elites políticas e económicas, observar de forma neutra os acontecimentos e transmitir as informações importantes para que a audiência tome decisões políticas, também apresentarão um conjunto de características semelhantes no que toca às influências externas e à autonomia que percepcionam na prática profissional. Mesmo entre os jornais analisados, só o *JN* se aproximou de um estilo jornalístico distinto dos restantes, como se observou na hipótese anterior.



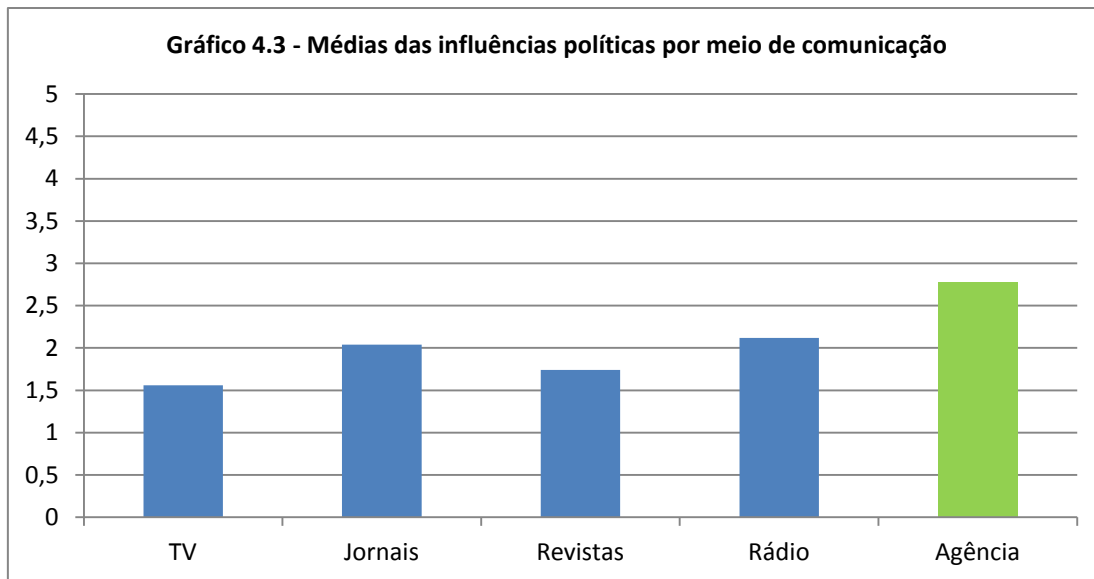
Iniciando a análise pelas influências externas, verificou-se que não existem diferenças relevantes entre os diversos meios de comunicação no que toca aos aspetos económicos. Embora os jornalistas dos jornais e das revistas tenham associado uma influência maior a esse conjunto de parâmetros, não deixam de considerar que eles representavam poucas influências no seu trabalho, visto que a média das suas respostas nem sequer atingiu os 2 valores (que corresponde à resposta “pouco influente”), conforme se pode ver no gráfico 4.2.





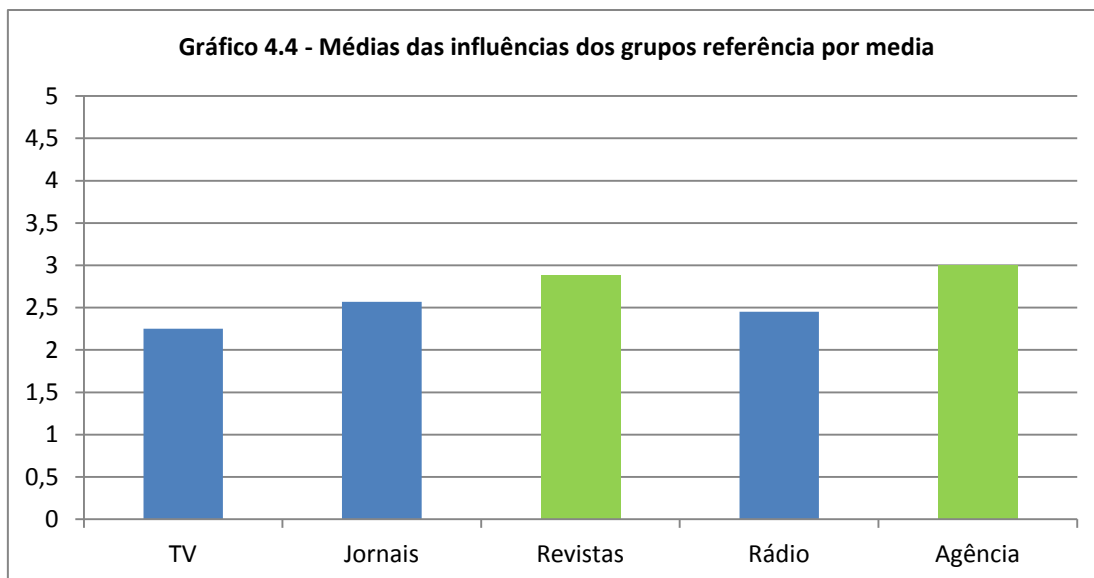
Os dados são especialmente claros no que toca à influência das expectativas de lucro, que obtêm um valor  $\chi^2=21,087$  ( $df=8$ ;  $p=,049$ ). Os valores dos resíduos ajustados indicam claramente que os jornalistas das *news magazines* são os que são mais influenciados por esses aspetos da profissão, visto que 28,6% considera essa variável como “influente”, enquanto nos restantes media as percentagens foram maioritariamente nulas. Comparando o gráfico 4.1 com o gráfico 4.2, constata-se que o grupo que melhor representa o estilo “vigilante independente” (as *news magazines*), não é, necessariamente, o mesmo que perceciona menores influências económicas no seu trabalho.

No que toca às influências políticas, as observações permitem tirar conclusões semelhantes: os jornalistas das *news magazines* não são os que associam menor influência a esses aspetos da profissão, apesar de serem aqueles que mais valorizam as funções que estão normalmente associadas ao grupo dos “vigilantes independentes”.



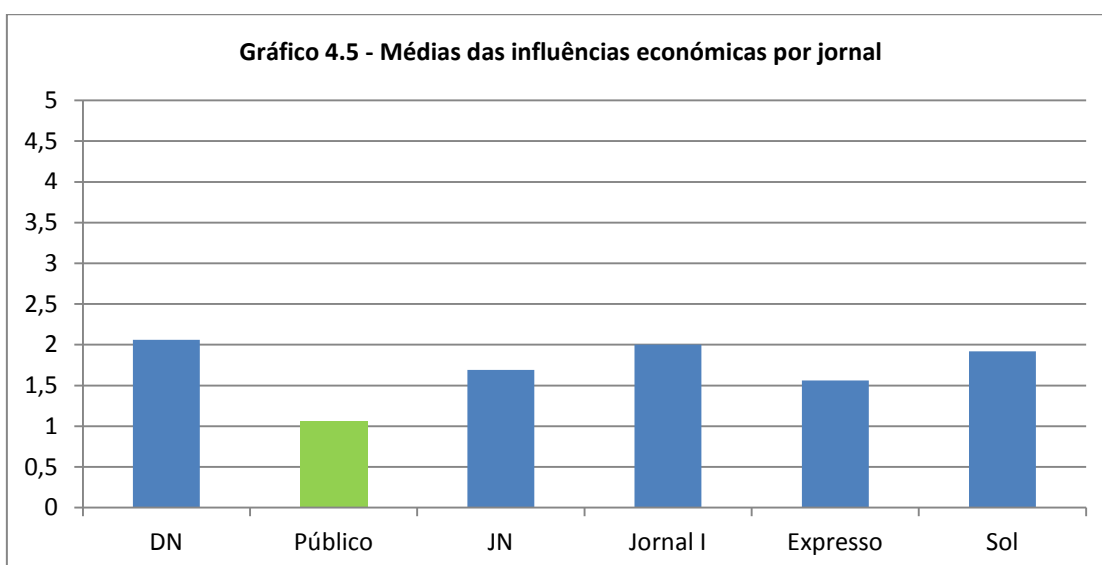
O gráfico 4.3 permite observar que os jornalistas das agências atribuem uma importância moderada às influências políticas no seu trabalho (média próxima dos 3 valores), enquanto os restantes grupos tendem a atribuir pouca importância (média próxima dos 2 valores). Testes de qui-quadrado de Pearson complementados com análises dos resíduos ajustados revelam que os jornalistas das agências são mais influenciados pelos membros do governo ( $\chi^2=28,756$ ;  $df=16$ ;  $p=,026$ ) e pelos políticos ( $\chi^2=31,753$ ;  $df=16$ ;  $p=,011$ ), sendo que nenhum dos inquiridos atribuiu pouca ou nenhuma influência a esses aspetos, enquanto nos outros grupos mais de metade dos inquiridos considerou tanto os políticos como os membros do governo pouco influentes na profissão.

Quanto às influências dos grupos de referência, os resultados demonstram novamente que as diferenças entre os meios de comunicação são estatisticamente relevantes apenas no parâmetro “colegas de outros meios”, com  $\chi^2=23,204$  ( $df=12$ ;  $p=,026$ ). Os jornalistas das agências e das revistas são os que atribuem maior influência a esses fatores, seguidos dos jornalistas dos jornais, da rádio e da TV. Mais uma vez, embora o grupo dos jornalistas das *news magazines* seja aquele que mais fidedignamente representa o estilo “vigilante independente”, não é aquele que percebe menores influências dos grupos de referência.

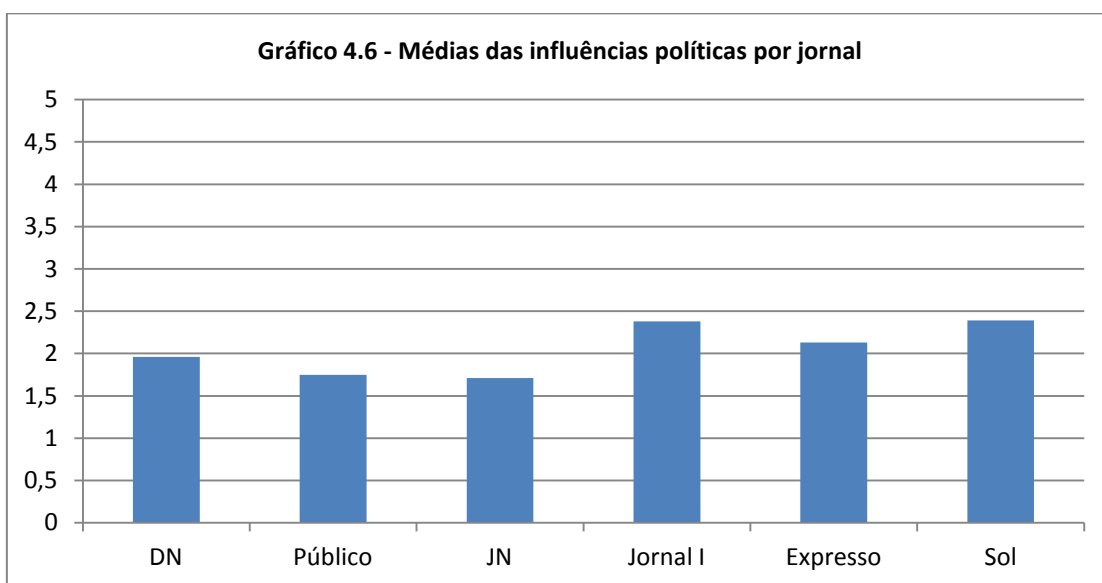


Fazendo uma análise comparativa entre os órgãos de comunicação públicos e privados, observa-se uma tendência idêntica, visto que ambos os grupos percebem uma influência baixa dos fatores políticos e econômicos e uma influência de baixa a moderada dos grupos de referência. Em linhas gerais, confirmam-se então as conclusões de Hanitzsch (2011) e demonstra-se que, ao estarem perfeitamente enquadrados no estilo “vigilante independente”, os jornalistas de política portugueses acabam por perceber fracas influências externas na sua atividade. Quanto às diferenças entre os vários tipos de media considerados na amostra, elas foram pouco relevantes e não seguiram nenhuma lógica digna de referência. Embora os jornalistas das *news magazines* tenham sido aqueles que mais se aproximaram do arquétipo do jornalista “vigilante independente”, não foram propriamente os que evidenciaram menores influências políticas, econômicas ou dos grupos de referência.

Interessa também referir os resultados relativos aos jornais que vão ser considerados na amostra da análise da cobertura jornalística, para verificar a coerência entre estes parâmetros e os conteúdos que os jornalistas desses órgãos produzem ou editam. Observa-se que as influências econômicas são percebidas como mais fortes pelos jornalistas do *DN*, do *i* e do *Sol*, conforme evidenciado no gráfico 4.5. Por sua vez, o *Público* é o que menor importância associa a esse grupo de influência e o único que considera esses aspetos como “nada influentes”. Os testes qui-quadrado de Pearson e a respetiva análise dos resíduos ajustados demonstram claramente essas tendências, permitindo verificar que nenhum dos jornalistas do *Público* associa alguma influência às considerações dos anunciantes, às expectativas de lucro e aos anunciantes.

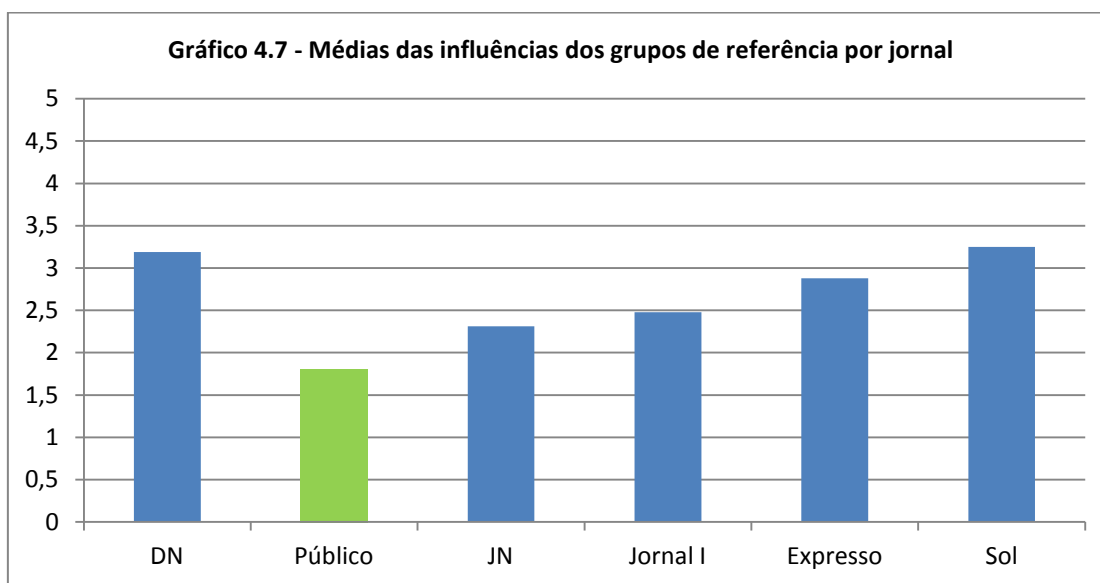


Quanto às influências políticas, o gráfico 4.6 demonstra diferenças menores, cuja insignificância estatística é confirmada pelos testes qui-quadrado de Pearson. Convém, contudo, reforçar que o *JN* é o jornal que apresenta a menor média relativamente a esses aspetos, pelo que as influências políticas acabam por ser percebidas de forma mais suave do que nos outros órgãos de comunicação.



Por fim, relativamente aos grupos de referência, é notório que os jornalistas do *DN*, do *Expresso* e do *Sol* são os que os percebem como mais fortes (gráfico 4.7). Já os do *Público* são, novamente, aqueles que lhes associam menor importância no seu

trabalho. Os testes qui-quadrado de Pearson revelam que as diferenças são mais substanciais em parâmetros como “colegas de outros meios” e “características da audiência”, visto que 75% dos jornalistas do *Público* no primeiro caso e 50% no segundo consideram-nos nada influentes, enquanto nos restantes jornais a maioria dos inquiridos considera-os pouco ou moderadamente influentes, como o gráfico 4.7 claramente explicita.

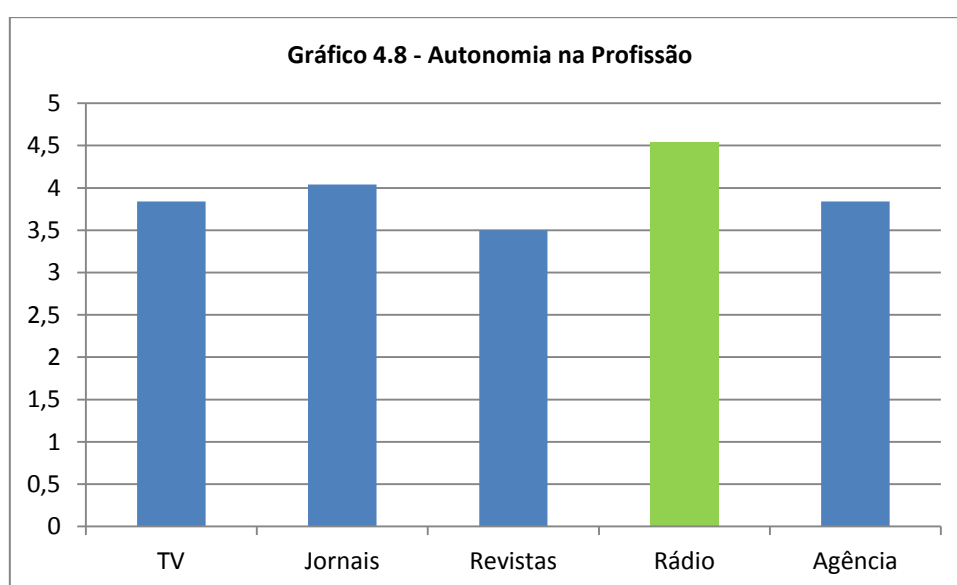


Sabendo que o *JN* é o único jornal que não está claramente associado ao estilo “vigilante independente”, estes resultados acabam por não seguir a lógica de que os jornalistas afastados desse estilo percebem maiores influências externas no seu trabalho. Os dados estatísticos revelaram que as influências percebidas pelos jornalistas daquele diário não divergem significativamente das evidenciadas nos outros jornais. Mesmo ignorando os testes estatísticos, verifica-se que, em termos médios, os jornalistas do *JN* foram até aqueles que perceberam menores influências políticas. Ao longo da análise só se encontraram diferenças estatisticamente relevantes no *Público* e apenas em alguns aspetos das influências económicas e dos grupos de referência.

Passando agora para a autonomia da profissão, verificou-se que os jornalistas de política portugueses percebem bastante liberdade para escolherem os temas sobre os quais trabalham e para definirem os aspetos a enfatizar em cada peça. Numa escala de cinco valores (cinco corresponde a “liberdade total”), o primeiro item recebeu uma associação média de 3,89 (SD=0,81), enquanto o segundo parâmetro atingiu os 4,17 (SD=0,81). Estes dados são demonstrativos de que os jornalistas de política não só têm

uma autonomia relevante para direcionarem o seu trabalho, como também não se sentem constrangidos na forma como decidem cobrir os temas que marcam a vida política do país. Nesse sentido, os dados gerais encaixam no estilo “vigilante independente” que caracteriza o jornalista de política português.

Já em termos das diferenças observadas entre os diversos media, agruparam-se os dois parâmetros relativos à autonomia na profissão para potenciar uma melhor compreensão global dos dados. O que se verificou é que os jornalistas de rádio são os que associam maior autonomia à sua atividade, enquanto os jornalistas dos restantes grupos não apresentam diferenças relevantes entre si (gráfico 4.8).

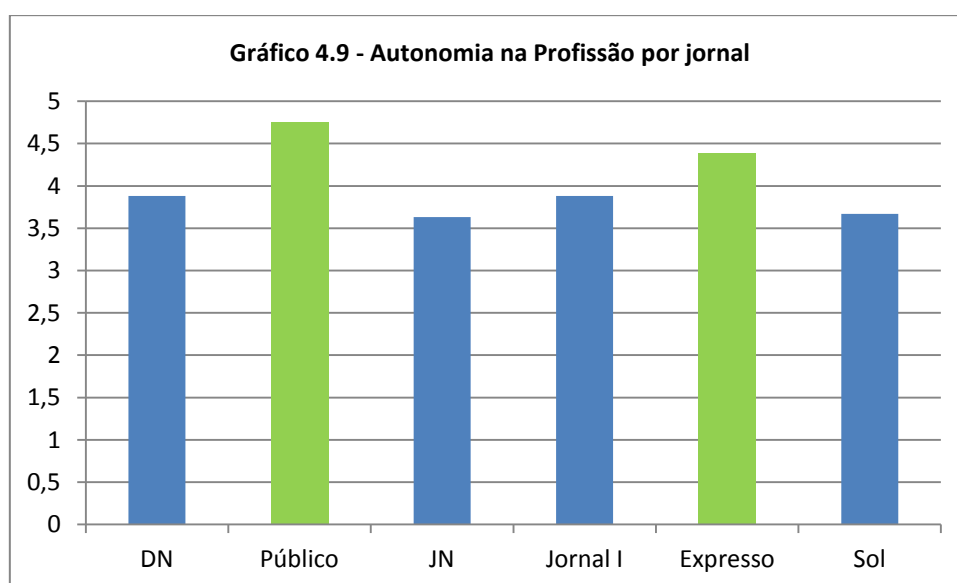


Os testes de qui-quadrado de Pearson confirmam esta tendência, sobretudo no que diz respeito à liberdade dos jornalistas para definirem os aspetos que devem enfatizar em cada peça, com um  $\chi^2=30,039$  ( $df=12$ ;  $p=,003$ ). Através da análise dos resíduos ajustados, verifica-se uma correlação muito forte no caso da rádio, visto que 76,9% dos jornalistas daquele meio associam liberdade total a esse aspeto da profissão, enquanto o total de jornalistas que escolheu esta resposta não ultrapassou os 39,7% da amostra.

Apesar dos jornalistas de rádio serem os mais “autónomos”, não são os que percebem de forma mais intensa as características típicas do estilo “vigilante independente”, conforme já foi avançado. Além do mais, os jornalistas das revistas são os que percebem menor autonomia na profissão, ao mesmo tempo que revelam ser “puros” “vigilantes independentes”.

Quanto às diferenças entre meios públicos e privados os dados não foram especialmente relevantes. Embora os jornalistas dos órgãos públicos revelem níveis superiores de autonomia nos dois parâmetros, uma vez mais a diferença acaba por não ser estatisticamente representativa. Além disso, tratam-se de níveis elevados de autonomia, completamente alinhados com as conclusões avançadas por Hanitzsch (2011).

Relativamente aos jornais considerados na amostra da análise da cobertura jornalística, o gráfico 4.9 demonstra que a diferença entre os diversos órgãos também são mínimas e os cálculos estatísticos confirmam essa mesma observação.



Mesmo assim, pode verificar-se que os jornalistas do *Público* e do *Expresso* associam maior autonomia à profissão, enquanto os do *JN* são os que menor autonomia percebem. Mesmo assim, trata-se de uma média relativamente elevada, de 3,5 valores ( $SD=0,58$ ) quando se trata da liberdade para escolher os temas que vão cobrir e de 3,75 ( $SD=0,50$ ) quando se trata da liberdade para definir os aspetos a enfatizar em cada peça. Ambos estes valores estão muito próximos da resposta “muita liberdade” e são estatisticamente equivalentes aos dos outros jornais.

Esta hipótese foi ainda reforçada com um conjunto de testes estatísticos de correlação de Pearson, que revelaram que como a generalidade dos jornalistas inquiridos valoriza um mesmo conjunto de funções institucionais, acaba por não apresentar diferenças claras na perceção das influências externas e da autonomia na profissão. Mesmo assim, foi possível obter algumas correlações significantes.

Comprovou-se que os jornalistas que mais se identificam com a monitorização das elites políticas são aqueles que percebem uma menor influência de alguns aspetos económicos e políticos, nomeadamente as considerações dos anunciantes ( $r=-,293$ ;  $p=,020$ ), dos grupos de pressão ( $r=-,264$ ;  $p=,037$ ) e dos sindicatos e ordens profissionais ( $r=-,244$ ;  $p=,054$ ). Pelo contrário, a perceção relativamente à influência dos políticos, dos membros do governo ou até das grandes empresas não variou consoante a maior ou menor importância que os jornalistas atribuem aos aspetos que caracterizam os jornalistas “vigilantes independentes”.

Também se comprovou que quanto mais os jornalistas valorizam ser observadores estritamente neutros, menor influência atribuem aos “amigos, conhecidos e família” ( $r=-,281$ ;  $p=,025$ ) e aos “colegas de outros meios de comunicação” ( $r=-,321$ ;  $p=,010$ ). Por fim, os que mais valorizam fornecer informação importante para que as pessoas tomem decisões políticas são os que percebem menor influência dos anunciantes e das considerações dos anunciantes, com  $r=-,269$  ( $p=,033$ ) e  $r=-,290$  ( $p=,021$ ), respetivamente.

Perante este extenso conjunto de dados, demonstra-se que o facto dos jornalistas de política portugueses se identificarem em maior ou menor grau com o estilo “vigilante independente” não altera incisivamente o modo como percebem as influências sobre o seu trabalho ou a autonomia da profissão. Embora sejam validadas as conclusões de Hanitzsch (2011), não se observam diferenças relevantes entre os próprios jornalistas portugueses, sendo evidente que as desigualdades identificadas por aquele autor estão associadas às diferenças entre os contextos políticos e económicos de cada local. Pressupõe-se que só seria possível identificar diferentes perceções quanto à autonomia e às influências da profissão se entre os próprios jornalistas portugueses existissem estilos profissionais completamente distintos. Como tal não aconteceu – só os do *JN* estão no limbo entre “vigilantes independentes” e “agentes críticos de mudança” – também acaba por ser natural que os graus de autonomia e as influências sejam globalmente idênticas. Quando estão em comparação jornalistas de uma mesma editoria, dificilmente se conseguirão observar diferenças entre as suas perceções e aquilo que mais valorizam na profissão.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Nota: Quadro dos resultados no Anexo 5.



### 3.5 - O relacionamento com o poder político

Conhecer a percepção dos jornalistas relativamente a alguns aspetos do relacionamento com os agentes do poder político é essencial para perceber mais aprofundadamente as características do jornalismo político e obter indicações sobre a independência e distância face ao poder. Além disto, é a partir deste relacionamento que inúmeros conteúdos noticiosos de política surgem, ganham forma e são disseminados para a opinião pública, pelo que é fundamental conhecer as percepções dos jornalistas acerca da fiabilidade desta aproximação. Em função dos resultados alcançados por outros investigadores através de métodos semelhantes (van Aelst e Aalberg, 2011; van Aelst *et al.*, 2010; Voltmer e Dobрева, 2009; Kaur e Shaari, 2006), entendeu-se que a melhor forma de medir essas percepções seria pela avaliação de uma série de afirmações, referentes, na sua maior parte, a casos que os inquiridos conheçam e não a comportamentos deles próprios. Isso permitiria encorajar respostas claras e impedir limitações que não iam refletir o “lado negro” deste relacionamento (Voltmer e Dobрева, 2009: 17). O que as respostas dos inquiridos revelam é que a generalidade dos jornalistas de política portugueses concorda ou concorda plenamente que:

- Os políticos procuram exercer muita influência sobre os media (89,4%);
- A relação existente entre jornalistas e o poder político é de interdependência (65,1%);
- As informações disponibilizadas pelas fontes oficiais do poder político são úteis e melhoram a qualidade dos conteúdos informativos (61,9%);
- É normal existir uma atitude mais positiva com as fontes que fornecem mais e melhor informação (58,8%).

Noutros parâmetros analisados, a posição dos jornalistas portugueses foi menos assertiva. Ao longo das entrevistas foi evidente que muitos consideravam impossível fazer generalizações em alguns aspetos deste relacionamento, como exemplifica a resposta de uma jornalista, quando questionada sobre a honestidade das fontes de informação do poder político: “Algumas são honestas, enquanto outras são desonestas. Cada caso é um caso”. Como tal, acabou por verificar-se um peso considerável da resposta “não concordo, nem discordo” em algumas das questões. Verificou-se que 46% dos inquiridos admite que os jornalistas e os assessores de imprensa dos políticos têm relações de proximidade pessoal, enquanto 19% discorda e 34,9% não concorda nem discorda. Do mesmo modo, 38,1% da amostra não concorda nem discorda com a

existência de conflitualidade para com o poder político, 34,9% discorda ou discorda plenamente e 27% concorda ou concorda plenamente com esta afirmação. É evidente que esta relação pode ser mais conflituosa ou mais amigável, consoante o que está em jogo em termos informativos.

Relativamente à honestidade das fontes oficiais, 60,3% dos inquiridos não concorda nem discorda, com a importante ressalva feita por alguns jornalistas de que umas fontes são mais honestas do que outras. Noutro parâmetro, 47,7% dos jornalistas considera o poder político mais determinante sobre a agenda mediática, enquanto 22,2% atribui maior poder aos jornalistas, sendo que 30,2% dos inquiridos não concorda nem discorda com a afirmação. Por fim, 34,9% concorda ou concorda plenamente com o facto de ser comum os agentes do poder político proporem o acesso exclusivo a informações em troca de uma cobertura jornalística mais positiva, enquanto 42,8% discorda ou discorda plenamente com esta afirmação. Os restantes 22,2% não concordam nem discordam com esta realidade, pelo que se conclui que este tipo de propostas ocorre em ocasiões excecionais.

Mais claros foram os dados que demonstram que apenas uma minoria dos inquiridos acredita que em Portugal existam jornalistas que recebem bens patrimoniais ou financeiros de fontes ligadas ao poder político. No entanto, cerca de 40% discordam que os jornalistas portugueses mantêm total independência e isenção face ao governo e aos partidos políticos nacionais.

De um modo geral, estes dados vão ao encontro do conceito de simbiose competitiva, utilizado por alguns académicos para caracterizar a relação entre os dois grupos (Wolfsfeld, 2011; Voltmer e Dobрева, 2009). Os jornalistas portugueses reconhecem que dependem do poder político para obter informações úteis à sua atividade, na mesma medida em que têm a perfeita noção que o poder político necessita deles para obter legitimidade junto da opinião pública. Esta interdependência é claramente marcada pela competição em torno dos conteúdos noticiosos, com tentativas do poder político para influenciar o trabalho dos jornalistas, nomeadamente através de propostas de acesso a conteúdos noticiosos exclusivos, em troca de uma cobertura mais favorável. É nesse sentido que os mesmos jornalistas que reconhecem a existência desse tipo de propostas do poder político, são também aqueles que admitem ter uma atitude mais positiva com as fontes de informação que colaboram e que permitem o acesso a informações valiosas ( $r=,271$ ;  $p=,032$ ). Conjugando várias perguntas dos inquéritos, verifica-se que se os jornalistas não têm dúvidas em associar um elevado rigor e

profissionalismo à sua conduta pessoal, acabam por apresentar maiores reservas na aferição da integridade profissional e da independência dos colegas, sobretudo pela percentagem elevada de jornalistas que considerou que os jornalistas portugueses não mantêm total isenção e independência face ao poder político.

Relativamente às diferenças diagnosticadas entre os órgãos de comunicação privados e os órgãos de comunicação públicos, elas foram estatisticamente observáveis em 3 parâmetros. Foi notório que os jornalistas que trabalham em órgãos de comunicação públicos consideram as fontes de informação do poder político mais honestas do que os jornalistas dos órgãos privados ( $\chi^2=7,190$ ;  $df=2$ ;  $p=,027$ ). De facto, 40% dos jornalistas da *RTP*, da *Antena 1* e da *Lusa* concordaram que essas fontes são honestas, enquanto nos media privados a percentagem foi de apenas 11,3%. Por outro lado, foi evidente que os jornalistas dos órgãos privados concordam em maior número que é normal ter uma atitude mais positiva com as fontes de informação que fornecem mais e melhor informação e que a classe política tem maior capacidade de definir a agenda mediática do que os jornalistas, com  $\chi^2=18,357$  ( $df=4$ ;  $p=,001$ ) e  $\chi^2=15,209$  ( $df=4$ ;  $p=,004$ ), respetivamente. Em termos percentuais, só 17% dos jornalistas dos órgãos privados discorda que é normal ter uma atitude mais positiva com as fontes oficiais mais colaborantes, enquanto nos órgãos públicos a percentagem chega aos 40%. Por sua vez, só 18,9% dos jornalistas que trabalha em privados discorda com o facto da classe política ter mais poder sobre a agenda, enquanto que nos públicos a percentagem atinge novamente os 40%.

Quanto às diferenças entre os diversos meios de comunicação, há que sublinhar que elas foram observáveis apenas em dois parâmetros de análise. Os testes qui-quadrado de Pearson, e a respetiva análise dos resíduos ajustados, revelam que os jornalistas de televisão são os mais discordantes no que toca a ter uma atitude positiva com as fontes que fornecem mais e melhor informação ( $\chi^2=29,365$ ;  $df=16$ ;  $p=,022$ ). De facto, 50% dos jornalistas de TV discordam ou discordam plenamente com esta frase, enquanto os valores são de apenas 17,9% nos jornais, 14,3% nas revistas e 7,7% na rádio. Por sua vez, é evidente que os jornalistas das *news magazines* são os mais discordantes com o facto dos jornalistas portugueses manterem independência e isenção face ao poder político ( $\chi^2=22,688$ ;  $df=12$ ;  $p=,030$ ): 85,7% dos inquiridos não concordou com essa afirmação, enquanto nos restantes meios as percentagens não chegam sequer a metade desse valor. Relativamente às diferenças entre os jornais considerados na análise

da cobertura jornalística, elas foram estatisticamente insignificantes, conforme demonstram os testes qui-quadrado de Pearson.

A forma como o relacionamento com o poder político se constitui importante para a atividade jornalística acaba por ser confirmada pela percepção que os jornalistas têm acerca da utilização de fontes de informação. Quando solicitados para indicarem as fontes que mais utilizam na cobertura dos eventos de política nacionais, 69,8% dos inquiridos indicaram as fontes oficiais do governo e 68,3% as fontes oficiais dos partidos políticos com assento parlamentar como as mais importantes (o que inclui assessores de imprensa e restante staff). Seguiram-se depois os especialistas e as figuras públicas - selecionadas por 47,6% da amostra -, acompanhadas de perto pelas fontes oficiais de outros organismos do Estado (Presidência da República, poder local, poder judicial, governos civis, direções gerais, forças de segurança, militares, etc.), indicadas por 44,4% dos inquiridos. Já relativamente ao modo como os jornalistas contatam as fontes oficiais do governo e dos partidos políticos, verificou-se que o principal método é o contato pessoal com os políticos (telefone, email, etc.), selecionado por 95,2% dos inquiridos, seguido do contato pessoal com os assessores de imprensa (84,1%) e da participação em conferências de imprensa e outros eventos agendados (71,4%). Curiosamente, as redes sociais só foram referidas como sendo um dos métodos mais utilizados para contactar as fontes oficiais por 4,8% dos jornalistas, o que reflete perfeitamente a irrelevância que assumem na atividade das editorias de política portuguesas. De facto, tal como os *press releases* ou a maioria dos eventos agendados, as informações disponíveis para os jornalistas nas redes sociais não vão para além da oficialidade, não permitindo diferenciar a informação da concorrência, nem obter as informações muitas vezes necessárias para o total esclarecimento da opinião pública.

Em sùmula, comprova-se que o relacionamento entre estes dois grupos é uma “simbiose competitiva”, em que os jornalistas percebem as fontes ligadas ao poder político como úteis à sua atividade, mas ao mesmo tempo consideram que o poder político tenta exercer muita influência sobre os media. Como tal, as relações entre as partes acabam por flutuar entre a proximidade pessoal e o conflito. Como ponto positivo destaca-se o facto da generalidade dos jornalistas de política portugueses não concordar com a existência de subornos no âmbito da atividade jornalística em Portugal. Todavia, 40% dos inquiridos discorda da existência de total independência dos jornalistas

portugueses face ao poder político, o que não corresponde ao rigor e isenção que a generalidade dos inquiridos associou à sua própria maneira de executar a profissão.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Nota: Quadro dos resultados no Anexo 6.

## Capítulo 4 - O produto noticioso dos jornais portugueses

Após traçar o perfil do jornalista de política português, interessa fazer um estudo dos conteúdos noticiosos para descortinar se aquilo que os jornalistas percecionam como mais importante na sua profissão - nomeadamente as funções institucionais - acaba por ter algum reflexo naquilo que realizam na prática profissional. Recorde-se que a análise centrou-se na imprensa escrita de âmbito nacional não só por causa da grande representatividade desses órgãos de comunicação em termos de circulação nas várias regiões do país, como também em função da maior facilidade de acesso a esses conteúdos noticiosos em qualquer biblioteca pública. Por sua vez, o acesso aos conteúdos noticiosos de meios como a rádio ou a televisão é menos flexível, o que inviabiliza uma análise a esses órgãos de comunicação. Quanto às *news magazines*, também foram excluídas da análise por não conterem qualquer notícia ou reportagem sobre a discussão do OE de 2012, impossibilitando a recolha de itens de apreciação.

Como se observou nas hipóteses anteriores, a generalidade dos jornalistas é do estilo “vigilante independente” e está orientado para os valores tradicionais do jornalismo ocidental, nomeadamente para a vigilância dos poderes políticos e económicos, para observação neutra e independente da realidade e para a publicação das informações importantes para que a opinião pública tome decisões esclarecidas. Só o *JN* transpareceu alguma distância deste estilo jornalístico, não para um enquadramento mais sensacionalista ou popular – como se supunha inicialmente -, mas sim para um estilo mais intervencionista, denominado de “agente crítico de mudança”. Embora os jornalistas desse grupo valorizem monitorizar as elites, estão também muito focados em influenciar a opinião pública, a agenda mediática e, em última instância, produzir alguma mudança social. Uma explicação plausível para estes resultados reside no facto das perceções dos jornalistas poderem variar de acordo com a editoria em que exercem a profissão. Como o *JN* não é um *quality paper*, é natural que haja um domínio dos conteúdos noticiosos mais sensacionalistas associados à editoria de “sociedade” ou “país”, o que não significa necessariamente que a editoria de política siga a mesma lógica. Daí a necessidade de encetar uma análise dos conteúdos noticiosos e atestar a coerência entre as perceções dos inquiridos e o seu produto noticioso.

Tal como já avançado, a metodologia escolhida (*meta-performance analysis*) integra quatro parâmetros: seleção e uso de fontes de informação; palavras e termos comparativos utilizados pelos media; críticas ao poder político; e temas infrequentes

e/ou ausentes. A seleção e uso de fontes de informação permite atestar se um determinado órgão de comunicação incluiu mais pontos de vista de alguma das partes em disputa. As palavras e os termos comparativos indicam a orientação do jornal relativamente ao tema em causa – através dos adjetivos, do tom dominante na cobertura noticiosa, dos exemplos utilizados, entre outros. As críticas para com o poder político indicam a independência e liberdade face às políticas oficiais. Por fim, os temas ausentes e/ou infrequentes permitem verificar se os media omitiram seletivamente alguns aspetos da cobertura noticiosa, para representarem os acontecimentos de forma pouco objetiva.

Em todos os jornais considerados na amostra (com exceção do *JN*) prevê-se que, por dominar o estilo “vigilante independente”, haverá uma cobertura noticiosa marcada pela utilização independente e proporcional de fontes de informação, que representem as várias perspetivas presentes na história. Perspetiva-se também a utilização de palavras e termos comparativos factuais e rigorosos, focados no interesse público e coerentes com a neutralidade que esses jornalistas percebem. Prevê-se ainda a existência de críticas ao poder político e uma cobertura extensa dos conteúdos políticos, que traduza não só a importância que estes jornalistas associam à monitorização das elites, como ainda a importância que eles associam à necessidade de fornecer às audiências informação importante, completa e esclarecida, que permita tomar decisões políticas.

Já relativamente ao *JN*, onde dominou o estilo “agente crítico de mudança”, prevê-se a existência de conteúdos críticos das elites políticas e económicas, que traduzam a elevada importância que este grupo atribui à monitorização das elites. Contudo, para refletir o maior enfoque deste jornal nos aspetos do intervencionismo da profissão, prevê-se uma utilização menos clara de termos factuais e rigorosos, uma menor neutralidade na divulgação da informação, uma utilização desigual das fontes de informação, uma menor representação de todas as perspetivas nas peças. Esta postura será evidente porque estes jornalistas valorizam influenciar a opinião pública e a agenda mediática, conduzindo o enquadramento das histórias para pontos de vista menos independentes e motivando uma determinada postura face ao tema em análise. Poderão ainda surgir, porventura, alguns temas ausentes e/ou infrequentes da cobertura jornalística, visto que a omissão da informação serve para orientar a opinião em muitas ocasiões, conforme descrito pelos académicos.

Tal como referido no capítulo da metodologia, vai ainda aferir-se se os jornais integrados na amostra demonstraram alguma orientação para os aspetos comerciais da atividade jornalística, em associação ao estilo “disseminador populista”. Isto porque as perceções podem, muitas vezes, corresponder a ideais profissionais e não àquilo que é executado na prática, depois de estar-se perante as pressões do mercado mediático e da própria organização noticiosa. Como tal, importa saber se os jornais utilizam palavras mais suaves, em tom espetacular ou trivial, termos comparativos exagerados e sensacionalistas, se dão primazia às perspetivas mais próximas do entretenimento e se enquadram os conteúdos da forma que atraia mais audiências. Mesmo a inexistência de críticas ao poder político, ou até a existência de temas ausentes na cobertura noticiosa, poderá estar associada a este estilo jornalístico, na medida em que os “disseminadores populistas” não valorizam monitorizar o poder político e o poder económico, estando antes concentrados na captação das audiências.

#### **4.1 - Análise quantitativa preliminar**

Uma análise detalhada da cobertura jornalística de cada órgão de comunicação pressupõe um conhecimento prévio de alguns dados quantitativos e também uma menção à forma como os elementos gráficos (fotografia e infografia) foram utilizados pelos jornalistas para representar os acontecimentos. Verificou-se que a discussão e aprovação do OE para 2012 não recebeu uma cobertura tão intensa como se pensava inicialmente. A greve geral do dia 24 de Novembro de 2011, promovida pelas principais forças sindicais do país, fez com que os media dedicassem maior atenção aos preparativos dos sindicalistas e aos números e resultados desta manifestação.

Mesmo assim, num total de 50 edições analisadas foi possível contabilizar 85 itens noticiosos acerca do OE, sendo que o jornal *i* foi aquele que maior atenção dedicou ao tema, com 22 notícias ou reportagens, o que corresponde a 25,88% dos itens noticiosos analisados. Recorde-se que nesta contagem estão apenas inseridas as notícias e as reportagens, tendo ficado de fora a análise dos restantes géneros jornalísticos, como artigos de opinião, crónicas ou editoriais. Visto que o objetivo era verificar a coerência entre as perceções aferidas nos inquiridos e o produto noticioso resultante da atividade jornalística dos profissionais inquiridos, não fazia sentido analisar conteúdos em que o jornalista é suposto afastar-se da sua posição enquanto mediador independente e adotar uma postura opinativa e pessoal.



Já em termos do espaço dedicado ao tema, verificou-se que o OE ocupou 63 páginas, tendo sido uma vez mais o jornal *i* a liderar com cerca de 22 páginas sobre este tópico, o que representa 34,92% do espaço total contabilizado. Quanto ao destaque nas primeiras páginas, constatou-se que este tema foi manchete somente nas edições dos dias 22 e 23 de Novembro do jornal *i*, enquanto nos restantes jornais apenas surgiam pequenas referências na 1ª página. No caso do *JN*, o tema não só esteve ausente de todas as primeiras páginas, como também surgia quase sempre na segunda metade do jornal. Esta postura revelou-se próxima do estilo popular que caracteriza o *JN* e que relega para segundo plano a cobertura aprofundada das chamadas *hard news*. Já nos outros media, as referências ao OE surgiam, frequentemente, nas páginas iniciais, demonstrando uma maior valorização do tema.

Em função de ter sido o jornal diário que menor atenção dedicou ao OE, o *JN* acabou por ser aquele que utilizou um menor número de fontes de informação. Contudo, contabilizando o número de fontes por notícia, conclui-se que o *DN* apresenta uma média menor, de 3,26 fontes por notícia, enquanto o *JN* alcança os 3,47, surgindo depois o *i* com 4 e, finalmente, o *Público*, que lidera com 4,47 fontes por notícia. Relativamente aos semanários *Sol* e *Expresso*, naturalmente que registaram um menor número de notícias e de espaço dedicado ao tema, não existindo diferenças assinaláveis entre ambos. Interessa, contudo, realçar que apesar de ter o mesmo número de notícias que o *Expresso*, o *Sol* utiliza o dobro das fontes de informação, apresentando uma média de 5,33 fontes por notícia, um número bem superior ao de qualquer um dos restantes jornais incluídos na amostra.

O estudo dos elementos gráficos dos jornais permitiu observar que os jornalistas não utilizam a fotografia, ou a imagem, com o intuito de orientarem uma determinada compreensão dos acontecimentos. A maioria das 62 fotografias/imagens que acompanhavam as notícias estava estritamente relacionada com essa discussão do OE na Assembleia da República: há um domínio de fotografias do hemiciclo em grande angular ou então grandes planos das figuras mais preponderantes em cada força partidária e no governo.

Em determinadas ocasiões, observou-se a utilização da fotografia/imagem para reforçar a mensagem que estava presente nos títulos ou subtítulos das notícias. Veja-se, por exemplo, a edição do dia 23 de Novembro do *Diário de Notícias*, em que surge uma fotomontagem de Passos Coelho, primeiro-ministro português, e de António José Seguro, secretário-geral do Partido Socialista (PS), numa pose de contenda, simulando

um frente a frente político e reforçando o título que dizia que as negociações entre o governo e o maior partido da oposição estavam “acabadas”. Também a edição do dia 29 de Novembro exemplifica a utilização das fotografias como forma de reforçar a mensagem transmitida nos títulos das notícias: António José Seguro surge com um ar de preocupação, numa associação clara à divisão existente na bancada socialista e ao fraco apoio que ele reúne junto dos respetivos deputados. Também se pode destacar a edição do *JN* do dia 30 de Novembro, em que António José Seguro surge com um ar de imposição em consonância com o título: “Seguro e Zorrinho tentam abafar vozes contestatárias”.

Nos restantes jornais as tendências foram idênticas: as fotografias representam o tema das notícias, não transmitem mensagens positivas ou negativas para as diversas partes envolvidas e não demonstram qualquer orientação ideológica ou política. Em casos excepcionais, as fotos servem para realçar determinados aspetos das notícias, como acontece na edição do dia 30 de Novembro do *Público*, em que António José Seguro recebe um olhar desconfiado de Zorrinho, num claro paralelismo com o título e o antetítulo sobre os conflitos existentes no seio do PS: “Seguro deixa presidência parlamentar no fio da navalha”; “Divergências internas em pleno debate e votação do Orçamento do Estado”. Quanto ao *i*, realça-se uma fotografia do dia 25 de Novembro em que Paulo Portas, ministro dos Negócios Estrangeiros e líder do CDS-PP, surge de costas para Passos Coelho, numa associação à notícia que diz que o ministro está “desaparecido” da arena política nacional e que o CDS-PP, parceiro de coligação do Governo, procura dissociar-se das medidas de austeridade: “Deputados do PSD acusam parceiro de coligação de fugir à crise”, avança o título. É ainda de sublinhar que o *i* utiliza a infografia e, em determinadas ocasiões, tira partido dessas imagens gráficas para reforçar aspetos particulares dos itens noticiosos. O exemplo mais flagrante é na edição do dia 23 de Novembro, em que surge o símbolo dos caixotes do lixo nas páginas 16 e 17 para reforçar o título da 1ª página do jornal: “Propostas do PS vão para o lixo”.

A utilização da imagem e da fotografia respeitou a independência, objetividade e isenção que a generalidade dos jornalistas portugueses valoriza na sua profissão. Nenhuma força política ou partidária foi descredibilizada por esses meios, ficando até a sensação que as fotografias que acompanham os itens noticiosos não merecem especial atenção dos jornalistas. Excetuando os casos referidos, cada um dos jornais tem preferência por fotografias simples e generalistas, que permitam uma associação rápida

àquilo que é noticiado, sem deixar espaço para juízos de valor ou enquadramentos perniciosos.

#### **4.2 – Seleção e uso de fontes de informação**

Em linhas gerais, os jornais procuraram integrar nos seus artigos noticiosos as perspetivas de todas as partes envolvidas nas matérias. Curiosamente, não foram as fontes do governo ou dos partidos do governo a dominar, mas sim as fontes do PS, o maior partido da oposição. Os dados estatísticos demonstram que entre todas as fontes consultadas pelos jornais 16,26% são do Governo e 29,14% são do PS. Há ainda que considerar um total de 4,60% de fontes anónimas do Governo e de 6,75% de fontes anónimas do PS. Este predomínio das fontes ligadas ao maior partido da oposição é justificado pelo destaque que as divergências existentes na bancada socialista geraram junto dos media. De facto, a aprovação do OE chegou a ser considerada pelo secretário-geral do partido, mas depois de pressionado por muitos deputados António José Seguro optou pela abstenção à última hora. Mesmo assim, uma deputada romperia a disciplina de voto e votaria contra o orçamento, levando a uma pequena guerra de bastidores no seio do partido. Este episódio receberia uma maior atenção mediática do que alguns dos temas que estavam a ser debatidos no Parlamento.

No que toca às restantes fontes de informação, 5,21% estavam ligadas ao PCP e 3,99% ao BE, sendo que nenhuma fonte destes partidos foi referida de forma anónima. Curiosamente, apenas 7,36% das fontes eram relativas ao PSD e 3,68% ao CDS-PP, o que se aproxima dos valores registados nos menores partidos da oposição. Convém ainda destacar que 5,52% das fontes utilizadas foram anónimas (nem sequer é indicada a facção política ou instituição que representam) e 6,13% trataram-se de referências a outros meios de comunicação. Tal como seria de esperar num evento de cariz estritamente político, verifica-se então o predomínio das fontes oficiais, em prejuízo daquelas com carácter não institucional, como associações, sindicatos, especialistas ou figuras públicas, cidadãos anónimos, entre outros.

Convém referir que a menor utilização de fontes ligadas ao BE e ao PCP surge não por intenção deliberada de diminuir a atenção mediática sobre esses partidos, mas sim por se tratarem dos partidos menos representados no Parlamento português, além de não estarem envolvidos nas negociações em torno do OE. Como tal, os jornalistas limitaram-se a cobrir as iniciativas das figuras mais importantes neste processo político

e que recebem maior apoio eleitoral junto das audiências. Mesmo assim, verificaram-se alguns casos esporádicos em que as perspetivas de alguns partidos deveriam ter sido incluídas e não o foram. Na edição do dia 23 de Novembro do *DN*, não são apresentadas as perspetivas de nenhum dos partidos da oposição (PS, BE e PCP) numa notícia acerca das propostas do governo para a alteração do OE para 2012. Por sua vez, na edição de dia 30 de Novembro, perante os números do PS e da Associação de Hotelaria, Restauração e Similares (AHRESP) sobre os impactos do aumento do IVA nas empresas do sector, o *DN* não buscou o contraditório nem o ponto de vista do governo.

No *JN* identificaram-se casos semelhantes nas edições dos dias 20 e 24 de Novembro. No primeiro caso, o jornal não procura ou revela ter procurado uma reação dos partidos da oposição às palavras de Paulo Júlio, Secretário de Estado da Administração Local, sobre as medidas a aplicar às autarquias. Já no segundo caso, são conhecidas propostas do governo acerca de alterações no OE (citadas do *Jornal de Negócios* do dia anterior) e o cenário repete-se, não havendo um contraponto com as perspetivas ou intenções de nenhum dos partidos da oposição.

Também o *i* não apresentou os pontos de vista das forças de oposição, no dia 22 de Novembro, relativamente às palavras de Vítor Gaspar, Ministro das Finanças, e de dois secretários de estado, no âmbito das propostas de alteração ao OE lançadas pela maioria PSD/CDS. Destaca-se ainda a edição do dia 20 de Novembro, em que o jornal não procura o contraditório do PS ou de membros do anterior governo às acusações feitas por Francisco José Viegas, secretário de estado da cultura, de que o anterior governo teria ultrapassado largamente os limites orçamentais do sector cultural (o *i* nem sequer refere eventuais respostas a esta acusação durante o debate parlamentar em que elas foram proferidas).

Quanto ao *Expresso*, destaca-se a edição do dia 19 de Novembro, em são apresentadas algumas propostas do PS no âmbito das alterações para o IVA e para os subsídios de desemprego dos funcionários públicos, que não são confrontadas com quaisquer pontos de vista do governo ou dos restantes partidos com assento parlamentar. Por fim, no *Público* do dia 20 de Novembro, focam-se os cortes previstos para as autarquias e verifica-se apenas a presença dos pontos de vista dos autarcas atingidos por estas medidas e da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), ficando o governo excluído de qualquer possibilidade de contraponto a essas informações.

É de realçar que estes casos são exceções à regra e não representam a maioria dos artigos analisados. Além disso, não parecem decisões deliberadas dos jornalistas para representarem mais positivamente qualquer das partes envolvidas nas matérias. Antes parecem ser o resultado de um certo desleixo na recolha e tratamento da informação, cada vez mais descritiva e baseada em informações de fontes oficiais ou de agências noticiosas, sem trabalho de campo, investigação e sem análise dos backgrounds do processo político oficial, dos bastidores da arena parlamentar. No entanto, mesmo não havendo a intenção do jornalista favorecer uma das partes, alguns artigos noticiosos acabam por representar mais favoravelmente determinados pontos de vista. Referem-se, a título de exemplo:

- Na edição do *DN* do dia 30 de Novembro as perspetivas do PS e da AHRESP face ao aumento do IVA na restauração são as únicas representadas e o governo não tem a oportunidade de contradizer a tese de que essas medidas teriam apenas consequências negativas;

- Na edição do dia 20 de Novembro do *Público*, verifica-se que, em duas notícias, a oposição dos autarcas e da ANMP aos cortes nas autarquias é predominante, sendo ainda reforçada pelas palavras de Cavaco Silva, Presidente da República, e de Freitas Rocha, da Universidade do Minho;

- Na edição do dia 20, o *i* indica que “(...) Francisco José Viegas denunciou a existência de “buracos financeiros” herdados da anterior tutela (...)”, mas não avança as perspetivas de membros do anterior executivo, representando favoravelmente a tese do governo.

Outros casos menos relevantes foram identificados, sendo o semanário *Sol* o único jornal em que os pontos de vista das várias partes envolvidas foram sempre procurados e representados de forma equitativa e completa. Em termos percentuais, verificou-se então que só 9,09 % dos artigos do jornal *i*, 10,53% dos artigos do *DN* e 11,76% dos artigos do *Público* não incluíram as perspetivas de todas as partes envolvidas nas histórias ou não representaram todas as partes de forma equilibrada. No caso do *Expresso* a percentagem subiu para os 16,67%, tendo atingido os 20% no caso do *JN*, que se revela assim o jornal menos exemplar neste parâmetro.

É óbvio que o simples facto dos jornalistas cumprirem com o direito ao contraditório e consultarem todas as partes envolvidas nas matérias é função suficiente para garantir que os artigos que escrevem estão balanceados e não representam mais positivamente nenhum grupo ou ator político. Esta postura é ainda fator fundamental

para dotar a estória de características imprescindíveis à profissão, como a isenção, o rigor e a objetividade.

Ainda relativamente às fontes de informação, procurou-se identificar os casos em que os jornais, mesmo referindo todas as partes envolvidas nas matérias, representando-as equitativamente e concedendo o mesmo espaço a todas as reivindicações, descredibilizavam os seus pontos de vista. Isto poderia ser feito através de palavras de outros atores políticos, de interpretações e análises do próprio jornalista, das suas considerações pessoais ou até de elementos como as fotografias e os destaques. O que se verificou foi que em nenhum artigo alguma das partes foi descredibilizada, sendo que o caso que mais se aproximou dessa realidade envolveu, curiosamente, figuras do governo. De facto, na edição do *Sol* do dia 25 de Novembro é realçada a contradição entre as declarações de Santos Pereira, Ministro da Economia, e de Vítor Gaspar, Ministro das Finanças, seguindo a linha de descredibilização do primeiro, observada desde que o Executivo assumiu funções: “As declarações de Gaspar contrariam claramente o otimismo manifestado há dias pelo ministro da Economia (...)”. Ao longo da notícia são contrastadas as posições dos dois ministros e observa-se uma descredibilização da posição tomada pelo ministro da Economia, geralmente considerado um dos ministros mais “enfraquecidos” deste governo.

Em termos globais, fica demonstrado que os jornalistas de política portugueses prezam representar equilibradamente as fontes de informação e evitam qualquer tipo de descredibilização das várias perspetivas e pontos de vista em confronto. Foram excecionais os casos que não obedeceram a esta lógica e, como tal, não se pode concluir que os jornais analisados apresentem falhas em termos de objetividade e isenção. De acordo com os inquéritos, os jornalistas de política portugueses indicaram as influências organizacionais, processuais e profissionais como as mais intensas no seu dia a dia. Parece óbvio que quando os jornalistas conseguem ultrapassar essas limitações e influências, adotam uma postura que garante que os pontos de vista conflituantes ficam representados de forma equitativa nos artigos noticiosos. Além disso, a descredibilização das fontes, que poderia evidenciar uma inclinação para legitimar uma das partes envolvidas nas notícias, nunca foi observada. O tratamento de todas as fontes foi equilibrado, associando-se claramente aos principais aspetos que caracterizam os jornalistas “vigilantes independentes”. Até mesmo o *JN* tratou de forma equitativa as diversas partes envolvidas em 80% dos seus itens noticiosos, um pouco em dissonância com a forma como os jornalistas daquele jornal valorizam influenciar a opinião pública

e definir a agenda política e, como tal, opondo-se ao estilo “agente crítico de mudança” que os caracteriza.

### 4.3 - Palavras e termos comparativos

No que toca a este parâmetro, alguns jornais apresentaram itens noticiosos em que o tom dominante fragiliza a imagem de António José Seguro, líder do PS, sobretudo nas edições pós-votação do OE. Não se trata de um tom propriamente negativo pois não é o resultado de uma inclinação partidária dos jornalistas, mas sim o resultado da análise e interpretação dos acontecimentos, associando inadvertidamente o secretário-geral do PS à falta de carisma e capacidade de liderança. Veja-se, por exemplo, o título na primeira página do *DN*, no dia 29 de Novembro: “Revolta no PS impede Seguro de votar ao lado do Governo: Bancada do PS a ferro e fogo (...)”. Ainda bastante exemplificativo é o título de uma notícia do *Público*, em 29 de Novembro (“Seguro cede a ultimato interno e evita revolta na sua bancada”), em que se avança ainda que “(...) o secretário-geral foi obrigado a recuar, sob a ameaça de ficar isolado entre os seus pares”. Embora este tom não indique um alinhamento dos jornais com qualquer facção política, fragiliza a imagem de António José Seguro junto da opinião pública, demonstrando a ineficácia das estratégias políticas e comunicativas do líder socialista.

Em termos percentuais, verificou-se então que 4,55% dos artigos do *i*, 10,53% do *DN*, 11,76% do *Público* e 50% do *Expresso* não abonam a favor do líder socialista. No caso do *Expresso*, uma percentagem tão elevada justifica-se por três notícias do dia 3 de Dezembro, que focam a forma como Seguro não conseguiu consenso na bancada ao longo de toda a votação do OE: “(...) na reta final o PS embrulhou-se numa querela interna e acabou a não votar a favor do bônus aos reformados e funcionários públicos”; “[Seguro tem tido] dificuldade em dominar uma bancada parlamentar ainda assombrada pelo espírito de José Sócrates (...)” – *Expresso*, 3 de Dezembro.

Para além do caso de António José Seguro, observaram-se outras ocasiões em que o tom das notícias foi prejudicial para a imagem do governo, embora apenas em três dos jornais analisados. De facto, 9,09% dos artigos do *i*, 10,53% dos artigos do *DN* e 16,67% dos artigos do *Sol* apresentam um tom menos positivo para a maioria PSD/CDS. No dia 21 de Novembro o *DN* é irónico ao analisar uma das propostas do governo no âmbito do OE: “O governo detetou um “erro” na proposta de Orçamento do Estado para 2012 que, ironia das ironias, levará a maioria PSD/CDS a propor uma

alteração que dará mais dinheiro à Região Autónoma da Madeira (...). Quanto ao jornal *i*, na edição do dia 23 são realçadas as palavras do líder parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães, sobre o aumento dos impostos nas chamadas “pensões douradas”, que diz serem apenas “migalhas” e uma medida meramente simbólica. O próprio jornal acrescenta que esta é “uma medida de pouco impacto”. Na mesma edição, o *i* realça que o governo não cumpriu uma das prioridades eleitorais: “Para trás ficou a promessa de tirar, por completo, a pensão vitalícia a quem receba do privado”. De referir ainda uma notícia do *Sol*, no dia 2 Dezembro, em que o semanário avança que António José Seguro e Paulo Portas alegam ter conseguido uma “vitória” na discussão do OE. O semanário diz que ambos se apresentaram como os responsáveis pela diminuição dos impactos sobre os cidadãos, mesmo tendo sido este o OE mais penoso de sempre para os portugueses. Este conjunto de excertos é revelador de um tom irónico, que encaixa numa postura crítica face ao poder político e não num alinhamento com alguma facção política. A única ressalva a fazer neste particular é o facto de alguns jornais terem apresentado uma capacidade reflexiva, analítica e interpretativa mais forte do que outros.

Convém indicar que no *JN* observaram-se passagens não propriamente sarcásticas ou irónicas, mas sim a tender para um estilo mais popular e até sensacionalista, em 13,33% dos artigos analisados. Nas edições dos dias 29 e 30, perante as afirmações de deputados do BE, do PCP e dos Verdes que apelidam o OE para 2012 de “roubo”, o *JN* utiliza um tom corrente, algo trivial, como se pode observar nos seguintes excertos:

- “Também usando linguagem policial, o bloquista Luís Fazenda considera (...);
- “Ainda de assaltos falou Heloísa Apolónia (...);
- “Era preciso evitar que na votação final do OE (...) o grupo parlamentar [do PS] desse um “espetáculo” idêntico ou mais vistoso do que deu na votação na generalidade”.

A utilização deste estilo foi também observável na edição do *i* do dia 23 de Novembro. É avançado na 1ª página do jornal que as “Propostas do PS vão para o lixo”, sendo depois replicado na página 16: “PSD e CDS não querem saber das propostas (...) feitas pelo PS. Acaba tudo no lixo (...)”. A utilização deste vocabulário algo exagerado pode ser associada a um estilo jornalístico mais focado nas audiências e no lado emocional da informação. No entanto, este tipo de passagem não voltaria a ser identificado no *i*, tendo constituído um caso único ao longo de toda a análise.



Relativamente às palavras ou adjetivos utilizados na construção noticiosa, há que referir que todos os temas foram tratados de forma rigorosa, com palavras imparciais, termos precisos e objetivos, pelo que não ficou patente qualquer alinhamento político ou ideológico. O mesmo foi observado relativamente aos exemplos comparativos, na medida em que nenhum esteve próximo de evidenciar qualquer orientação dos jornalistas. Realça-se apenas o exemplo comparativo utilizado pelo *Expresso* no dia 3 de Dezembro, que embora não se trate de uma legitimação ou alinhamento com uma força partidária, denota uma postura bastante independente e descomplexada face ao poder político. O semanário faz um paralelismo entre António José Seguro e Passos Coelho, indicando que embora Seguro negue parecenças com a forma de atuação do primeiro-ministro, concebe estratégias destinadas a demonstrar as diferenças que os separam. Além disso, o jornal consegue obter informações de background e revelar que o líder socialista evita quaisquer referências à amizade que o uniu ao primeiro-ministro - e também a Miguel Relvas, Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares - durante o período em que ambos eram líderes das respetivas juventudes partidárias.

Assim, demonstra-se que os jornalistas de política portugueses evitam palavras e adjetivos que possam pôr em causa o rigor e a independência da profissão. Também evitam utilizar termos comparativos que os associem a alguma força partidária ou posição ideológica. Já no que toca ao tom das notícias, é um aspeto muito mais dependente das ações dos atores políticos, do que da iniciativa dos próprios jornalistas. O modo como a classe política executa as suas funções e interage com a opinião pública e com os media é, legitimamente, alvo do escrutínio, da análise e da interpretação por parte dos jornalistas. Quando os políticos defraudam as expectativas do eleitorado, dos seus próprios apoiantes, ou até dos jornalistas, mas também quando não agem de acordo com aquilo que a sua posição pressupõe, torna-se comum a utilização de um tom mais irónico ou sarcástico pelos media, orientado para a crítica da classe política e não para o fortalecimento de uma das partes em confronto, indo ao encontro do estilo “vigilante independente”.

Curiosamente, mesmo tendo sido o único jornal em que as perceções evidenciadas pelos jornalistas os aproximam do estilo “agente crítico de mudança”, o *JN* foi aquele em que o tom sarcástico e irónico foi menos evidente. Em determinadas ocasiões registou-se um tom mais próximo dos aspetos comerciais da atividade jornalística, com termos e palavras sensacionalistas e espetaculares, associadas ao estilo “disseminador populista”. Neste sentido, é legítimo concluir que os jornalistas podem

ter percepções acerca da profissão que não são condizentes com aquilo que executam na prática. No caso do *JN*, embora percecionem a influência da opinião pública e o estabelecimento da agenda como funções importantes, os jornalistas acabam por estar mais orientados para o mercado e para o estilo informativo que atrai maiores audiências.

#### **4.4 - Críticas ao poder político**

Neste parâmetro da *meta-performance analysis* observou-se, a um nível global, a primazia das críticas à atuação do governo e a algumas das medidas propostas pela maioria PSD/CDS no âmbito do OE, que representam 14,12% de todos os artigos noticiosos analisados. É também de realçar que 4,71% das notícias ou reportagens analisadas criticam a postura do PS, e sobretudo de António José Seguro, ao longo da discussão e votação do OE no Parlamento, sobretudo por causa da falta de consenso entre o líder e alguns elementos da sua bancada. De destacar ainda algumas críticas que foram lançadas ao poder político de forma generalizada, presentes em 3,53% dos artigos considerados no universo de análise.

A maioria das críticas identificadas não se reveste de um carácter frontal e direto, antes é feita tirando partido das palavras de outros atores políticos ou recorrendo a dados estatísticos e a factos próprios da análise jornalística. Esta forma de interpolar o poder político não compromete a independência dos jornalistas, nem os coloca numa posição em que o rigor da profissão é extravasado, evitando análises pessoais da informação. Mesmo não se tendo identificado muitos casos de críticas ao poder político, os resultados vão ao encontro das perspetivas iniciais, sobretudo porque este *case study* não se revestia de escândalos políticos ou de acontecimentos passíveis de uma postura crítica por parte da classe jornalística.

No *DN*, 21,05% dos artigos analisados apresentam perspetivas críticas para com o governo, sendo que o caso mais evidente surgiu na edição do dia 21 de Novembro, quando é referido o erro do Governo nas propostas do OE, que permitiram a entrega de mais dinheiro à Região Autónoma da Madeira. Fica bastante evidente uma crítica à forma como têm sido geridos os fundos públicos. Na edição do dia seguinte o jornal utiliza testemunhos de cidadãos anónimos, para lançar críticas indiretas às opções do executivo no que toca aos cortes previstos no OE. São ouvidos desempregados, funcionários públicos, empresários, reformados, entre outros, que falam da “falta de equidade” nos cortes, na redução de “um terço do rendimento”, na “quebra nas vendas”.

Demonstram as consequências das políticas de austeridade e associam o governo a esses aspetos negativos.

Nas restantes edições, o *DN* tira partido das declarações dos partidos e dos seus representantes, dos deputados, de especialistas ou de personalidades preponderantes na vida política portuguesa para deixar críticas implícitas ao governo, ou até aos próprios partidos em confronto. Veja-se, por exemplo, a edição do dia 26, em que o jornal destaca as palavras de Cavaco Silva: “(...) o chefe do Estado avisa o governo: austeridade não basta” – surge no subtítulo de uma das notícias. Já na edição de 30 de Novembro um dos títulos apresenta um tom negativo para o Governo quando refere as previsões da AHRESP (relativamente às consequências da subida do IVA na hotelaria) como um facto adquirido: “IVA sobe e “fecha” 21 mil empresas”.

Relativamente ao *Público*, observam-se críticas ao Governo em 17,65% dos artigos, nomeadamente por causa das restrições previstas para os orçamentos autárquicos, como é evidente pela utilização do adjetivo “magro” na edição do dia 20 de Novembro: “(...) o Governo acabou por ceder, desistindo do propósito de passar o limite do endividamento dos atuais 125% (...) para uns magros 62,5%”. De resto, na mesma notícia tinha ficado patente uma maior representação das fontes da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Já na edição do dia 22 de Novembro, são lançadas críticas à gestão do OE através do destaque que é dado às palavras de Silva Pereira, do PS, que diz que Vítor Gaspar, Ministro das Finanças, é “um recordista de alteração de previsões orçamentais”. Também na edição do dia 28 de Novembro o *Público* realça a incoerência do governo, por ter reduzido os cortes aplicados aos funcionários públicos, quando sempre disse que não era possível isentá-los do corte total nos subsídios de Natal e de férias: “Ou seja, onde vai o Governo buscar a margem para compensar estes cortes, quando sempre disse não haver qualquer folga”. É não só uma crítica à gestão do OE pelo executivo, como também à gestão dos aspetos comunicativos da governação.

Quanto ao *JN*, as únicas críticas foram identificadas na edição do dia 30 de Novembro e são dirigidas ao PS, perfazendo um total de 6,67% de todos os artigos analisados. A falta de união e de liderança no seio do PS merece a utilização de um vocabulário e um tom algo sensacionalistas, como foi já avançado no parâmetro de análise anterior: “Era preciso evitar que na votação final do OE (...) o grupo parlamentar [do PS] desse um “espetáculo” idêntico ou mais vistoso do que deu na votação na generalidade”. Os jornalistas interpretam os acontecimentos e analisam as

consequências da votação do OE na especialidade, concluindo que o partido está dominado pela des governação e pelo descrédito pelo líder.

Já o *i* foi o único jornal que criticou amplamente o poder político (em 9,09% dos artigos) pela forma inócua como os governantes e a oposição discutem as políticas do país e não chegam a um consenso justo para os portugueses, conforme explícito na edição do dia 22 de Novembro de 2011: “No debate, as críticas da oposição incidiram sobre os pontos habituais (...), com o ministro e as bancadas que o suportam a darem os argumentos habituais (...). Em mais de quatro horas de debate não foram discutidas quaisquer propostas concretas para a alteração do documento”. Também na edição do dia 23 verifica-se uma crítica a toda a classe, logo na 1ª página do jornal: “Políticos acumulam subvenção com salários privados”. Embora não se identifique um tom crítico direto neste título, o seu destaque na 1ª página revela uma propensão do jornal para a vigilância e denúncia das situações que constituem regalias do poder político, quando o país atravessa um período de austeridade orçamental bastante severo. Na mesma edição, o *i* manifesta críticas à incoerência das promessas eleitorais do governo em duas notícias, que representam 9,09% dos artigos daquele jornal:

- “O fim da acumulação foi prometido, mas afinal não passa de um limite mínimo”;
- “Para trás ficou a promessa de tirar, por completo, a pensão vitalícia a quem receba do privado”;
- “Pediram-me para analisar o Orçamento, mas pela parte que me toca não vi lá grande coisa” – citando Manuela Ferreira Leite.

Quanto aos semanários, o *Expresso* critica o governo na edição do dia 3 de Dezembro (16,67% dos artigos do jornal) por não taxar em maior percentagem os dividendos das empresas sediadas em paraísos fiscais, preferindo incidir os impostos nas classes com menor capacidade económica: “A receita que o Governo não quis”, avança o título da notícia, indicando que esses impostos estariam facilmente ao alcance dos cofres do Estado e que a sua captação só não avançou por mera escolha do governo. Nesta mesma edição o *Expresso* socorre-se das palavras de uma fonte para associar “ingenuidade” política à forma como António José Seguro não reuniu consenso entre os seus deputados e gerou algum alvoroço na votação do OE, o que representa novamente 16,67% dos artigos deste jornal.

Por sua vez, o *Sol* utiliza palavras de atores políticos relevantes para criticar determinadas opções do governo, em 33,33% dos artigos analisados: “Como é que não

há folga? O Governo cedeu em toda a linha às autarquias!” – reação de Jorge Sampaio, ex-PR, quando questionado acerca da prestação do governo. Também é relevante referir novamente o desacordo entre o ministro das Finanças e o ministro da Economia, noticiado na edição do dia 25 de Novembro: “Quem pensava que todas as más notícias já tinham sido dadas pela proposta do Orçamento do Estado para 2012, entregue pelo governo, enganou-se. (...) As declarações de Gaspar contrariam claramente o otimismo manifestado há dias pelo ministro da Economia (...)”. A descridibilização de Álvaro Santos Pereira, ministro da Economia, encaixa perfeitamente no tom crítico à desorientação e incoerência do executivo e à forma como determinadas medidas vêm sido implementadas.

O que se conclui neste parâmetro é que a existência de críticas ao poder político, agregada à independência e à objetividade da cobertura jornalística, à apetência de alguns jornais para analisarem as guerras de bastidores, os aspetos que fogem à agenda política, e ainda o enfoque na interpretação e análise dos eventos, entre outros, é uma indicação clara do não alinhamento dos jornalistas portugueses com qualquer força partidária. Mesmo quando foi visível a quase ausência de críticas ao poder político (sendo o *JN* o caso paradigmático), os jornais apresentaram uma postura que primou pela independência e pela isenção.

#### **4.5 – Temas infrequentes e/ou ausentes**

Ao longo do período de análise foram quatro os principais temas que marcaram a cobertura noticiosa evidenciada pelos jornais:

- As propostas governamentais e partidárias em torno do OE e os consequentes debates parlamentares que decorriam na AR (que corresponderam a 40% dos artigos analisados);
- A divisão existente no PS durante e após a votação do OE, sobretudo em torno do líder António José Seguro (que alcançou os 16,47%);
- As negociações e discussões entre o Governo e o PS no âmbito das medidas a contemplar no OE (perfizeram um total de 14,12%);
- A análise das medidas e dos cortes previstos no OE, juntamente com a análise das respetivas consequências (10,59% de todos os artigos);

Nenhum dos jornais analisados apresentou temas ausentes da cobertura jornalística, visto que todos focaram cada um destes acontecimentos em maior ou menor

grau. Pode-se, todavia, afirmar que em alguns jornais uns temas foram mais infrequentes do que outros. Por um lado, o *DN*, o *Público* e o *i* cobriram este conjunto de temas de forma bastante aprofundada e extensa, permitindo uma total compreensão dos acontecimentos e dos factos que marcaram o período em causa. Por outro lado, os restantes jornais foram menos incisivos em alguns dos temas referidos. O *Expresso* e o *Sol* dedicaram pouco espaço à análise das medidas concretas do OE, aos cortes agendados pelo governo e às consequências desses cortes. Todavia, como se tratam de jornais semanários, essa opção acaba por ser justificada pela incapacidade de dedicar tanto espaço aos temas que marcam a agenda como os jornais diários. Por sua vez, o *JN* concedeu menor destaque às negociações e discussões entre o Governo e o PS no âmbito do OE, o que, como se verá de seguida, acaba por ser revelador da falta de iniciativa jornalística que caracterizou a *performance* deste jornal.

De facto, foi visível que o *DN*, o *i*, o *Expresso* e o *Sol* demonstraram uma maior apetência para encetar processos de análise e investigação dos factos, procurando conhecer aquilo que ocorre no *background* do parlamento, como as negociações interpartidárias, as divergências internas nos grupos parlamentares, os diferentes pontos de vista da coligação no governo, entre outras. Nesse sentido, estes jornais acabam por publicar factos exclusivos e não se limitar àquilo que preenche a agenda política oficial, como aconteceu, sobretudo, no *JN*. Todavia, convém frisar que o maior enfoque na agenda oficial resulta da ausência de uma maior iniciativa jornalística e não da intenção de esconder factos da opinião pública.

Entre os casos em que a iniciativa jornalística permitiu transmitir à opinião pública temas que fugiram à agenda oficial do poder político destacam-se as reportagens do *DN* nos dias 23 e 24 de Novembro, sobre o descontentamento existente no seio do PS com o líder António José Seguro e sobre o background das negociações do OE, entre a “maioria” e o PS. Convém também referir a reportagem do *i* na edição do dia 23 de Novembro, sobre a forma como alguns políticos acumulam pensões vitalícias com os salários dos cargos públicos que ainda desempenham. Realçam-se ainda as notícias dos dias 25 e 26/27 de Novembro, sobre a tentativa dos deputados do PSD e do CDS se afastarem das medidas de austeridade e sobre as negociações que se desenrolam entre o governo e o PS, no âmbito do OE. Por fim, refere-se a reportagem do *Expresso* na edição do dia 3 de Dezembro, sobre a amizade entre Miguel Relvas e António José Seguro, e entre este último e o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho. É uma

reportagem exigente em termos de investigação e que se afasta completamente da agenda oficial.

Verificou-se também que todos os jornais, com exceção do *JN*, apresentavam uma grande orientação para a interpretação dos eventos, dotando os itens noticiosos de perspetivas mais completas e alargadas e mantendo, ao mesmo tempo, a imparcialidade desejável. A interpretação foi visível na forma como os jornalistas analisavam as declarações das fontes de informação e as perspetivas e posições das partes em confronto. No *DN*, destacam-se algumas notícias presentes nas edições dos dias 20, 27 e 28 de Novembro, em que a interpretação jornalística é acompanhada de rigor e independência, permitindo um amplo conhecimento das matérias em causa. Veja-se, por exemplo, um excerto de uma notícia do dia 27 de Novembro: “Algo que tenderá a fragilizar ainda mais a posição interna de Seguro perante uma parte importante da sua bancada”.

Também o *i* foi caracterizado por uma postura desta natureza, como se verifica na edição do dia 22 de Novembro, com a análise das propostas em torno dos cortes nas pensões mais elevadas. Destaca-se também uma notícia do dia 24 de Novembro sobre os possíveis cenários para a votação do OE que podem resultar das negociações entre o Governo e o PS. Verifica-se que o *i* consegue ir para além daquilo que se desenrola no hemiciclo, utiliza informações muito relevantes de fontes anónimas dos vários partidos em confronto: “Mas se chegar ao fim sem conseguir certas contrapartidas, Seguro não vai livrar-se das críticas de alguns sectores do PS”. Em termos gerais, pode mesmo dizer-se que os jornalistas do *i* foram os que melhor representaram uma postura de *watchdogs*, confrontando o poder político de forma descontraída e descomplexada.

Quanto aos semanários, destaca-se a reportagem do *Expresso* do dia 3 de Dezembro, em que são interpretadas algumas escolhas do governo, sobretudo no que toca à não taxação dos dividendos das empresas sediadas em paraísos fiscais. Já o *Sol*, na edição do dia 2 de Dezembro, conduz uma interpretação dos casos em que existiram divergências entre a direcção do PS e alguns dos seus deputados, tirando partido das informações de fontes anónimas daquele partido.

Embora no *Público* não se tenham identificado exemplos relevantes de iniciativa e de investigação jornalística - que resultassem em itens noticiosos exclusivos ou que fossem para além daquilo que é visível nos corredores do parlamento -, o jornal soube integrar as diversas perspetivas das fontes, apresentando uma informação completa, rigorosa e explicativa dos acontecimentos, sem deixar espaço para as opiniões pessoais

dos jornalistas. Ao utilizar muitas fontes e noticiar os factos com profundidade, foi para além da descrição das declarações dos políticos, conseguindo transmitir os temas na sua forma mais esclarecida e completa.

Quanto ao *JN*, deixou a maioria dos temas políticos para as páginas finais, preferindo dar primazia aos temas sensacionalistas, relacionados com o crime e notícias de sociedade. Como tal, acaba por não surpreender o facto de ser o jornal com menor iniciativa jornalística e interpretação dos dados. As notícias são maioritariamente descritivas, referindo-se às declarações e iniciativas das organizações políticas e partidárias, aos acontecimentos observados nos debates parlamentares, às propostas oficiais dos partidos, entre outros. Como tal, está longe de exercer qualquer influência sobre a opinião pública e intervencionismo no debate partidário.

Em linhas gerais, verifica-se então que nenhum jornal procura orientar o enquadramento ou a representação dos acontecimentos através da omissão de aspetos importantes dos conteúdos noticiosos. Todavia, não restam dúvidas que determinados órgãos de comunicação acabam por promover uma melhor e mais completa compreensão dos processos políticos, através da publicação de informações que fogem à agenda oficial do poder.





## CONCLUSÃO

Os resultados reunidos permitiram verificar a existência de um conjunto de práticas e valores jornalísticos em Portugal equivalente àqueles observados na generalidade de outros países ocidentais, alguns dos quais com contextos económicos e políticos algo diferentes do português. Seguindo os mesmos princípios e critérios sugeridos por Hanitzsch *et al.* (2010 e 2011), Hanitzsch e Mellado (2011) e Hanitzsch (2011), demonstrou-se que os jornalistas portugueses são influenciados pelo mesmo conjunto de fatores que afetam os seus colegas de outros países ocidentais, como a Alemanha, a Áustria ou os EUA. Verificou-se também que eles valorizam um conjunto idêntico de funções institucionais da profissão, seguem os mesmos princípios éticos, obedecem a epistemologias similares e percebem graus elevados de autonomia na profissão, pelo que estão claramente inseridos na cultura jornalística ocidental. A percepção dos jornalistas relativamente ao relacionamento com as elites políticas foi coerente com estes resultados e demonstrou uma clara aproximação aos valores típicos dos países mais democratizados. Por fim, a análise da cobertura jornalística comprovou que a generalidade das percepções evidenciadas pelos jornalistas não se limita a uma mera intenção, correspondendo àquilo que eles executam na prática.

Mais concretamente, as influências que os jornalistas de política portugueses perceberam como mais preponderantes no seu trabalho foram as processuais, as profissionais e as organizacionais, indo ao encontro das conclusões de Hanitzsch *et al.* (2010) relativamente aos países ocidentais. Como indicado, estas influências provêm do ambiente interno em que os jornalistas operam, sendo que entre todas elas destacam-se a ética jornalística, os constrangimentos de tempo e a linha editorial como as mais intensas. Também como constatado por Hanitzsch *et al.* (2010) - e depois desenvolvido por Hanitzsch e Mellado (2011) -, as influências que os jornalistas perceberam como sendo mais irrelevantes foram as económicas, o que segundo os autores é característico das democracias ocidentais com níveis de liberalização económica baixos, como é o caso de Portugal. Todavia, as indicações de que as influências políticas seriam mais fortes nos países caracterizados por democracias jovens (*ibidem.*) não foram confirmadas, visto que os jornalistas portugueses atribuíram-lhes uma importância menor do que se antecipava inicialmente.

Os testes estatísticos confirmaram que a percepção de poucas influências económicas e políticas reside na filtragem que esses constrangimentos sofrem por parte dos jornalistas posicionados em cargos superiores, tal como indicado por Hanitzsch *et al.* (2010). De facto, essas influências foram percebidas como mais fortes pelas figuras hierárquicas mais importantes de cada redação, nomeadamente os editores, os subeditores e os coordenadores. Os repórteres e os redatores acabam por perceber de forma mais suave essas influências e por confundi-las, em muitas ocasiões, com as influências internas, próprias da organização noticiosa (ibidem).

Inicialmente, julgava-se que as influências políticas iam ser percebidas como mais fortes do que acabariam por se revelar. A literatura demonstra que em democracias jovens são comuns casos de pressões políticas sobre os jornalistas (Voltmer e Dobrev, 2009; Hanitzsch e Mellado, 2011), existindo até exemplos no cenário mediático português. Veja-se o caso recente da pressão de Miguel Relvas, Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, sobre uma jornalista do *Público*, acerca do qual o jornal emitiu um comunicado em que reconhece que “É nossa tradição não denunciar as pressões que nos são feitas – e foram muitas e muito concretas ao longo de 22 anos. É assim em Portugal e não só” (*Público*, 25 de Maio de 2012). Além do mais, a maioria dos jornalistas inquiridos ao longo desta dissertação reconheceu que são comuns os casos de pressões efetuadas pelos próprios políticos sobre os jornalistas portugueses. Isto confirma a lógica sugerida por Hallin e Papathanassopoulos (2002), que consideram que Portugal faz parte de um conjunto de países caracterizado por níveis elevados de instrumentalização dos media privados, pela politização dos órgãos de comunicação públicos e pela existência de condições limitadas para que o jornalismo se desenvolva enquanto profissão autónoma.

Mesmo assim, num ranking que contempla dados de 179 países, a organização Repórteres Sem Fronteiras colocou Portugal na 33ª posição no que toca aos índices de liberdade de imprensa, em 2012. Parece que os jornalistas das editoriais de política conseguem garantir a independência e a objetividade da produção noticiosa, mesmo quando pressionados em sentido contrário pelos elementos do poder político. As palavras da direção do *Público* no comunicado suprarreferido são perfeitamente elucidativas quanto a este argumento: “Faz parte do jornalismo independente ter uma armadura contra as tentativas de pressão” (*Público*, 25 de Maio de 2012). A análise da cobertura jornalística encetada para fortalecer alguns dos dados reunidos nos inquéritos por questionário corroborou estas mesmas observações, visto que não foram

identificados quaisquer constrangimentos políticos sobre as matérias noticiadas no âmbito do OE para 2012. Embora existam constrangimentos promovidos pela classe política, eles acabam por não exercer influências relevantes sobre a atividade profissional dos jornalistas de política portugueses.

Relativamente às culturas jornalísticas, os inquéritos demonstraram que os jornalistas de política portugueses integram a cultura jornalística ocidental, preconizada por Hanitzsch *et al.* (2011). Eles valorizam manter distância e independência face ao poder político e económico e prezam monitorizar e escrutinar as ações das elites. Atribuem grande importância à neutralidade e isenção no tratamento da informação e consideram o intervencionismo como um aspeto menor da profissão, nomeadamente no que toca a influenciar a opinião pública e a promover mudanças sociais. Além disso, estão pouco focados nas questões comerciais e na captação de audiências, dando primazia à informação que é importante para que a opinião pública tome decisões esclarecidas e responsáveis. Eles apresentam ainda uma tendência para recusar a integração de perspetivas pessoais nas peças e a promoção das noções que consideram como as mais importantes, preferindo antes separar os factos das opiniões. Por fim, eles seguem princípios éticos universais e, tal como acontece na generalidade dos países ocidentais, são bastante idealistas perante os dilemas éticos que atravessam, admitindo que um bem maior para a sociedade pode justificar consequências negativas particulares.

Destaca-se que a comparação com as observações lançadas por Hanitzsch *et al.* (2011) demonstrou a existência de semelhanças entre Portugal e os EUA no que diz respeito à vigilância do poder económico e financeiro. Tal como os seus colegas norteamericanos, os jornalistas de política portugueses apresentam uma propensão maior para vigiar as elites económicas do que os jornalistas de países como a Alemanha, a Áustria ou a Suíça. Convém ainda frisar que os jornalistas portugueses apresentam uma tendência para interpretar os acontecimentos que cobrem, tal como indicam os dados recolhidos pelos mesmos autores relativamente a países como os EUA ou Espanha, em que a interpretação das matérias noticiosas é cada vez mais percecionada como uma parte importante do trabalho jornalístico. Estes dados foram confirmados pela análise da cobertura noticiosa e seguem a lógica de que é cada vez mais comum a interpretação dos conteúdos nos EUA e nalguns países europeus (Patterson, 1998 e 2000; Brants e Kempen, 2002; Benson e Hallin; 2007). Para Brants e Kempen (2002: 170), devido a todas as limitações que se foram observando no mercado mediático, os jornalistas

acabaram por substituir o jornalismo investigativo de outrora pela interpretação constante dos itens noticiosos e por uma postura de maior suspeição relativamente à classe política.

Em linha com o facto da cultura jornalística das editoriais de política portuguesas ser a ocidental, surgiram os dados que indicam que o estilo dominante neste mesmo grupo é o “vigilante independente”. Ao avaliar as funções institucionais mais valorizadas pelos inquiridos, ficou explícita a enorme valorização da distância face às elites, a par de alguma resistência relativamente ao intervencionismo da profissão e um grande desinteresse pela orientação para o mercado. Recorde-se que, inicialmente, perspectivava-se uma grande orientação para o mercado, nomeadamente a existência de preocupações em torno da captação das audiências e a da publicação e difusão dos conteúdos mais próximos do entretenimento, tal como atestado por Hanitzsch (2011) no caso da Espanha - e por uma questão de proximidade geográfica e cultural entre os dois países, ambos inseridos no modelo pluralista polarizado (Hallin e Mancini, 2004). Contudo, os resultados foram profícuos em demonstrar a maior orientação do jornalista de política português para a função de 4º Poder, em que o escrutínio das elites assume maior relevância, a par da transmissão das informações que possibilitem decisões esclarecidas e responsáveis dos cidadãos. Todavia, não deixou de ser claro que os jornalistas dos órgãos de comunicação privados apresentam uma tendência para atribuírem maior importância à informação que está focada no entretenimento e que atrai maiores audiências, enquanto os media estatais estão bastante menos focados nos aspetos comerciais da atividade noticiosa.

Os inquéritos demonstraram também que, ao existir um domínio do estilo “vigilante independente” entre os jornalistas de política portugueses, acaba por ser também grande a autonomia que os jornalistas percebem no âmbito da profissão, tal como sugerido por Hanitzsch (2011). De facto, os inquiridos perceberam bastante liberdade para escolherem os temas sobre os quais trabalham e para definirem os aspetos a enfatizar em cada peça que produzem. Tal como evidenciado noutros países, a autonomia jornalística está intimamente ligada à forma como os jornalistas valorizam as funções institucionais da profissão, sendo que aqueles que mais valorizam a distância face ao poder, são também aqueles que maior autonomia percebem. O mesmo autor evidenciou que esse grupo de jornalistas é o que associa menores influências externas ao seu trabalho (ibidem.), o que acaba por corresponder àquilo observado nesta dissertação.

Neste ponto há que referir as palavras de Wolfsfeld (2011: 26), que indica que o verdadeiro jornalista *watchdog* é muito raro, por corresponder somente àqueles casos em que os jornalistas não estão dependentes das elites e constroem os seus itens noticiosos por iniciativa própria ou através de investigações criteriosas, resultando em material noticioso independente e crítico das elites. Obviamente que esta realidade tão “purista” não foi evidente no caso do jornalismo português, existindo sérias dúvidas se ela será mesmo concretizável noutros contextos políticos, face às condições limitadas para que a profissão se desenvolva de forma autónoma do poder político e económico.

A análise da cobertura jornalística reforçou grande parte destas conclusões. O jornalismo praticado nas editoriais políticas da imprensa portuguesa está alinhado com os valores da neutralidade, do rigor e da objetividade, transparecendo uma preocupação em manter as elites sobre o escrutínio público. A maioria dos jornais interpola o poder de forma descomplexada, não legitima qualquer força política e está disposta a desafiar o *status quo* nos artigos noticiosos. Além do mais, ficou patente que o intervencionismo não é de todo relevante, sendo também muito escassos os casos de uma orientação comercial para o mercado mediático. A análise dos parâmetros que compõe a *meta-performance analysis* revelou que a generalidade dos jornalistas portugueses se encaixa, de facto, no estilo “vigilante independente”, transparecendo uma plena autonomia e afastamento de influências externas perniciosas e reforçando o posicionamento do jornalismo político português na cultura jornalística ocidental.

Em todos os jornais analisados, foram raros os casos identificados de incoerência entre as práticas noticiosas e aquilo que os jornalistas percebem como mais importante nos inquéritos por questionário. As fotografias e as imagens utilizadas ao longo do período de análise (discussão e aprovação do OE para 2012 entre 20 e 30 de Novembro de 2011) revelaram isenção e objetividade, ficando claro que os elementos não textuais foram utilizados sem quaisquer intenções de legitimar ou descredibilizar os pontos de vista envolvidos no acontecimento. Também a forma como as fontes de informação foram selecionadas, citadas e caracterizadas seguiu o mesmo rigor e isenção, próprios do jornalismo enquanto 4º Poder. Além de estarem representadas equitativamente, todos os argumentos em confronto eram disponibilizados aos leitores, para permitir uma compreensão exata dos temas tratados e dar uma perspetiva distante de qualquer ligação política. Embora Tresch (2009: 73) tenha sugerido que os jornalistas podem dar uma perspetiva desequilibrada aos artigos noticiosos sem distorcerem a informação - bastando para tal que deem maior atenção aos temas, ou

atores, que vão ao encontro das suas próprias preferências -, isso não foi, de todo, visível no caso da cobertura noticiosa portuguesa, nem existiram indicações nesse sentido nos inquéritos por questionário.

Convém aqui reforçar que os pouquíssimos casos em que foi identificada uma representação desigual das partes envolvidas pareceram o resultado de uma limitação própria do trabalho jornalístico e não uma intenção deliberada dos seus profissionais. O jornalismo é cada vez mais afetado pelas limitações das organizações noticiosas, como os inquéritos por questionário justamente indicaram. Perante a falta de meios, de recursos editoriais limitados, ou até devido aos constrangimentos de tempo, os jornalistas redigem itens noticiosos muito descritivos, baseados em informações oficiais. Nalguns jornais, uma escrita, por vezes, pouco cuidada evidencia a grande flexibilidade laboral que é exigida e a necessidade dos jornalistas acompanharem os fluxos de informação constantes, numa época em que a informação é cada vez mais perecível e efémera.

Neste contexto, acabam por surgir ocasiões em que os jornalistas não conseguem apresentar os pontos de vista de todas as fontes interessadas, não cumprindo com o direito ao contraditório em casos em que ele seria indispensável. Embora possam colocar dilemas éticos, as situações deste tipo identificadas na análise dos jornais não resultaram, de todo, de escolhas deliberadas dos jornalistas no sentido de promover um determinado enquadramento das matérias. A própria ausência de qualquer caso de descredibilização das fontes de informação ao longo dos 85 artigos analisados, acaba por ir ao encontro da neutralidade e independência que ficou patente nos inquéritos por questionário e que os “vigilantes independentes” tanto valorizam.

Quanto às palavras e termos comparativos utilizados, os jornalistas evitaram qualquer tipo de vocabulário que pusesse em causa a independência da profissão. Verificou-se a utilização de um tom crítico, sarcástico ou irônico em determinados artigos, associados ao estilo crítico que seria evidente noutro parâmetro da *meta-performance analysis*. Por norma, este tom surgia em reação a ações da classe política que defraudassem as expectativas sobre ela posicionadas pela opinião pública ou até pelos próprios jornalistas. Como tal, o tom crítico identificado em alguns excertos noticiosos esteve alinhado não com a orientação política e ideológica dos jornalistas, mas sim com a distância face ao poder e com a importância que a monitorização das elites assumiu para a generalidade dos inquiridos.

De facto, o parâmetro relativo às críticas ao poder político demonstrou que os jornalistas de política portugueses utilizam as palavras dos vários atores políticos em confronto para sustentarem críticas ao poder político, existindo também casos em que são feitas análises e interpretações daquilo que os políticos dizem ou fazem, no sentido de dotar os artigos de um estilo crítico, mas garantir ao mesmo tempo o rigor e a independência da profissão. Conforme ficou demonstrado, as críticas identificadas ao longo da análise não seguiram nenhum padrão e tanto podiam ser dirigidas aos partidos políticos como ao governo, pelo que os jornais conseguiram preservar a sua independência, ao mesmo tempo que executavam o escrutínio dos poderes instituídos. Os académicos indicam que os jornalistas socorrem-se de uma cobertura noticiosa mais ofensiva e crítica como forma de garantirem a independência da profissão (Swanson, 2004: 53). Esta postura, aliada à maior interpretação dos conteúdos noticiosos, acaba por ser também a única forma dos jornalistas garantirem legitimidade perante a opinião pública (Kuhn, 2002), num período em que são cada vez mais raros os processos de investigação nas redações. Como tal, os jornalistas sentem-se obrigados a recorrer a um estilo crítico, por vezes cínico, que lhes permita ter maior controlo sobre a agenda mediática e ter a sensação de que estão a monitorizar as elites políticas (Benson e Hallin, 2007: 42).

Por fim, a análise dos temas infrequentes e/ou ausentes revelou que os media portugueses cobriram a totalidade das questões relacionadas com o OE de 2012. Perante os dados reunidos nos inquéritos por questionário, esta postura acabaria por ser a expectável, visto que os valores advogados pelos jornalistas colocam a neutralidade como uma das funções mais importantes na sua profissão. Embora não se tenham identificados temas ausentes, alguns jornais dotaram-se de uma maior iniciativa jornalística, procurando não só cobrir com maior afinco alguns dos temas em destaque, como também obter informações exclusivas que permitissem elucidar de forma mais completa o leitor. Outros jornais limitaram-se a um estilo superficial e descritivo, baseado na chamada *pre-package information* e com índices precários de investigação jornalística, o que é sabido poder constituir uma ameaça à função do jornalismo enquanto 4º Poder (Lewis *et al.*, 2008).

Entre os jornais analisados há apenas que destacar a postura evidenciada pelo *JN*, que embora se tenha tratado do único jornal em que o tipo de jornalista dominante foi o “agente crítico de mudança” - o que mais valoriza o intervencionismo da profissão -, acabou por revelar nos conteúdos noticiosos uma grande inclinação para uma postura



mais superficial e voltada para os aspetos comerciais da profissão, valorizando o entretenimento e uma escrita ligeira, que o associam definitivamente ao estilo “disseminador populista” e que corroboram algumas das expectativas iniciais. Esta situação é demonstrativa de que existem casos em que a percepção dos jornalistas contraria aquilo que eles executam na prática. A prática noticiosa do *JN* correspondeu àquela sugerida por Benson e Hallin (2007: 43) em que os jornalistas se vêem entre a necessidade de executarem o papel de 4º Poder e, ao mesmo tempo, produzirem conteúdos mais espetaculares e comerciais de acordo com a linha editorial e as preferências da audiência. Também Er e Xiaoming (2002) concluíram que se a percepção dos jornalistas da imprensa tabloide e da imprensa *mainstream* podem ser semelhantes em muitos aspetos relativos aos valores e práticas profissionais, a linha editorial ou a orientação editorial dos jornais onde trabalham (ou simplesmente a percepção dos jornalistas acerca dessa orientação), podem modificar a forma como cada um dos jornalistas cobre determinados itens noticiosos.

O caso do *JN* é também paradigmático ao demonstrar que a competição pelas audiências, cada vez mais baseada no entretenimento, obriga a um relacionamento próximo entre os jornalistas e o poder político (Louw, 2005: 73). À medida que se focam nos aspectos comerciais da profissão, os media têm uma maior necessidade de aproximarem-se das fontes ligadas às elites, pois só assim conseguem manter autoridade e legitimidade junto da opinião pública (Benson e Hallin, 2007: 43), daí os baixos níveis de iniciativa jornalística evidenciados pelo *JN* e o predomínio das perspetivas oficiais. Neste contexto, Brants *et al.* (2010: 30-1) explicam que a seleção das notícias, ao ser feita de acordo com aquilo que está mais próximo da preferência do público e com os interesses do mercado publicitário – é não de acordo com o interesse público - fortalece a necessidade dos próprios políticos encenarem o seu papel perante a audiência, levando-os a adotar uma postura mais populista e próxima do entretenimento. Embora o *JN* não tenha promovido enquadramentos favoráveis a qualquer força política, limitou-se a contrapor as perspetivas oficiais, evidenciando que a investigação jornalística e o aprofundamento das matérias não parece fazer parte da rotina dos seus profissionais.

Considerando o *JN* uma pequena exceção – até por ser o único jornal popular representando neste *case study* - é óbvio que a generalidade dos restantes jornalistas inquiridos (sejam da TV, da rádio ou das *news magazines*) não só associa um conjunto de valores típicos do jornalismo ocidental e do jornalismo como um 4º poder à forma como executa a profissão, como exerce a profissão ao encontro desses mesmos

princípios (pelo menos no caso dos jornais). Só não deixou de ser curioso o facto dos inquiridos apresentarem uma atitude bastante mais cética relativamente ao trabalho dos seus colegas de profissão, o que é demonstrado pela elevada percentagem de discordância relativamente à frase que diz que “os jornalistas portugueses mantêm total isenção e independência face ao poder político”.

Relativamente a outros aspetos do relacionamento com a classe política, foi evidente que, embora os inquiridos reconheçam uma relação de interdependência com o poder político e atribuam utilidade e importância às informações fornecidas pelas fontes oficiais, eles não assumem a existência de uma relação de grande proximidade com os políticos, contrariando aquilo evidenciado por Lloyd (2004) no caso francês. Não só foi visível que poucos jornalistas inquiridos atribuíam honestidade àquele grupo, como foi também um número reduzido a reconhecer a existência de relacionamentos pessoais com os assessores de imprensa. Van Dalen *et al.* (2010: 149) indicaram que existe uma relação menos harmoniosa entre os jornalistas e o poder político nos países onde dominam os sistemas mediáticos liberais e os pluralistas polarizados, como é o caso de Portugal. No primeiro, essa realidade é motivada pela enorme profissionalização das relações públicas, enquanto no segundo é a íntima ligação entre o poder político e económico o responsável pela desconfiança relativa entre os dois grupos, que os resultados desta dissertação confirmam (*ibidem.*).

Os dados revelaram que, tal como indicado por van Aelst e Aalberg (2011) – e referido por Wolfsfeld (2011) – a proximidade e a suspeição entre os jornalistas e o poder político andam claramente de mãos dadas, pelo que acaba por ser uma relação sem grande cumplicidade, orientada para os objetivos de cada uma das partes: os políticos procuram introduzir as suas notícias na agenda mediática, de acordo com os seus pontos de vista, enquanto os jornalistas procuram um furo jornalístico que valorize o seu trabalho e, ao mesmo tempo, tentam cumprir o seu papel de 4º Poder, monitorizando as elites.

Quanto aos dados que indicam que a maioria dos jornalistas considera normal existir uma atitude mais positiva com as fontes que fornecem mais informação, eles podem ser explicados pelo facto do acesso exclusivo às informações, mesmo que submetido aos interesses das fontes, garantir ganhos de audiência e de anunciantes, um ótimo fluxo informativo e representar custos mais baixos do que a investigação independente. Tal como explica Wolfsfeld (*ibidem.*), estas são as grandes orientações profissionais do jornalismo ocidental contemporâneo, daí que seja natural, num

panorama em que os jornalistas estão cada vez mais limitados no seu trabalho, que este tipo de postura fique mais evidente. Similarmente, Novais e Martinho (2011) descortinaram que a postura passiva dos meios de comunicação portugueses é atribuída à inexistência de investigação no seio da atividade jornalística, que perpetua os enquadramentos positivos lançados pelo poder político.

Relativamente ao controlo sobre a agenda, não foi claro se os jornalistas reconhecem uma maior capacidade dos políticos nesse sentido, ou se são eles próprios o fator preponderante. A análise da cobertura jornalística demonstrou que são mais comuns os casos em que os jornalistas seguem a cobertura dos eventos oficiais, do que aqueles em que encetam processos de investigação ou publicam informações provenientes da iniciativa jornalística. O mais correto é concluir que na maioria das ocasiões a classe política consegue dominar a agenda, porque só os eventos oficiais têm capacidade de preencher diariamente a agenda mediática e permitir aos jornalistas obterem a informação suficiente para manterem os fluxos contínuos e efêmeros de informação. Todavia, existem ocasiões em que acabam por ser os jornalistas a deterem maior poder sobre os conteúdos noticiosos. O caso que envolveu o desacordo do PS na votação do OE para 2012 foi paradigmático ao revelar que quando surge um tema fora da agenda oficial, com contornos mais espetaculares ou escandalosos, os jornalistas são capazes de dotar os seus artigos de maior autonomia face às versões oficiais, de maior iniciativa jornalística e investigativa.

Isto corrobora a lógica de que em situações excecionais, sobretudo quando existe falta de concordância entre as elites, os media facilmente adotam uma postura crítica que reflete a falta de consenso na esfera política (Hallin, 1986, citado por Robinson, 2001). Assim, acabam por surgir informações em sentido contrário àquilo que é definido e controlado pelas forças partidárias, sobretudo quando os políticos não conseguem controlar os eventos na sua totalidade e obter consenso em torno das suas causas (Wolfsfeld, 2011), como foi claramente o caso.

Quanto à utilização da Internet e das redes sociais como plataformas de acesso à informação, os dados demonstraram claramente que esses meios não constituem qualquer relevância no cenário do jornalismo político português. Foi quase impercetível o número de jornalistas inquiridos que atribuiu importância a essas novas plataformas, pelo que embora a Internet e as suas funcionalidades representem uma forma inovadora de acesso à informação (Borders e Kirk, 2005: 556) e dos políticos constituir-se como fonte de informação para os media (Kirk e Schill, 2011: 329; Trammel, 2010: 1255;

Bimber e Davis, 2003: 21), ela não assumiu ainda qualquer valor no cenário do jornalismo político português. Os jornalistas têm plena noção de que essas plataformas são mais um meio oficializado do poder político perpetuar uma visão própria dos acontecimentos, pelo que preferem recorrer a outras vias de obtenção dos dados, que permitam dotar a história de maior independência e isenção. A utilização dessas plataformas parece estar a assumir-se mais como uma forma moderna de lançar comunicados oficiais, que permite ao poder político chegar diretamente ao eleitorado, evitando o filtro mediático e a mediação jornalística (ibidem.).

Concluindo, foi possível responder às questões de investigação lançadas e comprovar a generalidade das hipóteses formuladas inicialmente, cumprindo com o objetivo de caracterizar a cultura jornalística portuguesa e o jornalismo político nacional. Relativamente à QI 1, comprovou-se que as influências mais intensas sobre o trabalho dos jornalistas de política portugueses são aquelas que provêm do ambiente interno em que eles trabalham, tal como aferido num conjunto alargado de países ocidentais. Em linha com a QI 2, verificou-se que eles valorizam ainda um conjunto idêntico de funções institucionais, de princípios éticos e de epistemologias, pelo que estão perfeitamente inseridos na cultura jornalística ocidental. Quanto à QI 3, contrariaram-se as expectativas iniciais e comprovou-se que o arquétipo do jornalista de política português é do tipo “vigilante independente”, ao encontro dos dados reunidos em países como os EUA, a Áustria ou a Alemanha, e afastando-se do estilo identificado em Espanha. Já a QI 4 demonstrou que os jornalistas portugueses sentem graus elevados de autonomia no seu trabalho, novamente ao encontro daquilo verificado nos países ocidentais integrados no estudo *WoJ*. Por fim, no âmbito da QI 5 comprovou-se a hipótese lançada de que o produto noticioso dos mais representativos jornais portugueses reflete o tipo de jornalista dominante em cada redação e, na generalidade dos casos, aquelas que são as perceções evidenciadas nos inquéritos por questionário.

Assim, tanto os valores como as práticas dos jornalistas de política portugueses revelaram-se semelhantes às aquelas evidenciadas pelos jornalistas de outros países ocidentais, alguns com contextos diferentes do português. É legítimo argumentar que, apesar da democracia ter sido implementada há pouco mais de três décadas e de ter sempre vigorado um desenvolvimento económico fraco, a postura dos jornalistas portugueses segue os mesmos princípios evidenciados pelos seus pares de países mais desenvolvidos económica e tecnologicamente, com democracias presidencialistas ou parlamentares estáveis desde há muitas décadas. Como tal, embora muitas atitudes e

comportamentos dos jornalistas sejam próprios de cenários específicos, é natural existirem semelhanças entre as práticas noticiosas, capazes de ultrapassar fronteiras geográficas, culturais, linguísticas, ou históricas (Weaver, 2005: 44). Curiosamente, o país com o contexto mais próximo do português (a Espanha, conforme já referido) afasta-se daquilo que foi observado em Portugal em alguns parâmetros de análise.

Comprova-se assim que países inseridos em diferentes modelos políticos e mediáticos podem apresentar culturas jornalísticas semelhantes, do mesmo modo que países com contexto políticos, culturais, históricos e até mediáticos comuns podem apresentar culturas jornalísticas díspares em importantes aspetos de análise. Isto vai ao encontro daquilo defendido por Donsbach e Patterson (2004), que indicam que embora os jornalistas possam exercer a profissão em contextos políticos, económicos e culturais similares (como é o caso de Portugal e Espanha), cada sociedade tem um conjunto de estruturas e tradições políticas e mediáticas próprias. São esses aspetos particulares que acabam por dar origem a diferenças na forma como os jornalistas de cada país percebem e executam o seu trabalho (*ibidem*).

Ainda assim, é importante ressaltar que, em casos excecionais, as perceções dos jornalistas podem não corresponder àquilo que eles exercem na prática. Isto acontece porque o seu trabalho é afetado por fortes influências específicas e intrínsecas ao contexto de cada órgão de comunicação em particular (como, por exemplo, a linha editorial), o que faz com que a prática noticiosa não reflita as perceções dos jornalistas relativamente aos valores e funções que associam à profissão.

Quanto ao jornalismo político nacional, ele pode ser considerado exemplar na forma como os valores mais nobres da atividade são valorizados pelos jornalistas e tidos em conta ao longo da produção noticiosa (pelo menos, na maioria dos casos observados). Sob condições mais favoráveis, nomeadamente através de uma maior independência financeira e de uma menor subjugação às limitações impostas pelos escassos recursos das redações e pela comercialização do mercado, os jornalistas de política portugueses conseguiram aliar a postura de “vigilante independente” das elites com índices superiores de investigação e iniciativa jornalística. No entanto, face a uma audiência pouco focada nos conteúdos informativos (sobretudo no caso da imprensa escrita), parece pouco provável que, a curto prazo, os media portugueses se consigam libertar completamente do grande rol de constrangimentos indiretos que a falta de recursos financeiros impõe.

As limitações de espaço e de tempo de uma dissertação de mestrado não permitem reunir dados mais extensos sobre as matérias tratadas neste estudo. A existirem condições de investigação mais favoráveis, não só se alargaria o espectro da análise da cobertura jornalística, como os próprios inquéritos seriam aplicados a elementos do poder político, tal como outros investigadores procederam noutros contextos políticos e mediáticos (van Aelst e Aalberg, 2011; van Aelst *et al.*, 2010; Voltmer e Dobрева, 2009; Davis, 2009). Mesmo assim, podem considerar-se os resultados reunidos como os que mais fidedignamente e aprofundadamente abordam as perceções dos jornalistas de política portugueses relativamente aos aspetos mais importantes do seu trabalho, nomeadamente a autonomia, as influências, as funções institucionais, as epistemologias e as ideologias éticas.

Investigações que, no futuro, se debrucem sobre o jornalismo político português, devem ter em conta que a cultura jornalística dessas editorias é, de facto, mais similar àquela observada na generalidade dos países ocidentais mais desenvolvidos - mesmo aqueles com sistemas políticos mais liberais – do que frequentemente se julga. Há uma grande orientação para os valores do jornalismo ocidental, marcado pela vigilância das elites e pela independência face ao poder político. Esta postura vai para além das perceções dos próprios jornalistas e é bastante evidente nos conteúdos noticiosos que eles produzem. Caso os recursos assim o permitam, os investigadores devem integrar ainda o apuramento das perceções dos elementos do poder político, que permitem obter uma sustentação ainda mais ampla dos resultados reunidos nesta dissertação.



## BIBLIOGRAFIA

**Bimber, B. e Davis, R. (2003).** *Campaigning online – The Internet in U.S. Elections.* New York: Oxford University Press.

**Benson, R. e Hallin, D. C. (2007).** How States, Markets and Globalization Shape the News: The French and US National Press, 1965-97. *European Journal of Communication.* 22: 27-48.

**Borders, G. L. e Kirk, R. (2005).** Blogs in campaign communication. *American Behavioral Scientist.* 49: 548.

**Brants, K. e van Kempen, H. (2002).** The ambivalent watchdog: the changing culture of political journalism and its effects. In Kuhn, R. e Neveu, E. *Political journalism: new challenges, new practices.* Routledge. London.

**Brants, K., Vreese, C., Möller, J. e van Praag, P. (2010).** The Real Spiral of Cynicism? Symbiosis and Mistrust between Politicians and Journalists. *The International Journal of Press/Politics.* 15: 25-40.

**Canavilhas, J. (2005).** Retrato dos jornalistas online em Portugal. *Actas do IV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Comunicação – SOPCOM.*

**Chadwick, A. (2006).** *Internet politics: States, Citizens, and New Communication Technologies.* New York: Oxford University Press.

**Cook, T. E. (1998).** *Governing with the news: The news media as a political institution.* The University Chicago Press. Chicago.

**Davis, A. (2009).** Journalist-Source Relations, Mediated Reflexivity and the Politics of Politics. *Journalism Studies,* 10 (2): 204-219.



**Donsbach, W.** e **Patterson, T.** (2004). Political News Journalists: partisanship, professionalism, and political roles in five countries. In **Esser F. Pfetsch B.** (Eds), *Comparing Political Communication: theories, cases and challenges*. Cambridge: Cambridge University Press.

**Er, R. Y. G.** e **Xiaoming, H.** (2002). Journalism ethics: Mainstream versus tabloid journalists. *Asia Pacific Media Educator*. 12: 139-155.

**Esser, F., Reinemann, C., e Fann, D.** (2000). Spin doctoring in British and German election campaigns: How the press is being confronted with a new quality of political PR. *European Journal of Communication*. 15: 209.

**Foot, K.** e **Schneider, S.** (2006). *Web Campaigning*. Cambridge: The MIT Press.

**Gaber, I.** (2000). Government by spin: An analysis of the process. *Media Culture Society*. 22: 507.

**Gans, H. J.** (1999) [1979]. "Decinding what's news." In *News: A Reader*, ed. Howard Tumber. Oxford: Oxford University Press.

**Gulati, G. J.** e **Williams, C. B.** (2007). Closing the Gap, Raising the Bar: Candidate Web Site Communication in the 2006 Campaigns for Congress. *Social Science Computer Review*. 25: 443-465.

**Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J. e Roberts, B.** (1999) [1978]. "Policing the crisis." In *News: A Reader*, ed. Howard Tumber. Oxford: Oxford University Press.

**Hallin, D. C.** e **Mancini, P.** (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

**Hallin, D. C.** e **Papathanassopoulos, S.** (2002). Political clientelism and the media: southern Europe and Latin America in comparative perspective. *Media Culture Society*. 24: 175-195.

**Hanitzsch, T.** (2007). Deconstructing Journalism Culture: Towards a universal theory. *Communication Theory*. 17: 367-385.

**Hanitzsch, T.** (2011). Populist Disseminators, Detached Watchdogs, Critical Change Agents and Opportunist Facilitators: Professional Milieus, the Journalistic Field and Autonomy in 18 Countries. *International Communication Gazette*. 73: 477-494.

**Hanitzsch, T. e Mellado, C.** (2011). What Shapes the News around the World? How journalists in 18 countries perceive influences on their work. *International Journal of Press/Politics*. 16(3): 404-426.

**Hanitzsch, T., Anikina M., Berganza R., Cangoz I., Coman M., Hamada B., Hanusch F., Karadjov C. D., Mellado C., Moreira S. V., Mwesige P. G., Plaisance P. L., Reich Z., Seethaler J., Skewes E. A., Noor D. V. e Yuen, K. W.** (2010). Modeling Perceived Influences on Journalism: Evidence from a Cross-National Survey of Journalists. *Journalism & Mass Communication Quarterly*. 87(1): 5-22.

**Hanitzsch, T., Hanusch F., Mellado C., Anikina M., Berganza R., Cangoz I., Coman M., Hamada B., Hernandez M. E., Karadjov C. D., Moreira, S. V., Mwesige P. G., Plaisance P. L., Reich Z., Seethaler J., Skewes E. A., Noor D. V. e Yuen K. W.** (2011). Mapping Journalism Cultures across Nations: A Comparative Study of 18 Countries. *Journalism Studies*. 12(3): 273-293.

**Kaur, K. e Shaari, H.** (2006). Perceptions on the Relationship between Public Relations Practitioners and Journalists. *Kajian Malaysia*. 24 (1-2): 9-32.

**Kuhn, R.** (2002). The first Blair government and political journalism. In Kuhn, R. e Neveu, E. *Political journalism: new challenges, new practices*. Routledge. London.

**Kirk, R., Schill, D.** (2011). A digital Agora: Citizen participation in the 2008 presidential debates. *American Behavioral Scientist*. 55: 325.

**Lewis, J., Williams, A. e Franklin, B.** (2008). A Compromised Fourth Estate? UK news journalism, public relations and news sources. *Journalism Studies*. 9(1): 1-20.

- Lloyd, J.** (2004). *What the media are doing to our politics*. Constable. London.
- Louw, E.** (2005). *The media and political process*. Sage, London.
- Mancini, P.** (2005) 'Is there a European Model of Journalism?', pp. 77–93 in H. de Burgh (ed.) *Making Journalists*. London: Routledge.
- Margolis, M., Resnick, D. e Levy, J.** (2003). Major parties dominate, minor parties struggle – US elections and the Internet. In: Gibson, R., Nixon, P. e Ward, S. ed. *Political Parties and the Internet*. Oxon: Routledge, pp. 53-69.
- McCargo, D.** (2002). Political journalists and their sources in Thailand. In Kuhn, R. e Neveu, E. *Political journalism: new challenges, new practices*. Routledge. London.
- McQuail, D., Graber, D., Norris, P.** (1998). Conclusion: Challenges for Public Policy. In *The Politics of News, The News of Politics*, ed. Doris A. Graber, Denis McQuail, e Pippa Norris. Washington, D.C.: CQ Press.
- Negrine, R..** (1996). *The communication of politics*. Sage Publications. London.
- Neveu, E.** (2002). Four generations of political journalism. In Kuhn, R. e Neveu, E. *Political journalism: new challenges, new practices*. Routledge. London.
- Novais, R. A.** (2007). National Influences in Foreign News: British and Portuguese Press Coverage of the Dili Massacre in East Timor. *International Communication Gazette*. 69: 553 – 573.
- Novais, R. A.** (2010). *News Factors International Reporting*. Media XXI. Porto.
- Novais, R. A. e Martinho, J. C.** (2011). As “molduras” do Magalhães: media vs spin governamental. *Media e Jornalismo*. 19 (10-2): 145-157.
- Oates, S.** (2008). *Introduction to Media and Politics*. Sage. London.

**Panagopoulos, C.** (2009). Technology and the Modern Political Campaign: The Digital Pulse of the 2008 Campaigns. In Panagopoulos, C. ed. *Politicking Online: the transformation of election campaign communications*, New Brunswick, Rutgers University Press, pp. 1-17.

**Patterson, T. E. e Donsbach, W.** (1996). News decisions: Journalists as partisan actors. *Political Communication*. 13: 455–468.

**Patterson, T. E.** (1998). Political Roles of the Journalist. In *The Politics of News, The News of Politics*, ed. Doris A. Graber, Denis McQuail e Pippa Norris. Washington, D.C.: CQ Press.

**Patterson, T. E.** (2000). The United States: News in Free-Market Society. In Ed. Gunther, R. e Mughan, A., *Democracy and the Media: A Comparative Perspective*. Cambridge University Press. Cambridge.

**Pestana, M. e Gageiro, J.** (2008). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. Edições Sílabo. 5ª Edição. Lisboa.

**Pfetsch, B.** (1998). Government News Management. In *The Politics of News, The News of Politics*, ed. Doris A. Graber, Denis McQuail, and Pippa Norris. Washington, D.C.: CQ Press.

**Pinto, A. C.** (coordenação), Barreto, A., Santos, J. C., Pinharanda, J., Baganha, M. I. B., Lobo, M. C., Monteiro, N. G., Teixeira, N. S., Lains, P., Magalhães, P., Alexandre, V.. (2005). *Portugal Contemporâneo*. 1ª edição, Dom Quixote. Lisboa.

**Præstekær, C., Hopmann, D. e Nørgaard, A.** (2011). Does Mediatization Change MP-Media Interaction and MP Attitudes toward the Media? Evidence from a Longitudinal Study of Danish MPs. *The International Journal of Press/Politics*. 16: 382-403.

**Reich, Z.** (2006). The process model of news initiative: sources lead first, reporters thereafter. *Journalism Studies*. 7 (4): 497-514.

**Robinson, P.** (2001). Theorizing the Influence of Media on World Politics: Models of Media Influence on Foreign Policy. *European Journal of Communication*. 16(4): 523–544.

**Rocha, N.** (1994). História do Jornalismo Português. In Quintero, A., *História da Imprensa*. Planeta Editora. Lisboa.

**Sallot, L. M., Steinfatt, T. M. e Salwen, M. B.** (1998). Journalists' and Public Relations Practitioners' News Values: Perceptions and Cross-Perceptions. *Journalism & Mass Communication Quarterly*. 75: 366-377.

**Santos, R.** (2003). *Jornalistas e fontes de informação: A sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo*. 1ª edição, Minerva. Coimbra.

**Santos, R.** (2006). *A fonte não quis revelar*. 1ª edição, Campo de Letras. Porto.

**Sigal, L. V.** (1999) [1973]. “Reporters and Officials: The Organization and Politics of News-making.” In *News: A Reader*, ed. Howard Tumber. Oxford: Oxford University Press.

**Stromback, J. e Nord, L. W..** (2006). Do politicians lead the tango?: A study of the relationship between Swedish journalists and their political sources in the context of election campaigns. *European Journal of Communication*. 21: 147.

**Swanson, D.** (2004). Transnational trends in political communication: conventional views and new realities, in Esser, F. e Pfetsch, B. (Eds), *Comparing Political Communication: theories, cases and challenges*. Cambridge: Cambridge University Press.

**Telo, A. J..** (2007). *História Contemporânea de Portugal – Do 25 de Abril à actualidade*. Vol. I. 1ª edição, Editorial Presença. Lisboa.

**Telo, A. J..** (2008). *História Contemporânea de Portugal – Do 25 de Abril à actualidade. Vol. II.* 1ª edição, Editorial Presença. Lisboa.

**Trammel, K. D. S.** (2010). Candidate campaign blogs: Directly reaching out to the youth vote. *American Behavioral Scientist.* 50: 1255.

**Tresch, A.** (2009). Politicians in the Media: Determinants of Legislators' Presence and Prominence in Swiss Newspapers. *The International Journal of Press/Politics.* 14: 67-90.

**van Aelst, P., Maddens, B., Noppe, J. e Fiers, S.** (2008). Politicians in the News: Media or Party Logic? : Media Attention and Electoral Success in the Belgian Election Campaign of 2003. *European Journal of Communication.* 23: 193-210.

**van Aelst, P., Sehata, A. e van Dalenc, A.** (2010). Members of Parliament: Equal Competitors for Media Attention? An Analysis of Personal Contacts Between MPs and Political Journalists. *Political Communication.* 27 (3): 310-325.

**van Aelst, P. e Aalberg, T.** (2011). Between trust and suspicion: a comparative study of the relations between politicians and political journalists in Belgium, Norway and Sweden. *Javnost – The Public.* 18 (4): 73-88.

**van Dalen, A., Albæk, E. e de Vreese, C.** (2011). Suspicious minds: Explaining political cynicism among political journalists in Europe. *European Journal of Communication.* 26: 147-162.

**Voltmer, K.** (2006). Conclusion: political communication between democratization and trajectories of the past. In Voltmer, K. ed. *Mass media and political communication in new democracies.* Routledge. London.

**Voltmer, K.** (2008). Comparing media systems in new democracies: East meets South meets West. *Central European Journal of Communicaton.* 1: 23-40.

**Voltmer, K. e Dobрева, A.** (2009). Friends or Foes? Conflict and cooperation between journalists and politicians in post-communist Bulgaria, in *59th Political Studies Association Annual Conference - Challenges for Democracy in a Global Era*. April 7-9, 2009. Manchester, UK: Political Studies Association.

**Wolfsfeld, G.** (2011). *Making sense of media and politics: Five principles in political communication*. Routledge. London.

**Weaver, D.** (2005). Who are Journalists? in de Burgh, H. ed. *Making Journalists*. Routledge. London.

**Zaller, J.** (1999). *A Theory of Media Politics: How the Interests of Politicians, Journalists, and Citizens Shape the News*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.

### **Informação disponível em páginas eletrónicas:**

Entidade Reguladora para a Comunicação Social. 2010. *Imprensa Local e Regional em Portugal*. Página consultada em 29 de Fevereiro de 2012, <<http://www.erc.pt/documentos/ERCImprensaLocaleRegionalfinal.pdf>>.

Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação. 2012. *Análise Simples*. Página consultada em 29 de Fevereiro de 2012, <[http://www.apct.pt/Analise\\_simples.php](http://www.apct.pt/Analise_simples.php)>.

Entidade Reguladora para a Comunicação Social. 2010. *Relatório das Audiências Televisivas em Portugal – 1º semestre de 2011*. Página consultada em 29 de Fevereiro de 2012, <[http://www.dazbook.com/erc/relatorio\\_audiencias\\_televisivas\\_primeiro\\_semestre\\_2011/](http://www.dazbook.com/erc/relatorio_audiencias_televisivas_primeiro_semestre_2011/)>.

Marktest. 2012. *Bareme Rádio: 4º trimestre 2011*. Página consultada em 1 de Março de 2012, <<http://www.marktest.com/wap/a/n/id~18f5.aspx>>.

Marktest. 2012. *Rádio no século XXI é coisa do futuro*. Página consultada em 1 de Março de 2012, < <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~18b8.aspx>>.

Marktest/Weborama. 2012. *Ranking Padronizado Netscope: Fevereiro de 2012*. Página consultada em 12 de Setembro de 2012, <[http://netscope.marktest.pt/ranking/Fev12/Rank\\_Fev\\_2012\\_Visitas.htm](http://netscope.marktest.pt/ranking/Fev12/Rank_Fev_2012_Visitas.htm)>

### **Notícias citadas:**

Botelho, L. “PS não retira propostas mas vota a favor de qualquer “graduação” de cortes nos subsídios”. *Público*. 28 Novembro 2011: 6.

Cerdeira, S. ““Migalhas”, admite o CDS. Corte poupa a parte da pensão abaixo de 5 mil euros”. *i*. 23 Novembro 2011: 19.

Claro, L. “Deputados do PSD acusam parceiro de coligação de fugir à crise”. *i*. 25 Novembro 2011: 4.

Claro, L. “PSD e PS tentam até ao fim acordo no Orçamento do Estado”. *i*. 24 Novembro 2011: 4.

Claro, L. “Seguro tenta travar críticos que são contra abstenção no Orçamento”. *i*. 30 Novembro 2011: 4.

Coelho, H. F. “IVA sobe e “fecha” 21 mil empresas”. *Diário de Notícias*. 30 Novembro 2011: 2.

Coelho, H. F. “Maioria e OS reúnem-se hoje para acertar acordo no OE”. *Diário de Notícias*. 27 Novembro 2011: 12.

Correia, A. P. “Hesitação de Seguro provoca revolta na bancada do PS”. *Jornal de Notícias*. 29 Novembro 2011: 7.



Correia, A. P. “Mais de 160 mil pessoas mantêm dois subsídios”. *Jornal de Notícias*. 29 Novembro 2011: 6.

Correia, A. P. “Seguro e Zorrinho tentam abafar vozes contestatárias”. *Jornal de Notícias*. 30 Novembro 2011: 34.

Dinis, D. “Erro no OE: maioria vai dar mais dinheiro à Madeira”. *Diário de Notícias*. 21 Novembro 2011: 11.

Dinis, D. “PR pressiona Passos a acordo com o PS e os parceiros sociais”. *Diário de Notícias*. 26 Novembro 2011: 16.

Dinis, D. “Seguro tenta evitar novas divisões na bancada do PS”. *Diário de Notícias*. 30 Novembro 2011: 2.

Faria, A. R. “Governo admite recessão mais acentuada do que o previsto no próximo ano”. *Público*. 22 Novembro 2011: 6.

Figueiredo, C. “Voando sobre um ninho de vespas”. *Expresso*. 3 Dezembro 2011: 14.

Henriques, J. P. e Coelho, H. F. “Clima de conversa acabada entre a maioria PSD/CDS e o PS”. *Diário de Notícias*. 23 Novembro 2011: 4.

Lopes, B. F. “Governo mexe nas tabelas salariais do Estado, mas não “nos próximos dois anos””. *i*. 22 Novembro 2011: 16.

Lopes, M. “Ex-director da RDP confirmou à equipa que fim do programa se deveu às críticas a Angola”. *Público*. 22 Fevereiro 2012: 8.

Lourenço, N. S. e Oliveira, M. J. “Seguro deixa presidência parlamentar no fio da navalha”. *Público*. 30 Novembro 2011: 4.

Magalhães, M. “Seguro afasta-se da troika”. *Sol*. 25 Novembro 2011: 10.

Moreira, J. A. “Corte no limite de endividamento não impunha poupança directa”. *Público*. 20 Novembro 2011: 8.

Oliveira, M. J. e Lourenço, N. S. “Seguro cede a ultimato interno e evita revolta na sua bancada”. *Público*. 29 Novembro 2011: 4.

Pereira, H. e Rainha, S. “Troika encosta PS à parede”. *Sol*. 18 Novembro 2011: 4.

Pereira, N. “Governo aberto a renegociar taxa de IVA para actividades culturais”. *i*. 20 Novembro 2011: 23.

Rainho, S. “Todos reclamam vitória no OE”. *Sol*. 2 Dezembro 2011: 4.

Silva, A. e Figueiredo, C. “A receita que o Governo não quis”. *Expresso*. 3 Dezembro 2011: 12.

Silva, A. e Figueiredo, C. “Passos, Relvas e Seguro: ser amigo complica”. *Expresso*. 3 Dezembro 2011: 13.

Tavares, R. e Valente, L. “Ex-políticos ainda podem acumular pensão vitalícia com ordenado do privado”. *i*. 23 Novembro 2011: 20.

“Maioria PSD/CDS agrava mais os impostos”. *Sol*. 25 Novembro 2011: 10.

“Maioria rejeita ideias do PS”. *i*. 23 Novembro 2011: 16-17.

“Nota da Direcção: esclarecimento aos leitores sobre o caso Relvas”. *Público*. 25 Maio 2012: 2-4.

“Propostas do PS vão para o lixo”. *i*. 23 Novembro 2011: 1.

“Revolta no PS impede Seguro de votar ao lado do Governo”. *Diário de Notícias*. 29 Novembro 2011: 1.

## **Anexo 1 – Inquéritos por questionário Worlds of Journalism**

### **C1 - Qual é a sua posição na redação?**

- 1) Editor
- 2) Sub editor
- 3) Coordenador
- 4) Repórter
- 5) Redator
- 6) Correspondente
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

### **C2 - Qual é o seu vínculo contratual?**

- 1) Tempo inteiro
- 2) Meio tempo
- 3) Freelancer (Segue para C3)
- 4) Tem outro tipo de contrato (Segue para C3)
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

Perguntar se C2 < 3

### **O1 - O seu contrato é:**

- 1) Permanente
- 2) Temporário
- 3) Tem um estatuto diferente
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

### **C3 – Para além do... (órgão de comunicação), trabalha noutros órgãos de comunicação social?**

- 1) Sim
- 2) Não (Segue para C4)
- 777 Não sabe

999 Não responde

Perguntar se C3 = 1

**O2 - Em que outro meio de comunicação trabalha?**

- 1) Jornais
- 2) Revistas
- 3) Televisão
- 4) Rádio
- 5) Agências
- 6) Online

777 Não sabe

999 Não responde

**C4 - Além de trabalhar como jornalista, tem mais algum emprego?**

- 1) Sim
- 2) Não

777 Não sabe

999 Não responde

**C5 – Há quantos anos trabalha como jornalista?**

777 Não sabe

999 Não responde

**C6 – Trabalha apenas com temas específicos de política nacional ou também noutra área?**

- 1) Apenas em política nacional (Segue para C7)
- 2) Também noutra área

777 Não sabe

999 Não responde

Perguntar se C6 = 2

**O3 — Além da política nacional, que outra área cobre?**

- 1) Política internacional
- 2) Economia

- 3) Sociedade
- 4) Cultura
- 5) Desporto e Lazer
- 6) Outra
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C7 - Quantas peças jornalísticas produz ou edita, em média, numa semana normal?**

- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C8 - Quantas horas trabalha, em média, por semana, incluindo horas extra (pagas ou não)?**

- 1) Menos de 30 horas
- 2) Entre 31 e 35 horas
- 3) Entre 36 e 40 horas
- 4) Entre 41 e 50 horas
- 5) Mais de 50 horas
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C9 – Quais são, na sua opinião, as 3 funções mais importantes desempenhadas pelos jornalistas em Portugal?**

- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C10 – Qual é o grau de liberdade que tem para escolher os temas sobre os quais trabalha?**

- 1) Nenhuma liberdade
- 2) Pouca liberdade
- 3) Alguma liberdade
- 4) Muita liberdade
- 5) Liberdade total

- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C11 – Qual é o grau de liberdade que tem para decidir quais os aspectos de cada peça devem ser enfatizados?**

- 1) Nenhuma liberdade
- 2) Pouca liberdade
- 3) Alguma liberdade
- 4) Muita liberdade
- 5) Liberdade total
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C12 – Com que frequência participa na gestão editorial da organização em que trabalha?**

- 1) Nunca
- 2) Raramente
- 3) Frequentemente
- 4) Muito frequentemente
- 5) Sempre
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C13 – Indique, por favor, o grau de importância de cada uma das seguintes características no seu trabalho, em que:**

- 5 significa muito importante
- 4 significa importante
- 3 significa moderadamente importante
- 2 significa pouco importante
- 1 significa nada importante
  
- a) Ser um observador estritamente neutro
- b) Monitorizar os líderes políticos
- c) Monitorizar as elites empresariais

- d) Determinar a agenda política
- e) Influenciar a opinião pública
- f) Defender a mudança social
- g) Ter uma atitude adversária para com o Governo
- h) Transmitir uma imagem positiva das lideranças políticas e empresariais
- i) Apostar no entretenimento e nos conteúdos mais suaves
- j) Transmitir o tipo de notícias que atraia mais audiências
- k) Fornecer aos cidadãos informações importantes para que possam tomar decisões políticas
- l) Motivar as pessoas a participarem nas atividades e discussões políticas
- m) Transmitir conteúdos factuais e comprovados
- n) Ser imparcial na procura e no tratamento da informação
- o) Manter distância da informação que não pode ser comprovada
- p) Reportar a realidade tal como ela é
- q) Fornecer análises e interpretações da informação política
- r) Apoiar políticas pessoalmente consideradas como as mais importantes
- s) Introduzir perspectivas pessoais nas peças
- t) Deixar os factos falarem por si próprios
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C14 – As afirmações seguintes descrevem diferentes abordagens de cobertura jornalística. Indique o seu grau de concordância com cada uma, em que:**

5 significa concordo plenamente

4 significa concordo

3 significa não concordo nem discordo

2 significa discordo

1 significa discordo plenamente

- a) Existem princípios éticos universais que devem ser seguidos por todos os jornalistas, independentemente da situação e do contexto
- b) O que é ético no jornalismo varia conforme a situação e o contexto
- c) O que é ético no jornalismo é uma matéria de análise e decisão pessoal

d) O que é ético no jornalismo pode modificar-se em determinadas circunstâncias excepcionais

e) Existem situações nas quais eventuais consequências negativas são justificáveis, se o resultado for uma notícia que produza um bem maior

777 Não sabe

999 Não responde

**C15 – Perante uma peça muito importante, em que medida aprovaria ou desaprovava as seguintes ações, em que:**

3 significa aprovaria sempre

2 significa aprovaria em determinada ocasião

1 significa desaprovava plenamente

a) Pagar para ter acesso a informação confidencial

b) Utilizar documentos oficiais do governo ou das elites empresariais sem autorização

c) Apresentar-se como outra pessoa, que não um jornalista

d) Insistir sobre fontes relutantes de modo a obter informações

e) Utilizar documentos pessoais, como cartas ou fotografias, sem permissão

f) Empregar-se numa organização para poder obter informações internas

g) Utilizar microfones ou câmeras escondidas

h) Recorrer a dramatizações ou recriações de notícias, feitas por atores

i) Publicar histórias com conteúdo não confirmado

j) Aceitar presentes ou compensações das fontes

k) Alterar as citações das fontes

l) Alterar fotografias

777 Não sabe

999 Não responde

**C16 – Segue uma lista com um conjunto de fontes de influência para os jornalistas.**

**Indique, por favor, o grau de influência de cada uma no seu trabalho, em que:**

5 significa muito influente

4 significa influente

3 significa moderadamente influente



2 significa pouco influente

1 significa nada influente

- a) Valores e crenças pessoais
- b) Colegas da redação
- c) Editores ou supervisores
- d) Proprietários da organização noticiosa
- e) A linha editorial
- f) As considerações dos anunciantes
- g) Expectativas de lucro
- h) Dados e estudos relativos às audiências
- i) Os recursos editoriais disponíveis
- j) Constrangimentos do tempo
- k) Ética jornalística
- l) As considerações religiosas
- m) As convicções políticas e ideológicas
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C17 – Segue uma lista com outro tipo de influências. Indique, por favor, o grau de influência de cada uma no seu trabalho, em que:**

5 significa muito influente

4 significa influente

3 significa moderadamente influente

2 significa pouco influente

1 significa nada influente

- a) Amigos, conhecidos e a família
- b) Colegas de outros órgãos de comunicação
- c) As características da audiência
- d) Os órgãos de comunicação concorrentes
- e) As leis que regulam o mercado mediático
- f) Membros do governo
- g) Políticos

- h) Grupos de pressão e os lobbies
- i) Sindicatos e ordens profissionais
- j) Grandes empresas
- k) Os assessores de imprensa, os relações públicas e afins
- l) Anunciantes
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

Perguntar se C5 > 5 anos

**O4 - A influência de cada uma das variáveis referidas pode ter-se alterado ao longo do tempo. Indique se as seguintes influências aumentaram ou diminuíram de intensidade nos últimos 5 anos, em que:**

5 significa aumentaram muito

4 significa aumentaram

3 significa não mudaram

2 significa diminuíram

1 significa diminuíram muito

- a) Formação jornalística
- b) Pressupostos éticos
- c) Pressões competitivas
- d) Pressões comerciais do mercado
- e) Considerações dos anunciantes
- f) Pressões da classe política
- g) Pesquisas de mercado
- h) Blogs
- i) Envolvimento das audiências com a produção noticiosa
- j) Feedback da audiência
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

Perguntar se C5 > 5 anos

**O5 – Também se podem ter observado mudanças na atividade jornalística. Indique se acha que houve um aumento ou uma diminuição dos seguintes aspectos em Portugal, em que:**

5 significa aumentou muito

4 significa aumentou

3 significa não mudou

2 significa diminuiu

1 significa diminuiu muito

- a) A liberdade dos jornalistas para tomarem decisões editoriais
- b) Número médio de horas de trabalho
- c) Utilização das redes sociais
- d) Tempo disponível para investigação no âmbito das peças
- e) A interação com as audiências
- f) A importância dos conhecimentos e capacidades técnicas ou informáticas
- g) Utilização dos motores de busca
- h) Importância da formação universitária
- i) Importância da formação em jornalismo
- j) Credibilidade do jornalismo
- k) Relevância do jornalismo para a sociedade
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C18 – Indique o grau de confiança pessoal nas instituições que se seguem, em que:**

5 significa confio muito

4 significa confio

3 significa confio moderadamente

2 significa confio pouco

1 significa não confio

- a) Assembleia da República
- b) Governo
- c) Sistema judicial e Tribunais
- d) Polícia

- e) Políticos
- f) Partidos Políticos
- g) Militares e o exército
- h) Sindicatos
- i) Líderes religiosos
- j) Grandes empresas
- k) Organizações de beneficência ou de voluntários
- l) Nações Unidas
- m) Meios de comunicação social
- n) Assessores de imprensa e afins
- o) Lobbies e os grupos de pressão
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C19 – Indique os 3 principais tipos de fonte de informação que utiliza na construção das notícias sobre política nacional:**

- a) Cidadãos anónimos
- b) Fontes oficiais do governo (o que inclui assessores de imprensa e restante staff)
- c) Especialistas ou figuras públicas
- d) Fontes oficiais dos partidos com assento parlamentar (o que inclui assessores de imprensa e restante staff)
- e) Agências de notícias ou outros órgãos de comunicação social
- f) ONGs, organizações internacionais, sindicatos, ordens profissionais, movimentos sociais, associações, classes profissionais, lobbies, grupos de pressão
- g) Fontes oficiais de outros organismos do Estado (Presidência da República, poder local, poder judicial, governos civis, direções gerais, forças de segurança, militares, etc.)
- h) Fontes ligadas a grupos empresariais
- i) Blogs, Twitter ou grupos de discussão online
- j) Outra. Indique qual:
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C20 – Indique as 3 principais formas de contato entre os jornalistas portugueses e as fontes oficiais do governo e dos partidos políticos com assento parlamentar:**

- a) Redes sociais
- b) Contatos pessoais com os políticos (telefone, email, etc.)
- c) Contatos pessoais com os assessores de imprensa (telefone, email, etc.)
- d) Conferências de imprensa e outros eventos agendados
- e) Encontros informais
- f) Press releases, comunicados e outros documentos oficiais
- g) Outra. Indique qual:
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C21 – As afirmações seguintes referem-se ao relacionamento entre os jornalistas e a classe política. Indique o grau de concordância com cada uma delas, em que:**

5 significa concordo plenamente

4 significa concordo

3 significa não concordo nem discordo

2 significa discordo

1 significa discordo plenamente

- a) A informação disponibilizada pelas fontes oficiais do poder político é útil e melhora a qualidade dos conteúdos informativos
- b) A relação existente entre jornalistas e o poder político é de interdependência
- c) Os políticos procuram exercer muita influência sobre os órgãos de comunicação social
- d) Os jornalistas e os assessores dos políticos têm uma relação de proximidade pessoal
- e) As fontes oficiais do governo e dos partidos políticos são honestas
- f) É comum aos políticos, ou respectivos assessores, proporem o acesso exclusivo a determinadas informações, em troca de uma cobertura jornalística mais positiva
- g) A relação existente entre os políticos (ou respectivos assessores) e os jornalistas é conflituosa
- h) Em Portugal existem jornalistas que recebem bens patrimoniais ou financeiros de fontes ligadas ao poder político
- i) Os jornalistas portugueses mantêm total independência e isenção face ao governo e aos partidos políticos portugueses

- j) É normal os jornalistas terem uma atitude mais positiva para com as fontes políticas que lhes fornecem mais e melhor informação
- k) Mais do que os jornalistas, é a classe política quem define a agenda mediática
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C22 - Qual o nível de estudos que completou?**

- 1) Ensino básico
- 2) Ensino secundário
- 3) Licenciatura
- 4) Mestrado
- 5) Doutoramento
- 6) Teve formação universitária, mas não completou
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

Perguntar se C22 > 2

**O6 – Teve formação em jornalismo ou em outra área da comunicação?**

- 1) Em jornalismo
- 2) Noutra área da comunicação
- 3) Em jornalismo e noutra área da comunicação
- 4) Não tive formação nesta área
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

Perguntar se C22 > 2

**O7 – Teve formação especializada na sua área de cobertura jornalística?**

- 1) Sim
- 2) Não
- 777 Não sabe
- 999 Não responde

**C23 – Qual a sua idade?**

**C24 - Na classificação política de “esquerda”, “direita” e “centro”, classifique a sua posição numa escala de 0 a 10, em que 0 é esquerda, 10 é direita e 5 é centro:**

777 Não sabe

999 Não responde

**C25 – Qual é a importância das crenças religiosas no seu trabalho:**

1) Nada importantes

2) Pouco importantes

3) Moderadamente importantes

4) Importantes

5) Muito importantes

777 Não sabe

999 Não responde

**C26 - O seu salário bruto mensal como jornalista encaixa-se em qual das seguintes categorias?**

1) 500 – 1000 Euros

2) 1.001 – 1.500 Euros

3) 1.501 – 2.000. Euros

4) 2.001 – 2.500 Euros

5) 2501 – 3000 Euros

6) 3.001 – 3.500 Euros

7) 3.501 – 4.000 Euros

8) 4.001 – 4.500 Euros

9) 4.501. - 5.000 Euros

10) Acima dos 5001 Euros

777 Não sabe

999 Não responde

## Anexo 2 – Fontes de influência

Quadro 2 - Fontes de influência		
Amostra Geral	Por propriedade dos media	Por tipo de media
<p>As influências mais intensas foram as processuais, as profissionais e as organizacionais, enquanto que as influências políticas e económicas foram as mais suaves.</p> <p>Os editores, subeditores e coordenadores perceberam mais intensamente as influências políticas e económicas do que os repórteres e os redatores.</p>	<p>As influências sobre os jornalistas dos órgãos privados seguem a lógica da amostra geral.</p> <p>Os jornalistas dos órgãos públicos percebem mais intensamente a influência dos grupos de referência do que as influências organizacionais.</p>	<p>As influências sobre os jornalistas de televisão, dos jornais, das revistas e da rádio são equivalentes e não divergem da amostra geral.</p> <p>Na agência Lusa é atribuída maior influência aos grupos de referência aos fatores políticos do que às influências organizacionais.</p>



## Anexo 3 – As culturas jornalísticas

Quadro 3.1 - Funções institucionais		
Amostra Geral	Por propriedade dos media	Por tipo de media
<p>Os jornalistas prezam imenso manter distância face ao poder, visto que as funções que mais valorizam são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitorizar os líderes políticos;</li> <li>- Fornecer informações importantes para que os cidadãos tomem decisões políticas</li> <li>- Motivar a opinião pública a participar nas atividades e discussões políticas;</li> <li>- Ser um observador neutro;</li> <li>- Monitorizar as elites empresariais.</li> </ul> <p>Os inquiridos são pouco intervencionistas e valorizam moderadamente influenciar a opinião pública e determinar a agenda política.</p> <p>Também apresentam pouca orientação para o mercado, pois desvalorizam a aposta no entretenimento e nos conteúdos mais “suaves”, assim como na transmissão da informação que atrai mais audiências.</p>	<p>Os jornalistas que trabalham em grupos privados atribuem maior importância à informação que atrai mais audiências e ao entretenimento e aos aspectos mais suaves dos conteúdos informativos.</p> <p>Os jornalistas dos meios públicos estão assim mais orientados para o serviço público e têm menores preocupações em torno da captação de anunciantes.</p>	<p>A generalidade dos inquiridos valoriza aspectos equivalentes, independentemente de trabalharem em jornais, na televisão, na rádio ou na agência.</p> <p>A única diferença a assinalar é que nas revistas a monitorização das elites empresariais foi muito mais valorizado do que nos outros meios considerados.</p>

Quadro 3.2 - Epistemologias		
Amostra Geral	Por propriedade dos media	Por tipo de media
<p>Os inquiridos associam muita importância a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Transmitir conteúdos factuais e comprovados;</li> <li>- Ser imparcial na procura e no tratamento da informação.</li> </ul> <p>Pelo contrário, negligenciaram a introdução de perspectivas pessoais nas peças e o apoio das políticas consideradas pessoalmente como as mais importantes.</p> <p>Porém, os jornalistas valorizam fazer análises e interpretações da informação.</p>	<p>Seguem a lógica da amostra geral e não existem diferenças entre os meios públicos e os privados.</p>	<p>A TV, as revistas, as rádios e a agência seguem a lógica da amostra geral.</p> <p>Já os inquiridos que trabalham em jornais valorizam mais do que os restantes a análise e a interpretação da informação, assim como o apoio das políticas pessoalmente consideradas como mais importantes.</p>

Quadro 3.3 - Princípios éticos		
Amostra Geral	Por propriedade dos media	Por tipo de media
<p>Os inquiridos valorizam seguir convenções éticas universais e discordam do facto dos princípios éticos serem uma matéria de decisão pessoal.</p> <p>Ademais, concordam moderadamente com o facto de existirem situações nas quais eventuais consequências negativas são justificáveis, se o resultado for uma notícia que produza um bem maior, pelo que são bastante idealistas.</p>	<p>Seguem a lógica da amostra geral e não apresentam diferenças estatisticamente válidas.</p>	<p>Os jornalistas das agências apresentam maiores níveis de concordância com o facto daquilo que é ético no jornalismo poder variar consoante a situação e o contexto.</p> <p>Contraditoriamente, os jornalistas das agências associam, ao mesmo tempo, grande importância aos princípios éticos universais.</p>

## Anexo 4 – O arquétipo do jornalista de política português

Quadro 4 - O arquétipo do jornalista de política português		
Amostra Geral	Por propriedade dos media	Por tipo de media
<p>A generalidade dos inquiridos é do estilo “vigilante independente”, visto que as funções que mais valorizam são “fornecer aos cidadãos informações importantes para que possam tomar decisões políticas”, “monitorizar as elites políticas”, “motivar as pessoas a participarem nas atividades e discussões políticas”, “ser um observador neutro” e “monitorizar as elites empresariais”.</p> <p>Entre os aspectos menos valorizados pelos inquiridos está a aposta no entretenimento e nos conteúdos mais “suaves” e a transmissão da informação que atrai maiores audiências, associados ao estilo “disseminador populista”.</p>	<p>Existe uma maior apetência dos jornalistas dos órgãos privados para satisfazerem as necessidades comerciais do mercado mediático, pois atribuem maior importância à informação que atrai mais audiências e ao entretenimento e aos aspectos mais suaves dos conteúdos informativos.</p> <p>No entanto, não deixam de estar associados ao estilo “vigilante independente”.</p>	<p>Os jornalistas de rádio são os que atribuem maior importância à influência sobre a opinião pública, enquanto os de televisão são os que mais desvalorizam essa função.</p> <p>Entre os jornais considerados para a análise da cobertura jornalística, só o JN se afastou do estilo “vigilante independente” e se aproximou do estilo “agente crítico de mudança”, visto que embora os seus jornalistas valorizem fornecer informações importantes para que as pessoas tomem decisões políticas, vigiar as elites políticas e motivar a participação das pessoas nos acontecimentos políticos, também prezam imenso determinar a agenda política.</p>

## Anexo 5 – Autonomia na Profissão

Quadro 5 - Autonomia na profissão		
Amostra Geral	Por propriedade dos media	Por tipo de media
<p>Ao estarem perfeitamente enquadrados no estilo “vigilante independente”, os jornalistas de política portugueses acabam por perceber, de facto, fracas influências externas na sua atividade e uma grande autonomia na profissão, visto que percebem bastante liberdade para escolherem os temas sobre os quais trabalham e para definirem os aspectos a enfatizar em cada peça.</p>	<p>Não existem diferenças estatísticas relevantes.</p> <p>O facto dos jornalistas se identificarem em maior ou menor grau com o estilo “vigilante independente” não altera o modo como percebem as influências sobre o seu trabalho ou a autonomia da profissão.</p>	<p>Os jornalistas de rádio são os que associam maior autonomia à sua atividade, enquanto os jornalistas dos restantes grupos não apresentam diferenças relevantes entre si.</p> <p>Estas diferenças não estão relacionadas com uma maior ou menor identificação com o estilo “vigilante independente”.</p>

## Anexo 6 – O relacionamento com o poder político

Quadro 6 - O relacionamento com o poder político		
Amostra Geral	Por propriedade dos media	Por tipo de media
<p>Observa-se uma “simbiose competitiva”, em que os jornalistas percebem as fontes ligadas ao poder político como úteis à sua atividade, mas ao mesmo tempo consideram que o poder político tenta exercer muita influência sobre os media.</p> <p>As relações entre as partes acabam por flutuar entre a proximidade pessoal e o conflito.</p> <p>A generalidade dos jornalistas de política portugueses não concorda com a existência de subornos.</p> <p>Todavia, 40% discorda da existência de total independência dos jornalistas portugueses face ao poder político, o que não corresponde ao rigor e isenção que a generalidade dos inquiridos associou à profissão.</p>	<p>Os jornalistas que trabalham em órgãos de comunicação públicos consideram as fontes de informação do poder político mais honestas do que os jornalistas dos órgãos privados.</p> <p>Os jornalistas dos órgãos privados concordam em maior número que é normal ter uma atitude mais positiva com as fontes de informação que fornecem mais e melhor informação e que a classe política tem maior capacidade de definir a agenda mediática do que os jornalistas.</p>	<p>Os jornalistas de televisão são os mais discordantes no que toca a ter uma atitude positiva com as fontes que fornecem mais e melhor informação.</p> <p>Os jornalistas das revistas são os mais discordantes com o facto dos jornalistas portugueses manterem independência e isenção face ao poder político.</p>